



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CAMPUS SOROCABA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**MOACIR SIMARDI NETO**

**NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: A precarização do trabalho docente e da  
educação pública no estado de São Paulo**

SOROCABA – SP  
2019

**MOACIR SIMARDI NETO**

**NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: A precarização do trabalho docente e da  
educação pública no estado de São Paulo**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Educação, Comunidade e Movimentos Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça

Coorientadora: Profa. Dra. Kelen Christina Leite

SOROCABA – SP  
2019

Simardi Neto, Moacir

Neoliberalismo e Educação: A precarização do trabalho docente e da educação pública no estado de São Paulo / Moacir Simardi Neto. -- 2019.  
156 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador: Viviane Melo de Mendonça  
Banca examinadora: Viviane Melo de Mendonça, Kelen Christina Leite, Regina Helena Granja, Teresa Mary Pires de Castro Melo, Dulcineia de Fatima Ferreira

Bibliografia

1. Neoliberalismo, Políticas Educacionais e Lutas Sociais no Campo da Educação. 2. Sociologia e Educação. 3. Sindicatos e Movimento Estudantil.  
I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano – CRB/8 6979



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Humanas e Biológicas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

---

Folha de Aprovação

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Moacir Simardi Neto, realizada em 31/05/2019:

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Dulcineia de Fatima Ferreira  
UFSCar

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça  
UFSCar

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Kelen Christina Leite  
UFSCar

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Regina Helena Granja  
SMCAS-São Carlos

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Teresa Mary Pires de Castro Melo  
UFSCar

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Viviane Melo de Mendonça, Kelen Christina Leite, Regina Helena Granja e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Dulcineia de Fatima Ferreira

---

*Dedico esse trabalho à minha família, que sempre esforçou-se em demonstrar a importância do conhecimento e o papel transformador da educação em meu desenvolvimento intelectual, e à minha companheira, Marcela, sempre tão solícita nesta caminhada.*

*Dedico também a todos os trabalhadores que de forma direta ou indireta permitiram meus estudos nesta Universidade Pública, que este estudo sirva à emancipação da classe trabalhadora.*

## AGRADECIMENTOS

É imprescindível agradecer, inicialmente, a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, campus Sorocaba, que contribuíram imensamente para o desenvolvimento de minhas reflexões sobre a educação, o que culminou neste estudo. Em especial, à Vivi, que trouxe luz à minha compreensão e muito ajudou no desenvolvimento inicial de meu projeto de pesquisa e que, num momento de dificuldade, não hesitou em assumir a orientação deste trabalho, meus infinitos agradecimentos.

Aos amigos e companheiros de profissão Luciano e Bianca, que incentivaram e tiveram papel fundamental em minha decisão de prosseguir meus estudos nesta instituição, neste programa de pós graduação; que minha produção acadêmica esteja à altura de nossos sonhos para a educação.

Aos colegas que conheci neste fértil programa de pós-graduação em educação, os estudos, as conversas, as risadas...enfim, a convivência e reflexão coletiva com vocês foi de suma importância para meu desenvolvimento individual e concretização deste trabalho, agradeço e parablenizo todos pela dedicação e crença depositada na educação emancipatória, a luta sempre continua.

Aos entrevistados que enriqueceram infinitamente meu estudo com suas concepções, compartilhadas durante o trabalho de campo.

Por fim, e com carinho especial, agradeço à minha coorientadora Kelen, por toda atenção, empenho, profissionalismo e ética demonstrados durante o desenvolvimento deste trabalho que, sem a sua ajuda, não teria atingido o grau de excelência alcançado, apesar, é óbvio, de suas limitações. Sem sombra de dúvidas, você sempre será um exemplo inspirador em minha trajetória docente.

[...] a única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contradição e para a resistência

(Theodor W. Adorno)

## RESUMO

SIMARDI NETO, M. Neoliberalismo e Educação: A precarização do trabalho docente e da educação pública no estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, 2019.

Este trabalho visa analisar os desdobramentos do neoliberalismo em seus aspectos político-educacionais, pedagógicos e jurídicos no estado de São Paulo durante a gestão do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido que governa o estado há vinte e quatro anos e, nas últimas eleições, obteve mais um mandato. Ressalta-se que, ao lado da implementação de tais políticas, lutas sociais e resistências no campo da educação foram constatadas em antítese à implantação do projeto neoliberal para a educação paulista e serão averiguadas por meio de entrevistas realizadas com professores que ocupam cargos na direção do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). A análise da relação entre neoliberalismo e educação no estado de São Paulo e das lutas sociais neste campo aponta para as possibilidades de um projeto emancipatório que se contraponha à precarização do trabalho docente e da educação pública.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; Educação; Sindicato; PSDB; APEOESP; Precarização; Emancipação.

## ABSTRACT

SIMARDI NETO, M. Neoliberalism and Education: The precariousness of teaching and public education in the state of São Paulo. Master's Dissertation (Graduate Program in Education). Federal University of São Carlos, Sorocaba campus, 2019.

This paper aims to analyze the developments of neoliberalism in its political-educational, pedagogical and legal aspects in the state of São Paulo during the administration of the Brazilian Social Democracy Party (PSDB), which has ruled the state for twenty-four years and, in the last elections, got another mandate. It is noteworthy that, alongside the implementation of such policies, social struggles and resistances in the field of education were found in antithesis to the implantation of the neoliberal project for the education of São Paulo and will be verified by means of interviews with professors who occupy positions towards the Union of Teachers of the Official Teaching of the State of São Paulo (APEOESP). The analysis of the relationship between neoliberalism and education in the state of São Paulo and the social struggles in this field points to the possibilities of an emancipatory project that is opposed to the precariousness of teaching work and public education.

**Keywords:** Neoliberalism; Education; Syndicate; PSDB; APEOESP; Precariousness; Emancipation

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do estado de São Paulo
APM	Associação de Pais e Mestres
ARTSIND	Articulação Sindical
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BM	Banco Mundial
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDESP	Índice de Desenvolvimento da Educação no estado de São Paulo
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBTT	Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros.
MBL	Movimento Brasil Livre
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento do Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEE	Plano Estadual de Educação
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>1</b>	<b>A ORIGEM DO NEOLIBERALISMO E SUA HEGEMONIA</b>	14
1.1	ORIGENS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO NEOLIBERALISMO	14
1.2	NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: O GOVERNO FHC	18
1.3	O GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: AVANÇOS EM MEIO A CONTRADIÇÕES	22
1.3.1	O Governo Lula (2003-2011)	22
1.3.2	O Governo de Dilma Rousseff (2011- 2016)	29
1.4	PÓS-GOLPE: RETOMADA DO NEOLIBERALISMO E O CAMPO DA EDUCAÇÃO	33
1.4.1	Neoliberalismo e educação: resultados na realidade concreta	35
<b>2</b>	<b>NEOLIBERALISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E DA EDUCAÇÃO PÚBLICA</b>	40
2.1	O PAPEL DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E AS VICISSITUDES PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL	40
2.2	IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA NEOLIBERAL PARA A EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO	47
2.2.1	Investimentos Públicos na Educação	48
2.2.2	Currículo Oficial do Estado de São Paulo	54
2.2.3	Legislação Trabalhista e Condições de Trabalho Docente na Rede Pública Estadual de São Paulo	58
2.2.4	Avaliações e Resultados Educacionais	61
<b>3</b>	<b>DA RESISTÊNCIA (E SEUS DESCAMINHOS): MOVIMENTO SINDICAL E ESTUDANTIL DIANTE DO PROJETO NEOLIBERAL</b>	65
3.1	MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO	65
3.2	DAS ENTREVISTAS	71
3.2.1	Os Entrevistados	74
3.3	AS CINCO PREOCUPAÇÕES TEÓRICAS EM PAUTA: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	75
3.3.1	As políticas públicas/educacionais do PSDB em São Paulo nos últimos 24 anos	77
3.3.2	O governo PSDB/SP, as reivindicações do sindicato dos professores e as demandas da educação	80
3.3.3	As disputas políticas internas da APEOESP e a relação da categoria dos professores com o sindicato	86
3.3.4	As resistências ao neoliberalismo no campo da educação em São Paulo	91
3.3.5	Perspectivas para o sindicato dos professores e para a educação	95
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	100
	<b>REFERÊNCIAS</b>	108
	<b>APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b>	112
	<b>APÊNDICE B – Entrevista com Fábio</b>	113
	<b>APÊNDICE C – Entrevista com Guido</b>	129
	<b>APÊNDICE D – Entrevista com Paula</b>	139
	<b>APÊNDICE E – Entrevista com Gustavo</b>	146

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo uma análise sobre a educação e o movimento de acumulação do capital em sua fase neoliberal, almejando contribuir na compreensão dos impactos que o neoliberalismo produz nas condições de trabalho docente e na qualidade da educação pública.

Para tanto faz-se necessário uma investigação da realidade concreta que, no caso deste estudo, será realizada a partir das políticas educacionais do estado de São Paulo. O recorte temporal de tal estudo serão os últimos vinte e quatro anos, período em que o estado de São Paulo é governado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Este partido demonstrou ao longo desses anos um nítido alinhamento com as políticas neoliberais adotadas em vários países, a partir do final do anos de 1970, e que estão ancoradas no pensamento do austríaco Friedrich August von Hayek, do estadunidense Milton Friedman e, em menor medida, do também austríaco Ludwig von Mises e de autores contemporâneos.

Apesar de seus fracassos em termos econômicos, as políticas desenhadas pela concepção neoliberal acumulam vitórias importantes para o capital em termos culturais, políticos e ideológicos que se traduzem em derrotas que degradam ainda mais as condições de existência e consciência da classe trabalhadora.

Contudo, ao observar que relevantes movimentos de oposição e resistência ao projeto neoliberal tem sido construídos, inclusive no campo educacional, será apresentada uma análise dos limites e das potencialidades dos movimentos de resistências às políticas neoliberais na educação, dando especial destaque a atuação do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). A aproximação com as atividades e ações da APEOESP será feita, sobretudo, por meio de entrevistas com representantes sindicais, além de um estudo de seus documentos no intuito de compreender as potencialidades e os limites que o sindicato apresenta. Será ainda intenção deste trabalho a reflexão da relação que governos neoliberais estabelecem com os sindicatos, no geral e, no caso de São Paulo, com a APEOESP.

Visando compreender a relação vigente entre neoliberalismo e educação, através de uma pesquisa teórica e de entrevistas realizadas com sujeitos sociais que vivenciam esta realidade, o presente estudo está organizado em três capítulos: no primeiro capítulo é realizada uma contextualização histórica e discussão conceitual acerca da doutrina neoliberal, desde sua concepção na Europa até a implementação de políticas alinhadas com esta visão na América Latina e, em especial no Brasil.

Já no segundo capítulo é defendida a tese de que o enraizamento, por assim dizer, do neoliberalismo na educação, tomando o exemplo do estado de São Paulo, acontece por meio de quatro vias principais: investimentos públicos feitos na área, condições de trabalho docente produzidas pela legislação educacional, proposição de um currículo oficial e controle das redes de ensino por meio de avaliações e cobrança de resultados;

Enquanto isso, no terceiro capítulo é construído um diálogo com as entrevistas realizadas com professores que atuam na APEOESP, visando estabelecer e compreender as relações entre as discussões teóricas aqui realizadas e a prática cotidiana dos sujeitos sociais que vivenciam a realidade investigada. Será, ainda, analisada a atuação política do sindicato e sua relação com o Estado.

Por fim, nas considerações finais, é feita uma síntese da pesquisa teórica e do trabalho de campo realizado, fazendo um balanço dos resultados do neoliberalismo sobre as condições de trabalho docente e a qualidade da educação pública o que leva a alguns apontamentos sobre as possibilidades de movimentos de resistência e de uma educação emancipatória sob a égide neoliberal.

# 1 A ORIGEM DO NEOLIBERALISMO E SUA HEGEMONIA

## 1.1 ORIGENS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo, seja na esfera econômica, na gestão do Estado ou mesmo na educação, avançou em escala global e, mais do que isso, penetrou a subjetividade dos indivíduos transformando-se em um *modus operandi* quase que inquestionável. É claro que esta realidade é fruto de um grande esforço de indivíduos, governos, organizações e instituições que se engajaram na empreitada neoliberal.

Segundo Dardot e Laval (2016) torna-se cada vez mais evidente o destaque que o neoliberalismo reassume nos discursos políticos, nas políticas públicas e na própria compreensão e crítica da realidade cotidiana colocando-se como um “quadro normativo global” visando estabelecer uma governabilidade neoliberal em todas as partes do globo terrestre.

Surgido logo após a II Guerra Mundial o neoliberalismo tem em suas raízes teóricas a obra de Friedrich August von Hayek intitulada: *O Caminho da Servidão*. Posteriormente, os pressupostos teóricos contidos nesta obra se tornarão a inspiração intelectual para a militância política da Sociedade de *Mont Pèlerin*, que, segundo Anderson (1995, p.10) seria “uma espécie de franco-maçonaria neoliberal altamente dedicada e organizada (...) seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo”. Desde o início o neoliberalismo teve por objetivo se contrapor ao Estado de Bem-Estar Social, com a marca do Estado mínimo, sobretudo quando isso diz respeito aos bens sociais que, ao longo dos anos, se constituiu como marca e modelo de um Estado provedor de direitos, sobretudo na Europa, ainda que o Brasil, a seu modo, também tenha buscado implementar políticas sociais ao longo dos anos.

Todavia, o neoliberalismo só ganhará força política após aquilo que se convencionou chamar de “os trinta anos gloriosos” do capitalismo (década de 1950 à 1970) com a crise que se instaurará, em âmbito internacional, nos anos de 1970. Para os neoliberais o causa maior da crise estava no Estado, ou seja, nos seus gastos excessivos, assim a solução para a crise da década de 1970 seria quebrar com o poder que os sindicatos haviam adquirido, seja diante do capital, seja diante do Estado. Deste modo houve um combate às organizações sindicais, aos trabalhadores e aos investimentos do Estado na área social.

Assim, para os neoliberais, o Estado deveria ser forte para conseguir implementar tais políticas em benefício do capital, mas um Estado fraco, ou pouco intervencionista, em relação ao bem-estar social da população, da classe trabalhadora (ANDERSON, 1995).

Na América Latina, o neoliberalismo também se fez presente como estrutura de pensamento e com políticas econômicas. Anderson (1995) afirma ser o ditador chileno Augusto Pinochet o pioneiro na implementação deste modelo, até mesmo antes de Thatcher<sup>1</sup>, tendo como consultor Milton Friedman, expoente da escola monetarista estadunidense, explicitando que o neoliberalismo não está preso às “amarras” democráticas<sup>2</sup>. Além do Chile, mais tarde, já nas décadas de 1980/90 Bolívia, México, Argentina, Peru experimentaram a receita neoliberal.

No Brasil, o neoliberalismo apresenta-se já no governo Sarney, no final dos anos 1980, contudo, será durante o governo Collor/ Itamar e, sobretudo, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), do PSDB, que a doutrina neoliberal terá mais destaque, consistência e hegemonia na política econômica nacional, com um intenso processo de privatizações<sup>3</sup> e medidas de controle inflacionário.

Emir Sader (1995) traça sumariamente o trajeto do neoliberalismo na América Latina, e no Brasil, estabelecendo pontes entre esta ideologia e os anseios do capital financeiro internacional:

O neoliberalismo na América Latina – como na Europa – é filho da crise fiscal do Estado. Seu surgimento está delimitado pelo esgotamento do Estado de Bem- Estar Social – onde ele chegou a se configurar – e, principalmente, da industrialização substitutiva de importações. Cada país retomou uma versão do neoliberalismo, conforme as heranças deixadas pelos modelos hegemônicos anteriores. O Brasil, o país que saiu na frente na readequação de sua economia quando o processo de industrialização começava a dar sinais de cansaço, com o golpe militar de 1964 e sua política de choque e de reconversão econômica, pôde beneficiar-se dessa virada precoce (...) A ditadura militar não se caracterizou – como se sabe – por políticas econômicas liberais, ao contrário, incentivando fortemente, no entanto, a acumulação privada, nacional e estrangeira, apoiada num capitalismo de Estado a serviço desses setores do mercado (...) ao longo dos anos 80, a economia brasileira viveu processos de acomodamento, com a imposição da hegemonia do capital financeiro, que finalmente desembocou no neoliberalismo, iniciado no final da década, ainda no governos Sarney (SADER, 1995, p.35-36)

Desta forma, a agenda e os objetivos neoliberais passam a ser discutidos, elaborados e aplicados desde o final da ditadura civil/militar (1964/85) e do Governo Sarney, inclusive no campo educacional. O Banco Mundial (BM) se apresentará como um dos principais agentes na implementação de programas de ajuste, visando a adequação dos países em desenvolvimento

<sup>1</sup> A Primeira ministra inglesa entre 1979 e 90, denominada a “Dama de Ferro” pela dureza de suas políticas é reconhecida como uma das pioneiras na aplicação das medidas neoliberais. É dela a célebre frase: “A economia é o método, o objetivo é mudar o coração e a alma das pessoas”, em referência aos ambiciosos anseios do neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016).

<sup>2</sup> Segundo alguns autores, o caso do golpe parlamentar que irá destituir Dilma Rousseff do poder, em 2016, abalando as instituições democráticas no Brasil, serviu para a volta das medidas neoliberais no país com menos resistência e conflitos, ao elevar ao poder um grupo político mais alinhado aos interesses do capital financeiro e aos ideias neoliberais.

<sup>3</sup> O governo de FHC privatizou a Vale do Rio Doce, em 1997, e a Telebrás, em 1998, além de outras empresas estatais de menor expressão, em processos marcados por denúncias de corrupção o que levará o jornalista Amaury Ribeiro Jr a cunhar o conceito: “A Privatária Tucana”, em referência ao mascote do partido do qual FHC é Presidente de honra.

às suas diretrizes e desempenhando um papel central na efetivação das políticas neoliberais. Assim, ao analisar os documentos do BM para a educação percebe-se o significado do conteúdo político/ideológico ali proposto enquanto medidas a serem adotadas e seguidas, a partir das instruções contidas nos manuais e cartilhas elaborados por esta instituição, afim de oferecer um caminho mais tranquilo e suave na implementação das políticas neoliberais, seja na economia ou na educação, porém, nem sempre os caminhos são tão aprazíveis na sociedade capitalista contemporânea:

Neste contexto, irradiam-se para a escola as mesmas regras da empresa capitalista, levando à predominância dos recursos gerenciais na administração escolar, à burocratização das instituições escolares, por meio do excesso de normas e regulamentos e à desqualificação profissional do professor (...) esses aspectos, apontados como forma de irradiação das regras capitalistas para as instituições escolares, podem ser observados nas tendências do Banco Mundial para a educação brasileira, mais precisamente nos documentos do programa de educação básica para as regiões norte e centro-oeste – Monhangara. No que se refere à utilização de mecanismos gerenciais na administração escolar, observa-se que um dos objetivos desse programa era: ‘criação de capacidade institucional – gerência e investimento para o ensino básico’ (PARO, 2006, p.44-45)

Portanto, seja em plano nacional ou internacional, o que se constata nas últimas décadas é o neoliberalismo se consolidando como uma ideologia pautada no pensamento único conquistando uma hegemonia política sem, necessariamente, obter grandes avanços econômicos se a medida de análise for o retorno das taxas de crescimento anteriores à crise dos anos de 1970.

Segundo Anderson (1995), desde o nascimento do neoliberalismo ele atingiu alguns êxitos em relação aos objetivos a que se propunha como, por exemplo, o controle inflacionário, a deflação e recuperação dos lucros, o desmonte do movimento sindical, o aumento das taxas de desemprego (e conseqüente redução dos salários) e o aumento da desigualdade vista como um valor positivo. Todavia, mesmo estes êxitos do neoliberalismo não foram capazes de recuperar as taxas de crescimento de outrora, ou seja, a recuperação dos lucros não levou à uma recuperação dos investimentos, pois os lucros não foram investidos no processo produtivo e sim no mercado financeiro. Essa atração dos investimentos para o mercado financeiro relaciona-se com a política de desregulamentação e flexibilização dos fluxos financeiros produzidas pelas próprias políticas neoliberais (ANDERSON, 1995).

De qualquer forma, apesar do fracasso econômico do neoliberalismo, a queda do socialismo real configurou-se como uma vitória ideológica importante deste movimento o que leva Anderson a afirmar que apesar do fracasso no campo econômico: “o projeto neoliberal demonstrou uma vitalidade impressionante” (ANDERSON, 1995, p.17). Além do mais,

(...) o que demonstram estas experiências era a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia. No início, somente governos explicitamente de direita se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal (...) tudo o que podemos dizer é que este é um movimento ideológico em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional (ANDERSON, 1995, p.14, 22)

Concluindo sua avaliação, Anderson afirma que o fracasso econômico não impediu o neoliberalismo de triunfar socialmente, ao aumentar a pobreza e a desigualdade, e principalmente política e ideologicamente ao se estabelecer como única alternativa, até mesmo para os partidos de esquerda. O neoliberalismo estabeleceu-se como pensamento único decretando a sociedade dominada pelo mercado como o fim da história (FUKUYAMA, 1992), como única sociabilidade possível que, apesar do desastre social, ambiental e humano que instaura é, ainda assim, a única possibilidade.

Para o neoliberalismo, um outro mundo não é possível e, talvez, nem mesmo bem-vindo. Sendo assim, o neoliberalismo se distingue do liberalismo clássico, pois sua ambição transcende a esfera econômica e política e adentra o universo subjetivo. Para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo alcançou o *status* de uma racionalidade que produziu um novo indivíduo, um novo ser social (processo que os autores denominam de a “fabricação do sujeito neoliberal”). Cada indivíduo tornou-se uma empresa que deve agir e se portar no mundo tendo em vista os investimentos, custos, riscos e benefícios de suas ações. Emergiu, assim, como desdobramento das políticas neoliberais um novo sujeito e uma racionalidade agora adaptada à incerteza, provisoriedade e instabilidade<sup>4</sup> típicas do capitalismo contemporâneo. Esta racionalidade advinda do projeto neoliberal, que cada vez mais invade a subjetividade coletiva e individual, apresenta-se como uma lógica normativa universal, que modela o mundo a partir do modelo empresarial e exclui, cada vez mais, o povo das decisões econômicas destruindo o imaginário democrático instituindo, desta forma, a era da pós-democracia:

O neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra “capitalismo”. O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido

<sup>4</sup> A afirmação, de Marx e Engels, presente no Manifesto Comunista, de que no capitalismo “tudo que é sólido se desmancha no ar” nunca fez tanto sentido. O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2001) chegará a afirmar que vivemos num “mundo líquido”, dada a fluidez das relações e das instituições sociais.

como construção histórica em norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p.17)

Contudo, esta razão do capitalismo contemporâneo, pautado na concorrência e que tem alterado a “alma” das pessoas (como profetizara Thatcher), tem-se traduzido, aparentemente, em aumento de um sofrimento mental generalizado nas sociedades ocidentais que se manifesta em dados crescentes de desconfortos psicológicos e na crescente medicalização da vida.

O ataque aos sindicatos e, conseqüentemente, aos direitos trabalhistas, tem degradado ainda mais as condições de trabalho e vida da classe trabalhadora em âmbito global, nos países periféricos os resultados das políticas neoliberais têm sido avassaladores.

## 1.2 NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: O GOVERNO FHC

Com a eleição do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, além do intenso e pouco transparente processo de privatizações, mudanças legais em torno da educação e sua conexão com os propósitos neoliberais merecem destaque. Durante os oito anos (1995-2002) de governo de FHC assistiu-se ao aprofundamento das políticas neoliberais no interior do Estado brasileiro com um intenso e amplo processo de privatizações e forte controle dos gastos públicos sobretudo em áreas sociais. Sendo assim, um aspecto importante para os fins deste estudo é ressaltar a relação entre o neoliberalismo e o partido de FHC, o PSDB. Pela primeira vez no Brasil, a agenda, as políticas, a racionalidade, enfim, o projeto neoliberal é implantado com maior planejamento, estratégia e apoio político, diferentemente da experiência aventureira e incipiente de Fernando Collor e, posteriormente da condução do governo de Itamar Franco com FHC à frente do Ministério da Fazenda e da implantação do Real.

Comparando os governos de FHC e os governos subseqüentes, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto o primeiro tinha um gasto público em educação, em 2002, de 17 bilhões de reais o governo Dilma possuía um gasto de 94 bilhões nesta mesma área, em 2013. Em 2002 o investimento em saúde era de 28 bilhões de reais no último ano de governo FHC, em 2013 o investimento em saúde era de 106 bilhões. Ademais, nenhuma Universidade Federal ou escola técnica foi criada durante os dois mandatos de FHC. Já durante o governo Lula/ Dilma 18 novas Universidades Federais foram abertas, além de 173 novos campi universitários (praticamente

duplicando o número de alunos no ensino superior de 505 mil para 932 mil estudantes) e mais de 360 Institutos Federais e 282 escolas técnicas foram inaugurados (STUCKERT, 2018).

Portanto, a diretriz principal do governo FHC, sempre utilizando de modo abstrato o discurso da “modernização”, foi o controle dos investimentos públicos na área da educação e a privatização e mercantilização desta área, sobretudo no nível superior, processo aliás já iniciado no governo anterior. Como salienta Arelaro (2005, p. 40) “foi, no entanto, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995- 98), ex-ministro das Relações Exteriores e ex-ministro da Fazenda, do governo anterior, que o choque “neoliberal” se fez sentir”.

Contudo, temos também o crescimento do setor privado na educação durante o governo petista, demonstrando a vitalidade do neoliberalismo e da mercantilização da educação também durante governos de esquerda. (GENTILI, 2001).

As alterações legais prontamente implantadas por FHC e sua equipe concernentes aos fundos que financiam a educação pública, traziam em seu bojo a desresponsabilização da União sobre o ensino básico, principalmente o fundamental, que tornar-se-ia responsabilidade dos estados e municípios. Desta forma, é aprovada, em 1996, uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), que sem sombras de dúvida trazia inúmeros avanços legais e democráticos em relação à LDB até então vigente, aprovada no período da ditadura civil/militar, contudo, as diretrizes neoliberais se fariam presentes nesta nova legislação ao desonerar a União de serviços públicos essenciais como a educação básica. Ademais, a falta de debate, de diálogo, de discussão com educadores, entidades e com a própria sociedade brasileira marcou a aprovação da LDB de 1996, como destaca Arelaro:

Foi com esse “novo” estilo – sem discussão com as entidades, sindicatos ou representantes do próprio Legislativo, mas com o compromisso de as bancadas aliadas aprovarem o texto do Executivo sem alterações substantivas – que se votou a LDB, em tramitação quase tão rápida quanto a LDB dos militares, como ficou conhecida a lei n.º 5.692/71 (ARELARO, 2005, p.43)

Apesar de trazer avanços democráticos, a nova LDB trazia como objetivo oculto a privatização e terceirização da educação no interior da própria educação pública. Tal objetivo fica expresso, por exemplo, na modalidade de “ensino à distância” que prevê a LDB de 1996. Sem muitas exigências e preocupação com a qualidade do ensino, a educação à distância tornou-se uma interessante possibilidade de investimentos para empresários interessados na área da educação. As vicissitudes desta nova modalidade de ensino trazida pela LDB traz inúmeros questionamentos sobre o propósito da educação quando regida pelo mercado com insuficiente fiscalização do poder público. Evidentemente existem profundas diferenças

qualitativas na oferta de cursos à distância, sobretudo se compararmos a oferta das Universidades públicas em relação às privadas, contudo, a rápida proliferação desses cursos somada à ineficiência dos órgãos competentes em fiscalizar a qualidade dos mesmos tornou-os muito mais uma possibilidade de lucro do que de conhecimento (ARELARO, 2005).

Em termos de financiamento e investimento público na educação houve uma nítida redução da responsabilidade da União que irá diminuir sua participação no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), sobrecarregando as despesas dos estados e municípios, que possuem menos recursos e fontes que a União. O que ocorreu na realidade concreta? Superlotação das salas de aula, principalmente nas escolas públicas municipais (principalmente em municípios pobres, com baixa arrecadação), tendo em vista a necessidade de se garantir o direito à educação para todos, tal como está previsto na Constituição e na própria LDB, sem os devidos investimentos e apoio por parte do governo federal.

Outra política educacional desenvolvida na década de 1990 e que merece destaque foi a estruturação de um sistema de avaliação visando medir a qualidade da educação básica no Brasil (os objetivos das avaliações se apresentam mais complexos e discutiremos a seguir): “nos termos da LDB, letra “a”, V, do art. 24, a modalidade exames nacionais, sob a coordenação exclusiva do Ministério de Educação (MEC), assume versão definitiva” (ARELARO, 2005, p.46). Porém, muito mais do que “medir” a qualidade da educação e servir como ferramenta para identificar problemas e indicar soluções, as avaliações aplicadas nas escolas públicas passaram a servir ao interesse de classificar, ranquear as escolas e “medir”, desta forma, a “eficiência” dos professores. Prêmios, bônus e outras formas de gratificação salarial passaram a ser vinculadas a estas avaliações estabelecendo uma noção de “produtividade” na área educacional. Há estados em que tais políticas de avaliação são mais desenvolvidas e com maiores implicações (inclusive salariais), porém parece claro que nas últimas décadas, com o avanço das políticas neoliberais na educação, temos a substituição do Estado educador pelo Estado avaliador (GENTILE, 2001).

Atualmente, por exemplo, na rede estadual de ensino de São Paulo, todas as escolas possuem metas educacionais a serem alcançadas. Tais metas são estabelecidas a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP), que é composto pelo desempenho dos alunos no Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) e pelo fluxo escolar (relativo à evasão e repetência escolar). Ou seja, o bom desempenho dos alunos nas avaliações externas e baixos índices de evasão e reprovação escolar conferem aos professores e funcionários bônus salariais a partir das metas específicas de cada

escola. Porém, o que se constata na realidade concreta, considerando a dificuldade de alcançar as metas colocadas pela Secretaria de Educação, são escolas não atingindo as metas estipuladas pelo resultado insatisfatório no SARESP<sup>5</sup> e, muitas vezes, forçando a aprovação de alunos que não apresentam os pré-requisitos para serem aprovados, tudo em busca de melhores resultados e das bonificações salariais.

Diante deste quadro, três questões se colocam: os conteúdos impostos por um currículo oficial para todo o Brasil (necessários para atender uma avaliação nacional) respeitam as diferenças regionais e culturais? O conhecimento é de fácil mensuração que podemos medir com algumas avaliações? A responsabilidade do fracasso escolar cabe exclusivamente aos docentes e profissionais da educação?

Na área educacional, a proposta para atualizar esses funcionários à “nova” realidade, “acordando-os” desse comportamento letárgico que a “inoperante” administração pública lhes propiciava, se concretiza a partir de intervenção em duas vertentes: responsabilizar cada profissional de educação – e, portanto, todos os profissionais – pelos resultados educacionais alcançados pela sua unidade escolar e “reconhecer” esses resultados por meio do pagamento de gratificações, proporcional ao êxito ou sucesso da ação “coletiva” empreendida. Em outras palavras, de ora em diante, os exames nacionais unificados – ou, quiçá, estaduais – constituem o principal critério de avaliação do desempenho do professor e do especialista de educação e os respectivos aumentos salariais – quando concedidos – devem estar relacionados e ser proporcionais ao “produto” alcançado (ARELARO, 2005, p. 46)

Pode-se afirmar, grosso modo, que as políticas educacionais e as estratégias para implementar a racionalidade neoliberal na educação não tiveram grandes alterações no segundo mandato de FHC. Ele inclusive manteve seu ministro da educação, o senhor Paulo Renato Souza, fato até então inédito no Brasil. Contudo, o governo FHC aproveitou seu segundo mandato para regulamentar toda modalidade de ensino, visando estruturar a educação nos moldes da tão preciosa “modernidade”, tal como aponta Arelaro:

Fernando Henrique foi reeleito para um segundo mandato (1999/2002) e, na educação, manteve-se o mesmo ministro, fato raro e inédito na história governamental federal. No ano de 1999, continuou a febre “legisferante” característica desse governo: não ficaria nível ou modalidade de ensino que não fosse “regulamentada” por ele, por meio do CNE (...) Evidentemente essas legislações não foram aprovadas de forma “tranquila”, pois traduzem as mais diversas visões e perspectivas do País e da educação. As referentes à formação de professores são um bom exemplo, pois geraram manifestações das principais instituições e entidades científicas e educacionais, bem como de universidades públicas e privadas, preocupadas com a tendência de “simplificação” da formação dos professores, concretizada pela redução tanto do período de formação – às vezes, até em dois anos – quanto da carga horária destinada aos fundamentos da

---

<sup>5</sup> Existem muitas denúncias e matérias já foram veiculadas na grande mídia, sobre escolas que fraudam os resultados das avaliações externas ao ajudarem os alunos nas provas, tudo em busca dos índices a serem atingidos.

educação em benefício das metodologias de ensino. Fato mais grave se deu quando da aprovação de projetos especiais de formação de professores na modalidade semipresencial ou a distância. (ARELARO, 2005, p. 47)

Na citação acima já podemos perceber a importância da atuação e pressão de movimentos sociais, entidades, sindicatos sobre as decisões concernentes à educação. Todavia, este avanço democrático pós Ditadura Civil/Militar possuía suas limitações e não conseguiu promover a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2001, de forma coletiva e democrática, afinal as demandas colocadas pela sociedade civil não foram absorvidas, ou foram ignoradas, em grande parte, na elaboração do PNE.

Surpreendendo a todos, o PNE foi apresentado e votado pela Câmara dos Deputados em janeiro, período de férias escolares, e teve uma votação simbólica no Senado (o fato já estava consumado e o Congresso Nacional, por sua vez, não demonstrou “disposição” para o debate de algo tão importante). O PNE virou lei.

Evidentemente, o governo FHC demonstrou as limitações da ainda nova, imatura e instável democracia brasileira, além de suas pretensões neoliberais no campo econômico e educacional, se valendo do autoritarismo e da negociata política para fazer com que o Brasil mantivesse sua tradição de aprovar sua legislação e projeto educacional sem a devida participação do Congresso Nacional (SAVIANI, 1996), sendo, pois, uma legislação imposta pelo poder Executivo sem o devido debate com educadores, sindicatos e entidades, tudo em nome do projeto e da (ir)racionalidade neoliberal e dos interesses do mercado, fazendo com que a mercantilização da educação avançasse a passos largos no Brasil na década de 1990.

### 1.3 O GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: AVANÇOS EM MEIO A CONTRADIÇÕES

#### 1.3.1 O Governo Lula (2003-2011)

O governo do Partido dos Trabalhadores, iniciado com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, e interrompido com o golpe parlamentar de 2016 que retirou a Presidenta Dilma Rousseff do poder, ainda suscita debates e interpretações nas publicações acadêmicas e nas conversas cotidianas de muitos brasileiros. Sobre o governo Lula, Perry Anderson (2011) é categórico ao afirmar que seu governo não pode ser visto como uma continuação dos governos de FHC, uma vez que, por exemplo, nenhuma empresa foi privatizada durante o período em que Lula esteve à frente do governo federal, lembrando que a alienação dos bens públicos

recebe grifos e é incentivada pela cartilha neoliberal. Todavia, perspectivas diversas podem ser encontradas na *intelligentsia* brasileira em torno da avaliação do governo do primeiro trabalhador a chegar à presidência da República.

FHC, agora no papel de sociólogo, irá arguir que Lula encarna, em seu governo, o papel de um líder carismático apoiado num populismo demagógico típico da América Latina. Assim, na visão de FHC, o “lulismo” deve ser visto como uma espécie de “subperonismo” (CARDOSO, 2009). Anderson (2011), não deixa escapar que a objetividade científica de FHC pode ter sido abalada, nesta análise sobre o governo Lula, pelo ofuscamento que este último impôs sobre o seu governo. Lula irá encerrar seu segundo mandato com 87% de aprovação popular (que consideraram o governo bom ou ótimo) (Fonte: IBOPE), contudo, a história ainda reservaria grandes surpresas para o presidente mais popular do Brasil, afinal, quem arriscaria dizer, em 2010, que Lula seria preso, em 2018, num processo duvidoso, controverso, com interesses aparentemente escusos?

Pensadores de esquerda, por sua vez, demonstram divergências em relação à interpretação do governo Lula. André Singer, porta voz da Presidência da República no primeiro mandato do Presidente Lula, a partir da investigação da cultura política vigente no país, irá afirmar que o lulismo triunfou, sobretudo em sua segunda eleição, quando compreendeu que o “subproletariado” brasileiro (trabalhadores informais, precarizados, que seriam quase a metade da população - 48%) tem medo da instabilidade e da desordem. Foi com a bandeira da ordem que Collor e FHC venceram Lula. Somente quando este último entendeu que além dos banqueiros e empresários, o subproletariado e os trabalhadores também necessitavam de garantias, o lulismo ascendeu politicamente e, no campo econômico, ao conciliar estabilidade de preços associado ao crescimento do mercado interno com o estímulo do consumo popular, foi consolidado o lulismo. Ao moderar o discurso e controlar a inflação, Lula, para o espanto de muitos, atinge índices de aprovação nunca vistos no Brasil. Para Singer, isso foi possível, pois Lula conseguiu atingir

(...) a expectativa de um Estado suficientemente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida. Diante desse arranjo ideológico, uma possível nova hegemonia não seria “às avessas”, como sugeriu Francisco de Oliveira, ainda que, ao juntar elementos de esquerda e de direita, cause a impressão de subverter a lógica dos argumentos (SINGER, 2009, p.84)

Porém, André Singer também observa a relação que o governo Lula, com sua política econômica, manteve com o neoliberalismo e com o capital financeiro. Segundo o autor, o “antilulismo” cultivado pelos proprietários do meios de comunicação (que foram de certa forma

humilhados por não terem suas “teses” confirmadas ao averiguarem o sucesso do governo Lula e sua popularidade) não é justificável e nem dotado de senso objetivo de interesse de classe, afinal, nunca o capital prosperou tanto, como ao longo do governo Lula. Para exemplificar, Singer afirma que a Bovespa superou todas as outras bolsas de valores do mundo, subindo “vertiginosos” 523% entre 2002 e 2010, além da classe média ter tido rendimentos satisfatórios nas cadernetas de poupança.

Portanto, na análise de Singer, o governo Lula é marcado pelas contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Nesta direção, não há como comparar o governo do sindicalista surgido no ABC paulista com o de Roosevelt, como alguns pensadores ousaram fazer, na medida em que Roosevelt e seu governo reconhecido pelas reformas sociais (e pelo famoso *New Deal*) foi impulsionado pela pressão de uma crise econômica e pela pressão da mobilização da própria classe trabalhadora, enquanto o governo Lula se beneficiou do “boom” das *commodities* numa época de prosperidade crescente onde até mesmo a natureza parecia sorrir para ele<sup>6</sup>. Assim, para Perry Anderson (2011), endossando a visão de Singer, “embora o principal resultado de seus governos tenha sido o mesmo, parece não haver quase nenhuma relação imediata entre suas causas e efeitos” (ANDERSON, 2011, p.36).

O popular que havia ficado fora de moda, seja pela retórica da modernização, ao centro, seja pelo discurso de classe, à esquerda, está de volta. Diferentemente da experiência peessedebista, o “Real de Lula” veio acompanhado de uma mensagem que faz sentido para os de menor renda: pela primeira vez o Estado brasileiro olha para os mais frágeis e, portanto, se popularizou (SINGER, 2009, p.101)

Já na compreensão de Chico de Oliveira, outro sociólogo brasileiro, o governo de Lula deve ser visto e interpretado de outra maneira, de um ponto de vista mais crítico, pondo em relevo outros aspectos sociais, políticos e econômicos. Desta forma, Chico de Oliveira e André Singer travarão um importante embate teórico em torno do governo de Lula:

(...) o sociólogo Chico de Oliveira desenvolveu uma visão em praticamente todos os pontos antitética à de André Singer, com quem permanece em bons termos, apesar de

---

<sup>6</sup> Durante seu governo, é descoberta grande reserva de petróleo no litoral brasileiro. Posteriormente, já no governo de Dilma, intensifica-se o debate sobre as concessões e destino dos *royalties* advindos da exploração do petróleo do pré-sal onde, inclusive, tudo indicava que estes *royalties* seriam destinados às áreas sociais (em 2013, Dilma aprovou sem vetos a lei que garantiria que 75% dos *royalties* do petróleo seriam destinados à educação e 25% destinados à saúde, lei esta revogada por Temer) e a exploração exclusiva da Petrobrás. Após a golpe parlamentar de 2016, com Moreira Franco (PMDB) à frente do ministério de Minas e Energia e Pedro Parente (PSDB) na presidência da Petrobrás (até seu pedido de demissão após a histórica greve dos caminhoneiros) temos uma reviravolta e interesses de empresas estrangeiras passam a ser contemplados por meio de concessões e o destino dos *royalties* revistos (Temer, por sua vez, em 2016, sancionou uma lei que desobriga a Petrobrás a participar de todos os consórcios de exploração do pré-sal). Para muitos autores e políticos, esta questão relacionada à exploração do petróleo compõe a complexa teia de motivações que impulsionaram o golpe que retirou Dilma Rousseff da presidência, basta ter presente que as escutas ilegais realizadas por governos de países estrangeiros tiveram como alvo a Presidência da República e a Petrobras.

suas diferenças políticas - como um dos fundadores históricos do PT, apesar de ter abandonado o partido, desgostoso, logo depois que Singer ingressou no governo. Oliveira não contesta a caracterização feita por seu amigo da psicologia dos pobres, nem as melhorias obtidas por estes levadas a cabo por Lula. O subproletariado é como Singer o descreve: sem ressentimento dos ricos, satisfeito com a mitigação modesta e gradual de seu padrão de vida. Mas seu relato se concentra muito mais na relação entre Lula e a massa de seu eleitorado (...) Então, completamente desconectado da classe trabalhadora (...) Militantes se transformaram em funcionários desfrutando, ou abusando, das vantagens que seus cargos lhes ofereciam. (ANDERSON, 2011, p.39-40)

Mais contundente em sua crítica, Chico de Oliveira ressalta, portanto, o distanciamento crescente entre o governo Lula e a classe trabalhadora, a burocratização e desmobilização de importantes organizações dos trabalhadores além de programas econômicos que favoreceram a especulação financeira durante este governo. Tal cenário leva o autor a afirmar, inspirando-se em Gramsci, que Lula conseguiu uma hegemonia às avessas:

A perspectiva para o futuro requer uma reflexão “gramsciana”. Talvez estejamos assistindo à construção de uma “hegemonia às avessas”, típica da era da globalização. Foi provavelmente a África do Sul que anunciou essa “hegemonia às avessas”: enquanto as classes dominadas tomam a “direção moral” da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada. As classes dominadas na África do Sul, que se confundem com a população negra, derrotaram o *apartheid*, um dos regimes mais nefastos do século XX (...) E o governo sul- africano oriundo da queda do *apartheid*, no entanto, se rendeu ao neoliberalismo (...) Algo assim pode estar em curso no Brasil. A longa “era da invenção” forneceu a direção moral da sociedade brasileira na resistência à ditadura e alçou a questão da pobreza e da desigualdade ao primeiro plano da política. Chegando ao poder, o PT e Lula criaram o Bolsa-Família, que é uma espécie de derrota do *apartheid*. Mais ainda: ao elegermos Lula, parecia ter sido borrado para sempre o preconceito de classe, e destruídas as barreiras da desigualdade. Ao elevar-se à condição de *condottiere* e de mito, como as recentes eleições parecem comprovar, Lula despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade. Ele as transforma em problemas de administração, derrota o suposto representante das burguesias – o PSDB, o que é inteiramente falso – e funcionaliza a pobreza. A pobreza, assim, poderia ser trabalhada no capitalismo contemporâneo como uma questão administrativa (OLIVEIRA, 2018, p.118-119)

Ao enfatizar a relação do governo com a classe trabalhadora, Oliveira ressalta que Lula, ou ainda, o Lulismo, buscou se manter acima das classes sociais. Porém, tendo em vista tal impossibilidade e o caráter ideológico deste discurso e posição “anticlassista”, Lula “despolitiza” as questões ligadas às desigualdades que são intrínsecas ao capitalismo e transfere o debate para a esfera administrativa visando, assim, uma suposta conciliação de classes (objetivo contraditório em termos) e a moderação do discurso, visto, por Singer, como algo necessário à ascensão e aceitação do Lulismo.

De qualquer forma, independente do debate entre Singer e Oliveira, ao fim de seu governo, Lula pôde contemplar um de seus triunfos políticos. Este triunfo não se refletiu somente nos altos índices de popularidade de seu governo, mas sobretudo na eleição de sua

sucessora, Dilma Rousseff, e na eleição de muitos parlamentares de seu partido (muitos políticos buscaram associar sua imagem a de Lula, quase como um pré-requisito para ser eleito naquela eleição de 2010, mesmo que fosse necessário fotos montadas ou tiradas com *banners* de Lula). Contudo, e apesar da reeleição de sua sucessora, é sabido que ela, seu governo e a maioria dos eleitores brasileiros sofreram um duro golpe. Todavia, Oliveira já apontava a relevância política de Dilma ao criticar a postura de Lula que, segundo o autor, quando reeleito: “não tem objetivos de classe porque não tem inimigos de classe” (OLIVEIRA, 2018), ou ainda:

Alguns, poucos, que vocalizaram a esperança de mudanças na política econômica, foram imediatamente reprimidos pelo próprio presidente reeleito – caso de Tarso Genro, ministro das Relações Institucionais, tido como o ideólogo do governo, e Dilma Rousseff, a poderosa chefe da Casa Civil, considerada o motor do Executivo. Eles estavam entre os mudancistas e logo foram calados (OLIVEIRA, 2018, p.117)

Já na educação, o governo Lula, como não poderia ser diferente, também expressou contradições. Se, por um lado, aumentou o número de vagas no ensino superior público por meio da criação de novas universidades e novos *campi* permitindo o acesso de uma parcela da população excluída historicamente das universidades (negros, pobres, indígenas e quilombolas), por outro, não enfrentou a mercantilização da educação instituída no governo FHC ao criar, também ele, sistemas de bolsas e financiamento para faculdades privadas. Contudo, é inegável o investimento na criação de Universidades Federais e escolas técnicas durante o governo Lula, algo sem precedentes na história do Brasil. Comparando os governos de FHC (1995- 2002) com o período em que o governo federal foi conduzido pelo PT (2003-2016) é inegável a expansão do número de vagas (que praticamente duplicou, como foi dito anteriormente) durante o governo petista em comparação com o governo FHC, que pouco aumentou as vagas no ensino superior. Durante o período em que Fernando Haddad<sup>7</sup> esteve à frente do Ministério da Educação, rupturas e avanços do governo Lula na educação ficariam mais evidentes, como será demonstrado adiante.

Assim, depois da nomeação de Cristóvam Buarque (hoje senador que, inclusive, contribuiu para a destituição de Dilma) como ministro da educação, houve a tentativa de um novo projeto de alfabetização e de outros novos projetos, porém, segundo Arelaro com as mesmas diretrizes do governo anterior:

---

<sup>7</sup> Fernando Haddad foi ministro da educação durante o governo Lula e Dilma entre 2005 e 2012 e considerado por Lula seu melhor ministro. Foi eleito prefeito de São Paulo em 2012 mas não se reelegeu, perdendo a eleição de 2016 para João Dória, do PSDB, ainda no primeiro turno, em meio ao imbróglio do golpe destituiu Dilma Rousseff do poder. Posteriormente, em 2018, Haddad teve um papel de destaque nas eleições presidenciais. Sendo lançado como vice na chapa de Lula, assumiu a chapa pelo indeferimento da candidatura de Lula que está preso e teve seus direitos políticos suspensos. Haddad perdeu a eleição de 2018 no segundo turno.

Além da criação de um grupo de trabalho interministerial para a reforma do ensino superior, o ministro da Educação criou o projeto Brasil Alfabetizado, em substituição ao da Alfabetização Solidária, do governo anterior. Manteve, mesmo assim, a maior percentagem de recursos nas mãos da mesma ONG, a Alfabetização Solidária, naquele momento ainda dirigida pela ex-primeira dama, a antropóloga Ruth Cardoso. Somente no final do segundo ano de governo, com novo ministro, a prioridade às entidades oficiais – municípios e Estados – foi retomada. O Projeto Brasil Alfabetizado, pretensioso nos objetivos, não conseguiu a adesão esperada da sociedade, mantendo-se como mais um dos que não disputaram, com o vigor necessário, a prioridade de alfabetização urgente e competente dos brasileiros. Já o Mova Brasil – proposto por Paulo Freire, em 1989 – e considerado programa prioritário na campanha eleitoral, não ganhou espaço no governo petista, nem com o primeiro nem com o segundo ministro da Educação (ARELARO, 2005, p.49)

Sobre os fundos da Educação, pouco foi alterado sobre a composição dos investimentos da União nos financiamentos relativos a esta área, segundo Arelaro. A promessa de promover prontamente um Congresso Nacional de Educação também não foi cumprida, deixando muitos educadores e militantes decepcionados durante o governo Lula.

Posteriormente tivemos a substituição do ministro da Educação Cristóvam Buarque por Tarso Genro. Na gestão deste último tivemos o aprofundamento da mercantilização, principalmente do ensino superior, e de políticas educacionais que privilegiariam os empresários da educação com o discurso da democratização do acesso ao ensino superior. Ou seja, muitos investimentos em programas que iriam injetar grandes recursos financeiros em faculdades privadas foram realizados pelo novo ministro. Há um relativo consenso que a democratização ao ensino superior é fundamental, todavia, entregar uma grande fatia do ensino superior à empresários preocupados com o retorno financeiro de seus investimentos sob fiscalização precária dos órgãos competentes tem produzido uma realidade no ensino superior preocupante<sup>8</sup>.

Cristóvam Buarque foi substituído por Tarso Genro, ex-prefeito de Porto Alegre e ex-deputado federal, pouco conhecedor da área educacional, mas considerado homem “de ação”, com acesso fácil ao presidente da República. Estabeleceu três projetos prioritários para a sua Pasta: o Universidade para Todos (ProUni), que, na ocasião, ninguém sabia de que se tratava, a Reforma do Ensino Superior e a aprovação do novo Fundo para Financiamento da Educação Básica (Fundeb). Novas surpresas. O primeiro projeto do ministro recém-empossado foi a oferta de bolsas para alunos “pobres” em cursos superiores privados – felicidade geral dos empresários da educação (ARELARO, 2005, p. 49)

---

<sup>8</sup> Os indicativos educacionais, como as notas atribuídas pelo MEC às Faculdades e Universidades, demonstram uma grande discrepância entre a qualidade do ensino superior oferecido pelas instituições públicas e privadas, sendo que estas últimas, as quais apresentam os piores indicativos de qualidade, têm atendido um número cada vez maior de estudantes. Hoje, a maior Universidade brasileira em número de alunos, sem considerar as matrículas da educação à distância, não é mais a Universidade de São Paulo (aproximadamente 94.875), mas a Universidade privada paulista – UNIP (com cerca de 220.000 estudantes).

Após Tarso Genro, que foi chamado para presidir o PT durante a chamada crise do mensalão, temos Fernando Haddad assumindo o ministério da educação permanecendo no cargo até os primeiros anos do governo Dilma. Segundo Aguiar (2016), foi Haddad quem definiu as políticas adotadas na educação, de maneira geral, durante o governo Lula e foi durante sua gestão que significativos acontecimentos no âmbito educacional iriam ocorrer e projetos se consolidariam, transformando-se em leis:

A ideia da troca de bolsas de estudos para alunos carentes por isenções fiscais já havia sido cogitada desde os anos de 1990, sem sucesso. Segundo Gilda Gouvea, então assessora do ministro Paulo Renato, a ideia chegou a ser apresentada a ele, que teria avaliado que não havia condições políticas para tal. Tão logo chegou ao ministério, Fernando Haddad a retomou e obteve a pronta aprovação do presidente Lula. A negociação com os representantes do setor privado e posteriormente com o Congresso Nacional foi difícil e tortuosa (...) O presidente Lula parecia ter pressa na adoção do programa porque apesar de ter enviado ao Congresso um projeto de lei, logo depois editou, em 10 de setembro de 2004, a Medida Provisória (MP) nº 213, que instituiu o Programa Universidade para Todos. Logo em seguida, o Decreto nº 5.245, de 18 de outubro de 2004, regulamentou a MP e a Portaria nº 3.268, de 19 de outubro de 2004, estabeleceu os procedimentos para adesão das instituições privadas de educação superior ao ProUni. Mais recentemente, em 13 de janeiro de 2005, o Programa foi transformado em lei – Lei nº 11.096/05 (...) Ao final do governo Lula, segundo balanço oficial, foram contabilizados 748 mil estudantes com bolsas do ProUni, sendo 69% com bolsas integrais. Desse total, 48% são afrodescendentes. Dentre estes, 5.194 estudantes receberam bolsa permanência, no valor de R\$ 300,00, destinada a alunos que realizam cursos de período integral (mais de seis horas diárias). Os dados de 2010 indicavam que havia 462 mil bolsas em utilização e 116 mil estudantes com a graduação concluída como bolsistas do ProUni (AGUIAR, 2016, p. 64)

Destarte, apesar da inegável política de democratização do acesso ao ensino superior e expansão das Universidades Federais ocorridas no governo Lula, houve também a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada com programas como o ProUni. As contradições e a complexidade da questão dificultam a análise. Com a criação de Universidades federais e de novos *campi*, houve uma breve diminuição no ritmo da privatização, contudo, a mercantilização do ensino superior foi acelerada. Como uma *commodity* a ser explorada, a educação de nível superior passou a produzir dividendos ao mesmo tempo que tinha seu acesso democratizado:

A análise das políticas adotadas pelo governo Lula indica que este privilegiou algumas questões da agenda da educação superior, como a ampliação e democratização de acesso, inclusive procurando o viés da equidade, ao contemplar populações historicamente não atendidas, quer por razões econômicas, quer, aliada a estas, raciais (...) Considerando as questões relativas à mercantilização/privatização, os resultados foram mais controversos. Se, de um lado, a privatização sofreu um pequeno reflexo, principalmente por conta da ampliação das vagas em instituições federais, por outro, a mercantilização se aprofundou. A ausência da regulamentação quanto à possibilidade de abertura de capital das mantenedoras e à atuação dos fundos de capital nacionais ou estrangeiros permitiu o surgimento de megagrupos financeiros que exploram a

educação superior como uma *commodity* cuja principal função é gerar dividendos aos acionistas (AGUIAR, 2016, p.79)

Grosso modo, o governo Lula deve ser visto como continuidade e ruptura, como sugere o título do artigo no qual se insere a citação acima. Se por um lado, democratizou o acesso à educação, combateu a fome e as desigualdades (“colocou o pobre na conta”, como gosta de dizer Lula) e atingiu consideráveis índices de crescimento econômico em sua gestão, por outro, não teve forças para enfrentar a questão da concentração fundiária, o monopólio dos meios de comunicação e muito menos o modo de funcionar do capital financeiro (o que exigiria uma ação conjunta entre muitos países), também não conseguiu enfrentar a questão dos bancos e sua elevada concentração, monopolização e ganhos, não se conseguiu chegar a um pacto para a reforma financeira, ou seja, muito distante daquilo que hoje é acusado: um governo comunista ou socialista.

Os programas efetivados principalmente durante a estada de Fernando Haddad no Ministério da Educação permitiram, apesar do avanço da mercantilização, o ingresso de milhares de estudantes de baixa renda nas Universidades, o que, para muitos autores como Jessé Souza (2018), despertou a ira da classe média/alta que viu seu reduto de privilégios, ou seja, a Universidade e o universo do conhecimento, ser penetrado pela classe baixa, pelos mais pobres e minorias por meio de sistemas de cotas, o que pode ter contribuído, posteriormente, para o crescimento do antipetismo que marcará as eleições de 2018 na qual Haddad saiu derrotado.

Portanto, apesar dos desdobramentos eleitorais e nos limites da democracia formal burguesa, pode-se afirmar, a partir dos dados na área econômica e social, que governo do Presidente Lula foi o melhor governo em toda a história do Brasil.

### **1.3.2 O governo de Dilma Rousseff (2011- 2016)**

Novamente recorrendo a André Singer, este autor defende a tese de que Dilma, durante seu governo, interrompido pelo golpe de 2016, buscou defender a maior intervenção do Estado, visando uma nova matriz econômica pautada no desenvolvimentismo, ou seja, uma orientação política e econômica avessa ao neoliberalismo. Desta forma, Singer afirmará que Dilma buscou enfrentar a especulação financeira e dar vida ao seu projeto desenvolvimentista a partir de uma série de ações: 1) redução dos juros 2) uso intensivo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) 3) aposta na reindustrialização 4) desonerações 5) plano para infraestrutura 6) reforma do setor elétrico 7) desvalorização do real 8) controle de capitais 9) proteção ao produto nacional. Portanto, a partir do legado do lulismo, Dilma galgou seu

caminho no poder executivo, porém, com especificidades e com um desfecho bem diferente daquele vivido por Lula ao final de seu governo:

É possível perceber nessas ações medidas da ousadia intervencionista (...) porém, se, desse ângulo há continuidade entre Lula e Dilma, do ponto de vista político ocorreu uma mudança relevante. Enquanto Lula foi conciliador, Dilma decide entrar em combate com frações de classe poderosas e resistentes. Ao reduzir os juros e forçar os *spreads* para baixo, Dilma tencionou o pacto estabelecido com o setor financeiro. Uma barreira foi rompida (...) o recado não poderia ser mais claro: o Estado se arrogava o direito de intervir na quintessência do capital, a saber, o lucro” (SINGER, 2016, p.32-33)

Dilma, assim, com o prestígio que herdara de Lula e com a energia do início de mandato, o que lhe permitia fazer pronunciamentos inflamados e com promessas classistas, enfrentou e obteve uma primeira vitória contra os bancos referente à diminuição dos *spreads* e, com a diminuição do preço da eletricidade, acenava positivamente para a indústria e à população mais pobre fazendo com que o ensaio desenvolvimentista chegasse ao seu auge no final de 2012, mesmo ano em que Haddad se afastou do ministério da educação após ter sido eleito prefeito de São Paulo. Contudo, Dilma “transita do céu ao inferno em 36 meses” (SINGER, 2016, p.23) e o lulismo sofrerá um grande revés doravante.

Depois do triunfo inicial, passam a surgir divergências no interior governo e o Banco Central, através de sua atuação, passa a ir na contramão do projeto desenvolvimentista almejado por Dilma. Aumento da taxa juros, corte de investimentos públicos, diminuição das restrições ao capital especulativo e as privatizações de transportes fizeram o país caminhar para trás, efeitos da crise de 2008 passam a ser mais sentidos, fazendo emergir uma crise política e a imagem de Dilma começou a ser atacada:

Enquanto isso, o aumento das críticas ao ativismo estatal por parte das agências internacionais de risco, das instituições oficiais de controle econômico (FMI, BM, etc.), dos bancos estrangeiros, das corporações multinacionais e de múltiplas vozes nos meios de comunicação de massa ao longo de 2013 e 2014 criavam o clima ideológico necessário para forçar uma virada (SINGER, 2016, p.40)

As instituições internacionais do capital supra citadas logo saíram em defesa do neoliberalismo, condenando o projeto desenvolvimentista proposto por Dilma e mobilizando as forças nacionais para contê-lo. Milhares de reportagens e milhões de minutos de rádio e TV foram dedicados para demonstrar a necessidade urgente de cortar gastos “desnecessários” do governo (geralmente os ligados às áreas e projetos sociais) e deixar o mercado funcionar livremente para o bem da economia e da nação. Neste contexto, nas eleições de 2014 (após os contraditórios protestos de 2013 que acabaram incidindo e abalando ainda mais o governo da

primeira mulher eleita presidenta do Brasil) Dilma irá propor a responsabilidade fiscal como um dos pactos necessários para reunificar a nação, um aceno de paz para o mercado financeiro.

Todavia, as propagandas dilmistas afirmavam que a política desenvolvimentista continuaria, algo que não se concretizou no segundo mandato. Dilma venceu a eleição de maneira apertada contra Aécio Neves que à época era senador e agora deputado federal pelo PSDB. Aécio não aceitou a derrota pedindo recontagem de votos e insinuando que fraudes eleitorais teriam determinado a vitória de Dilma, todavia, logo após o golpe de 2016, teve seu “prestígio” político e a própria imagem pessoal bombardeada por uma gravação telefônica na qual pedia propina e sugeria matar um de seus primos antes que este fizesse uma delação, contudo, até o presente momento continua exercendo seu mandato sem maiores constrangimentos.

Dilma, com o governo pressionado, estabeleceu um ajuste fiscal como meta que impediria qualquer projeto de desenvolvimento nacional, surpreendendo a esquerda. Para muitos autores como André Singer, tal manobra foi necessária, pois Dilma perdeu o apoio da burguesia industrial que, desde 2012, passou gradualmente para a coalizão do capital financeiro, rentista, e o discurso neoliberal, neste processo, passou a ser mais sedutor para esta fração de classe:

Ao longo do primeiro mandato de Dilma, as condições internacionais haviam mudado, a recessão internacional se aprofundado, encerrando aquele jogo do ganha-ganha a que Lula havia se referido. Nesse período, a economia ficou praticamente estagnada, apesar dos esforços do governo, que manteve a expansão das políticas sociais, de forma coerente coma a prioridade que o PT sempre atribuiu a elas, como forma de combate às desigualdades, à pobreza e à miséria (...) Nas eleições de 2014 fenômenos inéditos houveram no Brasil, entre eles a eleição de um presidente com a oposição de praticamente a totalidade do grande empresariado, o que representa todo o montante de investimentos privados de que o país dispõe. Ao mesmo tempo, houve uma inflexão à direita do principal aliado do governo – o PMDB –, fazendo com que as duas grandes alianças, que haviam sido montadas no começo do governo Lula, fossem desfeitas (...) como resultado, a oposição política – unindo os grandes monopólios privados dos meios de comunicação, os partidos de direita e grandes grupos empresariais – promoveu um processo de desestabilização do segundo governo Dilma, questionando sua legitimidade (SADER, 2017, p. 24)

Foi assim e com a possibilidade de uma posterior reeleição de Lula (pesquisas de intenção de votos ainda apontavam Lula na liderança da disputa presidencial de 2018 mesmo após sua prisão) que disputas pela exploração do pré-sal (incluindo a pressão de empresas internacionais, sobretudo estadunidenses), interesses e lobbies ligados à direita política brasileira (fortalecida no Congresso Nacional), a insatisfação crescente da população em relação à estagnação econômica (insatisfação induzida em grande parte e direcionada pelos

meios de comunicação, com destaque especial à rede Globo) e os fatores econômicos abordados anteriormente consumariam um golpe em Dilma, através do judiciário e de um processo de *impeachment* que embora mantendo um rito legal parecia não apresentar nenhum crime de responsabilidade, ou seja, um golpe jurídico/parlamentar, apoiado pelos principais meios de comunicação do país, que destituiu do poder a primeira presidenta do Brasil. O que leva Braga (2016) a afirmar:

Essa mobilização estimulou a adesão dos derrotados em 2014 ao processo de *impeachment*. Negociações entre o PSDB e o PMDB intensificaram-se, redundando no projeto intitulado “Uma ponte para o futuro”, cuja essência consiste em garantir o pagamento dos juros da dívida pública aos bancos à custa da desvinculação constitucional dos gastos com educação e saúde, além de cortes nos programas sociais do governo. Como acréscimo, o documento promete eliminar direitos trabalhistas e implementar uma radical reforma previdenciária, limitando pensões e aumentando o tempo de contribuição dos trabalhadores (Braga, 2016, p.92)

Na educação, Dilma Rousseff buscou sustentar os principais programas implementados no governo anterior mantendo, inclusive, Fernando Haddad à frente do Ministério da Educação (até seu afastamento para assumir o cargo de prefeito). Contradições também se fizeram presentes nas políticas educacionais durante o governo de Dilma como o incentivo à universalização do ensino somado ao aprofundamento da mercantilização, porém, sem o contexto político, social e econômico que beneficiou Lula. De qualquer forma, para além desta vitória neoliberal escondida por detrás do golpe de 2016, um marco importante no governo Dilma, no campo educacional, foi a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024).

No nível superior, de maneira geral, o governo Dilma pouco alterou o papel da União em relação ao ensino superior e fez somente algumas alterações pontuais na LDB como, por exemplo, a que dispõe a oferta de educação superior para os povos indígenas, (Lei n.12.416, de 9 de junho de 2011), ou ainda, a que trata da obrigatoriedade das instituições de ensino superior de divulgar os cursos oferecidos aos interessados (Lei n. 13.168, de 6 de outubro de 2015). No que concerne à educação básica, Dilma também promoveu alterações pontuais em dispositivos da LDB:

Além das mencionadas alterações pontuais cabe destacar a Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013, que, ajustando a educação nacional ao disposto na Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009, que ampliou a educação obrigatória para a faixa etária dos 4 aos 17 anos, modificou diversos dispositivos da LDB. Em consequência, a educação básica obrigatória passou a abranger a pré-escola, ensino fundamental e ensino médio (SAVIANI, 2016, p.94)

Apesar das alterações legais promovidas pelo governo Dilma serem principalmente realizadas no sentido da universalização e democratização do ensino e do acesso à educação, inclusive das minorias sociais, os grandes problemas da educação como seu financiamento, privatização e mercantilização não foram enfrentados devidamente.

O PNE, por sua vez, que entrou em vigor em 26 de junho de 2014, fixando prazos, condições e estratégias para que se sejam atingidas as 20 metas estipuladas no documento, traz avanços, contudo, ao observar que o PNE é uma lei que estabelece um plano de âmbito nacional, o desafio agora é sua efetivação em todas as escolas e demais instituições educativas da país.

Concluindo esta breve análise do governo (forçosamente interrompido) de Dilma Rousseff e dos catorze anos de governo PT, deve-se reconhecer os avanços educacionais neste período e reafirmar a prioridade dada as questões sociais, e os avanços conquistados, com o equilíbrio das contas públicas, tendo em vista a urgência destas questões no Brasil.

Sader, ponderando sobre a atuação do governo no campo econômico e social, irá afirmar que o governo PT pode ser visto como antineoliberal. Contudo, tal resistência teve seu limite: “essa ação nas linhas da menor resistência do neoliberalismo fez, paralelamente, com que não fossem transformadas as grandes estruturas de poder herdadas pelo governo Lula” (SADER, 2016, p.23), como a hegemonia do capital financeiro, a estrutura fundiária, os monopólios dos meios de comunicação e o avanço da racionalidade neoliberal. Um enfrentamento mais acentuado destas estruturas de poder, sem o devido apoio político e popular, fez com que o Brasil seguisse sua tradição antidemocrática e golpista.

#### 1.4 PÓS-GOLPE: RETOMADA DO NEOLIBERALISMO E O CAMPO DA EDUCAÇÃO

Após o golpe jurídico/parlamentar/midiático de 2016, com Michel Temer na Presidência da República e Henrique Meirelles no Ministério da Fazenda, temos uma guinada política e uma agenda alinhada ao ideário neoliberal. As Propostas de Emenda à Constituição (PECs) aprovadas logo no início deste governo, forçosamente instituído e com pouca legitimidade perante a sociedade, explicitaram as pretensões de empresas e corporações internacionais, guiadas pelo neoliberalismo, e do próprio capital financeiro: a privatização da Petrobrás e a exploração do petróleo do pré-sal por empresas privadas (principalmente estadunidenses) ganha força e as mudanças legais para tanto tiveram o apoio do Congresso Nacional.

A privatização da Caixa Econômica Federal foi defendida pelo governo Temer e a Reforma da Previdência, que transferiria grandes montantes de recursos financeiros para bancos privados, além de restringir pensões e aumentar o tempo de contribuição dos trabalhadores (sem mexer nos privilégios de militares e políticos), também foram colocadas em pauta, mas ainda encontram-se sem aprovação devido a mobilização da classe trabalhadora, mas é prioridade para a direita política no Brasil. À guisa de exemplo, durante a transição do governo, o então presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro, manteve conversas com Temer sendo a Reforma da Previdência um dos destaques.

Foi aprovada a PEC 55, ou PEC do Teto dos Gastos Públicos, onde os mesmos devem ficar congelados durante um período de vinte exercícios financeiros (20 anos), ou seja, tal PEC 55 determina o congelamento dos investimentos nas áreas sociais e infra-estrutura para que seja garantido o pagamento da dívida pública e o controle inflacionário, atendendo aos princípios neoliberais e desejos do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles<sup>9</sup>.

No plano educacional, seguindo a tradição brasileira<sup>10</sup>, o governo Temer impôs uma “reforma do ensino médio” através de uma medida provisória, sem discussão com educadores, entidades e sociedade. Esta reforma enfatiza, em seu texto, o preparo profissional do aluno e parece esquecer-se da formação para a cidadania, tão ressaltada na Lei de Diretrizes e Bases, mas que não aparece uma única vez no texto da medida provisória. A formação profissional para o mercado e o negligenciamento do preparo para o exercício político efetivo surgem como diretrizes desta “nova” proposta educacional. Portanto, a reforma do ensino médio vem para preparar a força de trabalho e o terreno ideológico deste deserto do capital que se vislumbra daqui em diante.

A realidade apontada até aqui pode não parecer muito animadora, e não o é, contudo o concreto está em permanente mudança e o porvir histórico é um processo infundável e rico em possibilidades. O avanço do neoliberalismo no campo econômico e educacional é marcado por contradições que demandam entendimento teórico crítico e propositivo, pois, apesar da ofensiva do capital e tentativa do estabelecimento de um pensamento único, uma nova realidade social e educacional é possível. Neste sentido, é relevante a colocação de Hill (2003) em sua reflexão sobre a educação:

---

<sup>9</sup> Henrique Meirelles foi presidente internacional do BankBoston (principal executivo) e presidente do Banco Central do Brasil (BCB), cargo que ocupou de 2003 a 2011, durante o governo Lula.

<sup>11</sup> Dermeval Saviani (1996) irá afirmar que parece ser uma tradição da legislação do ensino no Brasil ser proposta (imposta) pelo Poder Executivo, sem o devido debate de algo tão fundamental no Congresso Nacional, o que leva o autor a indagar qual seria o papel do Congresso na elaboração da legislação educacional, denunciando sua omissão neste sentido.

(...) A reestruturação da educação e do ensino aconteceu sob a pressão das organizações capitalistas locais e internacionais a governos submissos (...) a mercantilização da educação deformou-a em vários aspectos: em suas metas, motivações, padrões de excelência e padrões de liberdade. O capital e as ideologias e políticas neoliberais visam neutralizar e destruir bolsões potenciais de resistência à expansão global corporativa e ao capital neoliberal, servindo para perpetuar os interesses destes às custas da classe trabalhadora nacional e global. A intrusão do capital na área de educação ameaça solapar um importante espaço para a sua contestação (HILL, 2003, p.25)

Assim, a ingerência do capital e do neoliberalismo na educação é evidente e seu estudo e entendimento coloca-se como condição *sine qua non* para a transformação da realidade vigente. A busca por adequar os conteúdos, as práticas de ensino e até mesmo as instituições educacionais à lógica e necessidades do mercado produzirá resultados e contradições importantes. Neste contexto, a noção de “produtividade” é introjetada no âmbito educacional e atrelada à índices de programas internacionais e bonificações salariais aos profissionais da educação: “como também as necessidades da economia ditam as metas principais da educação escolar, o mundo dos negócios também fornece o modelo de como esta deve ser fornecida e gerida” (HILL, 2003, p.26). Temer e seu sucessor parecem ter entendido o recado e se colocaram à disposição do neoliberalismo neste projeto.

O recém iniciado governo Bolsonaro parece ainda sem rumo, parece “bater cabeça”, anuncia e depois volta atrás nas decisões, não se consegue ainda avaliar até que ponto isso é estratégico até que ponto é fruto de um governo que ainda não sabe o que fazer, mas que dá sinais, pelo que já foi dito e propagado por Bolsonaro ao longo de seus quase trinta anos como deputado, além dos planos que Paulo Guedes, atual Ministro da Economia, vem apresentando, como a Reforma da Presidência, que teremos intensos ataques neoliberais em vários aspectos da vida social e também na educação (no sentido de sua privatização, mercantilização e tentativa de cerceamento da autonomia e liberdade de cátedra) com o incremento da (falsa) moralidade e combate à pluralidade de métodos e ideias por meio do projeto “escola sem partido” (projeto de lei em tramitação na câmara dos deputados). O neoliberalismo, com Bolsonaro e Guedes, ganhou a força que vem da legitimidade dos votos, algo que Temer não possuía.

#### **1.4.1 Neoliberalismo e educação: resultados na realidade concreta**

Tendo em vista a obsessão pelas “avaliações” que o neoliberalismo vem introduzindo na educação, como meio de controle em diversos aspectos, é necessário pontuar a dificuldade em mensurar o processo educacional, intelectual e das críticas que se poderia colocar aos

instrumentos de avaliação, atingir as “metas” numa realidade onde as condições de trabalho são evidentemente precárias é um desafio inatingível e que produz resultados preocupantes. Além de salas superlotadas (em média 35, 45 alunos, quando muitos educadores apontam como média ideal 25 alunos), onde grande parte dos alunos provêm de famílias pobres, de baixa renda (alunos que, muitas vezes, estão na escola por força da lei e atuação dos Conselhos Tutelares, afinal, a educação não é certeza de ascensão econômica e social para muitas famílias e o tempo despendido pelos jovens na escola é de certa forma um desperdício na medida que poderiam estar trabalhando, porém, o atrelamento da frequência escolar com o recebimento do bolsa-família garante a permanência de boa parte dos jovens na escola) que estão sujeitas às consequências da vulnerabilidade social como violência, uso de drogas, abandono e falta de cuidados com as crianças, etc., o que torna a sala de aula, cada vez mais heterogênea e suscetível à conflitos e mesmo violência física, um espaço amedrontador para muitos profissionais da educação.

Contudo, os baixos salários, sobretudo na rede pública, força os professores a terem uma longa jornada de trabalho (há docentes que dão 70 aulas semanais o que equivale a dar praticamente todas as aulas do período da manhã, tarde e noite, turnos que se estendem das 7:00 às 23:15 horas, de segunda a sexta-feira) em condições propícias à violência escolar em um contexto de crise educacional. Outrora valorizado e gozando de prestígio social (inclusive pela elitização que a educação, mesmo de nível básico, expressava, sendo um privilégio de poucos) o professor agora é tido, muitas vezes, como o responsável único pelo fracasso escolar (mesmo com a falta de investimentos, precariedade das condições de trabalho e ausência das famílias no acompanhamento do processo educacional) e geralmente estigmatizado e condenado<sup>11</sup> quando promove greves e paralisações reivindicando a qualidade da educação (com efetiva e dedicada atuação dos grandes meios de comunicação na produção deste pensamento). Este contexto, somado à pressão por resultados e a busca pelo bônus para colocar as contas em dia, tem sido um terreno fértil para o adoecimento mental da classe trabalhadora<sup>12</sup>.

Atualmente, portanto, com as consequências da racionalidade neoliberal na subjetividade dos indivíduos e com o aprofundamento das políticas neoliberais aplicadas à educação pública, as condições de trabalho e cobrança por resultados vêm gerando uma

---

<sup>11</sup> Em greves recentes, sobretudo no Paraná e em São Paulo (estados governados pelo PSDB), manifestações de professores foram violentamente reprimidas pelas Polícias Militares. Pesquisa publicada em 2018 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aponta que somente 2,4% dos alunos de 15 anos no Brasil tem interesse em seguir a profissão docente (PALHARES, 2018)

<sup>12</sup> Além do generalizado uso de remédios psiquiátricos (calmantes, antidepressivos, ansiolíticos...) entre os professores, pesquisas trazem o relato de profissionais que afirmam sentirem sintomas como ansiedade, dores abdominais e de cabeça, diarreia...ao se aproximarem da escola (CODO, 1999).

realidade propícia ao desenvolvimento ainda maior de patologias psicológicas entre os professores da educação básica, como uma quantidade considerável de estudos vem demonstrando nas últimas décadas. (CODO, 1999; PAPARELLI, 2009; SOARES et. al., 2017).

Desta forma, compreender melhor os desdobramentos do neoliberalismo significa entender melhor o mal estar docente e a mercantilização/precarização da educação:

A reestruturação mundial dos sistemas de ensino e educacionais faz parte de uma ofensiva ideológica e política do capital neoliberal (...) Os capitalismo nacional e global desejam, e de um modo geral conseguiram, cortar os gastos públicos. Isso acontece porque os serviços públicos são caros – o imposto sobre o capital. Os cortes nos gastos públicos servem para reduzir os impostos sobre o lucro, que por sua vez o aumentam pela acumulação do capital. Além disso, a classe capitalista na Grã-Bretanha e nos EUA têm: 1 – um Plano de Negócios para a Educação: este se concentra em, socialmente, produzir a força de trabalho (a capacidade das pessoas para trabalhar) para as empresas capitalistas; 2 – um Plano de Negócios na Educação: este se concentra em liberar as empresas para lucrar com a educação, 3 – um Plano de Negócios para as Empresas Educacionais: este é um plano para as “Edubusinesses” (empresas educativas) inglesas e americanas lucrarem com as atividades internacionais de privatização (...) Assim, expondo a educação ao mercado, a longo prazo, abrirão as portas para as corporações gigantes, principalmente as companhias transnacionais sediadas nos EUA e na Grã-Bretanha – que a administrará em seus próprios interesses (HILL, 2003, p.25)

Como buscou-se demonstrar, o Brasil, *mutatis mutandis*, vem sendo inserido, subsumido por este processo posto em marcha pelo neoliberalismo. Portanto, por considerar as políticas educacionais implementadas em âmbito nacional, sobretudo na década de 1990 e retomadas neste momento, emblemáticas e intimamente ligadas às políticas neoliberais, a análise crítica deste processo merece atenção, pois,

(...) desde a invasão na escola por uma lógica neoliberal produtivista, materializada pelos programas de regularização de fluxo escolar implantadas a partir dos anos 1990, o trabalho docente vem passando por reestruturações que vão na direção de sua intensificação, da ampliação dos tipos de tarefas, da sua desqualificação e da precarização das relações de emprego, consolidando-se a desvalorização do trabalho educativo (PAPARELLI, 2009, p.17)

Prossegue a autora que:

(...) as inúmeras tentativas docentes de reverter esse quadro acabam, frequentemente, transformando-se em estratégias para minimizar o desgaste no trabalho, sendo caracterizadas em ações que representam uma espécie de renúncia ao papel de educador. Essa desistência de educar significa, ao mesmo tempo, uma renúncia ao sentido do trabalho docente que, desse modo, passa a gerar intenso desgaste mental (PAPARELLI, 2009, p.18)

O que se constata neste início de século é (além de uma explosão de doenças mentais entre os trabalhadores, sobretudo no setor de serviços) a consolidação do projeto neoliberal o que, via de regra, precariza as condições de trabalho e favorece o adoecimento do trabalhador e a perda do sentido do trabalho, inclusive na educação. A APEOSP, divulgou uma pesquisa, em 2010, que revelou que 48,5% dos professores do estado sofriam com estresse e 26,6% com depressão. Além disso, 40% dos profissionais alegaram sentir-se cansados, sobrecarregados, exaustos emocionalmente, frustrados, e com vontade de mudar de profissão (sintomas atribuídos à síndrome do *burnout*). A pesquisa ainda mostrou que 42,5% dos males registrados estão diretamente ligados ao trabalho docente e às condições de trabalho nas quais ele se realiza (JACINTO, 2013).

Já uma pesquisa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), realizada em 2017, aponta que 71% dos 762 profissionais de educação da rede pública de vários estados entrevistados no início daquele ano ficaram afastados da sala de aula após episódios que desencadearam problemas psicológicos e psiquiátricos nos últimos cinco anos. O estresse, muitas vezes provocado por situações de insegurança, tem a maior incidência, com 501 ocorrências (65,7%). Vem seguido por depressão (53,7%), alergia a pó (47,2%), insônia (41,5%) e hipertensão arterial (41,3%). Há ainda aqueles que apresentaram apenas sintomas de mal-estar. Foram pelo menos 531 casos de ansiedade, 491 de cansaço ou fadiga e 480 referências a problemas de voz. Portanto, o aumento de afastamentos médicos, principalmente por motivos psicológicos, tem se mostrado uma tendência, segundo pesquisas e dados oficiais (SOUTO, 2017).

O fracasso do neoliberalismo no campo econômico - em termos de reativação da economia, crescimento econômico - parece não intimidá-lo em seu avanço e hegemonia no âmbito do pensamento, servindo de guia inclusive para as políticas educacionais. Aprofundar o entendimento das conexões e articulações que o mercado mantém com a educação é de suma importância para que, além da crítica, se estabeleça um plano propositivo que oriente os educadores críticos e engajados na transformação da sociedade.

Neste sentido, Hill fará uma indagação fundamental:

Como se encaixa a educação no programa neoliberal? O trabalho de Glenn Rikowski, tais como *The Battle in Seattle* (2001) desenvolve uma análise marxista baseada no estudo da força de trabalho. Referindo-se à educação, ele sugere que os professores são os mais perigosos dos trabalhadores porque eles têm um papel especial na formação, no desenvolvimento e na força da única mercadoria sobre a qual depende o sistema capitalista: a força de trabalho (...) Os professores são perigosos porque eles estão intimamente ligados à produção social da força de trabalho, fornecendo aos estudantes

técnicas, competências, habilidades, conhecimentos e atitudes e qualidades pessoais que podem ser expressas e utilizadas no processo de trabalho capitalista (HILL, 2003, p.27)

Buscando domesticar a educação e o trabalho docente e adequando a educação à lógica e interesses do capital, o neoliberalismo ganha terreno, inclusive com a precarização da formação docente que fragiliza a construção do senso crítico dos educadores tornando-os executores e reprodutores de valores e da racionalidade neoliberal, muitas vezes. Contudo, promover um debate teórico sobre a dinâmica vigente entre o neoliberalismo e as políticas educacionais transmuta-se num instrumento de resistência para que tais políticas sejam repensadas, tornem-se mais democráticas e sejam reelaboradas no sentido de atender à coletividade, aos interesses da maioria e não somente de um pequeno grupo dominante economicamente/politicamente. No mesmo sentido do estudo de Hill, este trabalho aponta para a necessidade da construção de “espaços de resistência à deformação neoliberal global do processo educativo e da sociedade, convocando os trabalhadores na área da educação e outros trabalhadores culturais a lutarem pela igualdade econômica e social” (HILL, 2003, p.27).

Deste modo, o capítulo a seguir discutirá a tese sobre o enraizamento, por assim dizer, do neoliberalismo na educação, tomando o exemplo do estado de São Paulo, que acontece por meio de quatro vias principais: investimentos públicos feitos na área, condições de trabalho docente produzidas pela legislação educacional, proposição de um currículo oficial e controle das redes de ensino por meio de avaliações e cobrança de resultados.

O recorte temporal feito nesta análise reporta aos últimos vinte e quatro nos quais o estado de São Paulo é governado pelo PSDB. Não que este partido tenha inaugurado a “era neoliberal” no estado ou no país, mas o alinhamento com o neoliberalismo e a articulação política efetivada por seus correligionários e aliados permitiu ao PSDB aprofundar o neoliberalismo sobretudo na subjetividade dos indivíduos que passam a ter o modelo empresarial e dinâmica do mercado como referências para suas escolhas mais íntimas. Esta “nova razão de mundo” e a contribuição do PSDB para seu estabelecimento no Brasil, no geral, e em São Paulo, especificamente, justifica o período de tempo que será analisado e o distingue da época antecedente na qual o neoliberalismo ainda estava sendo introduzido, grosso modo, por meio de políticas de austeridade e privatizações.

## 2 NEOLIBERALISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

### 2.1 O PAPEL DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E AS VICISSITUDES PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Ao observar que o estado de São Paulo tem adotado políticas econômicas e educacionais alinhadas ao ideário neoliberal nas últimas décadas, postas em marcha durante o governo do Partido da Social Democracia Brasileira que está à frente do governo estadual há vinte e quatro anos, este estudo, como afirmado, buscará analisar tais políticas no intuito de compreender como o neoliberalismo se efetiva na realidade concreta, no cotidiano das pessoas e nas relações de trabalho vivenciadas pelos profissionais da educação no “chão da escola”, especificamente, e da classe trabalhadora, em geral.

Anteriormente foi sumariamente descrito como o governo de FHC, em escala federal, buscou implementar políticas neoliberais, seja no campo econômico com seus ajustes fiscais e privatizações, seja no campo educacional com uma intensa (des)regularização legal de todas as modalidades de ensino com vistas à mercantilização/privatização. Tal informação é reveladora, para as intenções deste capítulo, na medida em que FHC pertence ao mesmo partido que está no poder em São Paulo há mais de duas décadas. Desta forma, há um indicativo, a ser investigado, de que as políticas neoliberais introduzidas na economia e na educação por FHC serviram de modelo e encontraram mais ressonância num estado que já era governado pelo PSDB durante o período em que FHC era o presidente do Brasil. Para enfatizar, este partido ainda permanece, desde então e sem interrupção<sup>13</sup> no poder em São Paulo.

É sabido que desde os anos de 1970 o sistema capitalista vê aflorar uma crise estrutural que resultou numa

(...) realidade que Mészáros (2002) define como o fim da capacidade civilizatória do capital, para designar o que agora, para manter as taxas históricas de exploração, o capital tem que destruir um a um, os direitos conquistados no contexto das políticas do Estado de bem-estar social (FRIGOTO; CIAVATA, 2003, p.96)

---

<sup>13</sup> Na verdade houveram breves períodos em que o PSDB se ausentou do poder em São Paulo: quando Cláudio Lembo, do Partido da Frente Liberal (PFL), entre março de 2006 e janeiro de 2007 esteve à frente do executivo e, agora, com Márcio França, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que assumiu o governo estadual em abril de 2008 e nele permanecerá até janeiro de 2019, em decorrência do afastamento de Geraldo Alckmin, nas duas oportunidades, do cargo de governador para concorrer à Presidência da República, contudo, tanto no primeiro caso como agora, é constatada a continuidade das políticas implementadas pelo PSDB pelos vices governadores, como era de se esperar, inclusive pelo curto tempo de governo.

Já Ricardo Antunes, em *Os Sentidos do Trabalho*, irá sustentar, sobre a crise estrutural do capitalismo, que o “desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram- se traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capitalismo” (ANTUNES, 2009, p.36). Esta crise estrutural do capitalismo, que por vezes é agravada pelas crises cíclicas inerentes ao sistema, tem posto na ordem do dia uma reforma, uma reestruturação das instituições e das relações de trabalho na pauta dos economistas (neo)liberais e ideólogos do capitalismo. O que se percebe na prática são os diretos trabalhistas e sociais sendo atacados ferozmente, como remédio para crise, por meio de ações políticas que possuem diretrizes ditadas por organismos internacionais ligados aos países centrais do capitalismo e às grandes corporações internacionais. Além disso, tudo se torna uma possibilidade econômica para os anseios do capital:

Os protagonistas destas reformas seriam os organismos internacionais e regionais vinculados aos mecanismos de mercado e representantes encarregados, em última instância, de garantir a rentabilidade do sistema capitalista, das grandes corporações, das empresas transnacionais e das nações poderosas onde aquelas têm suas bases e matrizes. Nesta compreensão, os organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), passam a ter o papel de tutoriar as reformas dos Estados nacionais, mormente dos países do capitalismo periférico e semiperiférico (Arrighi, 1998). No plano jurídico-econômico, a Organização Mundial do Comércio (OMC) vai tecendo uma legislação cujo poder transcende o domínio das megacorporações e empresas transnacionais. É interessante ter presente o papel da OMC, pois em 2000, numa de suas últimas reuniões, sinalizou para o capital que um dos espaços mais fecundos para negócios rentáveis era o campo educacional (FRIGOTO; CIAVATA, 2003, p.96)

Portanto, esta discussão tem como pressuposto o alinhamento das políticas engendradas pelo PSDB com as diretrizes definidas pelos organismos supracitados, o que resta investigar são as consequências destas políticas para a classe trabalhadora e para o campo educacional, tendo como modelo o estado de São Paulo, por sua relevância econômica e política e pela hegemonia que se constata dos tucanos em terras paulistas:

Como é de conhecimento geral, o Estado de São Paulo está sendo governado por um mesmo partido há quatro mandatos [atualmente já são seis mandatos]. Desde os anos noventa, quando Fernando Henrique Cardoso foi por duas vezes consecutivas Presidente do Brasil, seu partido tem sido hegemônico no governo paulista (...) Embora se convencie dizer que a vida partidária dos políticos brasileiros não se define exatamente por uma forte identidade ideológica deles com os respectivos programas dos partidos aos quais pertencem, no presente caso a afirmação não se aplica vigorosamente. Os últimos governantes do executivo paulista tiveram e, na medida do possível, continuam tendo uma inspiração ideológica razoavelmente comum. Respeitadas as diferenças dos estilos individuais de governo e as ambições pessoais geradoras de atritos, todos eles perseguiram políticas públicas alimentadas pela visão

neoliberal (...) Desde os governos de Fernando Henrique Cardoso na presidência da República, e quando Mário Covas comandava o governo paulista, houve bastante aproximação nos acertos para se estabelecer políticas públicas e em especial as políticas públicas para a educação. Também não passaram despercebidas as mesmas estratégias para implementá-las e justificá-las. Houve sempre uma articulação das ações com o apoio e intervenção das Agências: BIRD, BID, UNESCO, UNICEF etc. (SANFELICE, 2010, p.148)

Desta forma, o terreno para a implantação de políticas neoliberais no estado de São Paulo a partir do governo de Mário Covas (1995-2001) também estava sendo preparado em nível federal com importantes mudanças legais, apontadas anteriormente, que estavam sendo promovidas por FHC, conduzido e tutoriado pelos organismos internacionais representantes do capital:

As análises críticas do período do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) são abundantes tanto no âmbito econômico e político como no social, cultural e educacional. Todas convergem no sentido de que se trata de um governo que conduziu as diferentes políticas de forma associada e subordinadas aos organismos internacionais, gestores da mundialização do capital e dentro da ortodoxia da cartilha do credo neoliberal, cujo núcleo central é a ideia do livre mercado e da irreversibilidade de suas leis. (FRIGOTO; CIAVATA, 2003, p.104)

Ou ainda, como afirma Anderson:

A característica que define o governo FHC tem sido o neoliberalismo “*light*” do tipo que predominou nos anos 90 (...) A dinâmica fundamental do neoliberalismo se ergue sobre dois princípios: a desregulamentação dos mercados e a privatização dos serviços. (...) Fernando Henrique Cardoso leiloou a maior parte do setor estatal e abriu a economia completamente, apostando na entrada de um fluxo maciço de capital externo para modernizar o país. Após oito anos, os resultados estão aí, evidentes: estagnação crescente, salários reais em queda, desemprego em nível nunca antes visto e uma dívida estrondosa. O regime foi condenado aos seus próprios termos. (ANDERSON, 2002, p. 2)

As políticas neoliberais demonstram uma incrível habilidade de fracassar economicamente mantendo e conquistando hegemonia. No Brasil não foi diferente, apesar de seus limites as políticas postas em marcha durante o governo FHC, em parte mantidas durante o governo PT e reanimadas por Temer e Meirelles e agora por Bolsonaro e Guedes, ainda perduram nas legislações e no modo de conduzir a economia apesar do fracasso social e econômico (desemprego, baixas taxas de crescimento, aumento da desigualdade, precarização das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora...) daí advindos. Contudo, as políticas neoliberais semeadas por FHC parecem ter encontrado solo mais fértil e, portanto, fincaram raízes mais profundas em São Paulo, como será demonstrado.

Em relação às áreas sociais, sobretudo saúde e educação, pode-se afirmar que o projeto implantado pelo PSDB não surpreendeu com relação aos resultados esperados para as políticas neoliberais, afinal:

A análise mais abrangente e contundente é de James Petras e Henry Velmeyer (2001) no livro *Brasil de Cardoso: a desapropriação do Brasil*, cuja tese central é a de que o governo de FHC governou para “tornar o Brasil seguro para o capital”. No campo da saúde e educação, áreas tidas pelo Governo FHC como de extraordinário avanço e alvos de intensa e permanente propaganda, segundo Oliveira, não se confirma “a melhoria dos seus indicadores; pelo contrário, procedimentos metodológicos que medem incrementos marginais dizem que houve uma desaceleração da melhoria” (...) O ponto crucial da privatização não é a venda de algumas empresas apenas, mas o processo do Estado de desfazer-se do patrimônio público, privatizar serviços que são direitos (saúde, educação, aposentadoria, lazer, transporte etc.) e, sobretudo, diluir, esterilizar a possibilidade de o Estado fazer política econômica e social. O mercado passa a ser o regulador, inclusive dos direitos. Em seu conjunto, o projeto educativo do Governo Cardoso encontra compreensão e coerência lógica quando articulado com o projeto de ajuste da sociedade brasileira às demandas do grande capital. As demandas da sociedade organizada são substituídas por medidas produzidas por especialistas, tecnocratas e técnicos que definem as políticas de cima para baixo e de acordo com os princípios do ajuste (FRIGOTO; CIAVATA, 2003, p.106-107)

A afirmação acima é relevante na medida em que os autores evidenciam que as ações políticas do governo FHC não eram expressão da síntese das contradições e anseios políticos de grupos e classes sociais no interior da sociedade brasileira, mas um conjunto de medidas impostas por especialistas e tecnocratas visando atender unicamente os interesses econômicos e sociais das grandes empresas transnacionais e corporações internacionais. Os autores vão adiante:

E que especialistas foram estes? Na sua maioria, intelectuais altamente preparados em universidades do exterior e com passagem, alguns muito longa, outros mais breve, nos organismos internacionais que estão na base das reformas educativas: Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Organização Internacional do Comércio (OIT) etc. Esta lista é encabeçada com aquele que seria o ministro de Educação de FHC por oito anos, Paulo Renato Souza, e completada, entre outros, por João Batista de Araújo, Cláudio de Moura Castro, Guiomar Namó de Melo e Maria Helena Guimarães Castro (...) A dimensão talvez mais profunda e de consequências mais graves situa-se no fato de que o Governo Fernando H. Cardoso, por intermédio do Ministério da Educação, adotou o pensamento pedagógico empresarial e as diretrizes dos organismos e das agências internacionais e regionais, predominantemente a serviço desse pensamento como diretriz e concepção educacional do Estado. Trata-se de uma perspectiva pedagógica individualista, dualista e fragmentária coerente com o ideário da desregulamentação, flexibilização e privatização e com o desmonte dos direitos sociais ordenados por uma perspectiva de compromisso social coletivo. Não é casual que a ideologia das competências e da empregabilidade esteja no centro dos parâmetros e das diretrizes educacionais e dos mecanismos de avaliação (FRIGOTO; CIAVATA, 2003, p.107-108)

Desta forma, por meio da concepção dos especialistas e tecnocratas, o capital vai impondo a (des) regulamentação necessária para sua acumulação insaciável tendo o setor de serviços, atualmente, como alvo promissor para tanto. FHC e o PSDB, como instrumentos políticos nesta empreitada, engajaram-se em mudanças legais e na (des) regulamentação necessária para tornar a educação adequada aos interesses das corporações internacionais<sup>14</sup>. A consequência averiguada foi o sucateamento da educação pública tendo em vista que a democratização do acesso à escola, trazida pelos avanços legais presentes na Constituição de 1988 e na própria LDB de 1996, não foi acompanhada dos investimentos necessários<sup>15</sup>.

Este sucateamento da educação foi resultado, também, da precarização da formação docente (que está cada vez mais enxuta e relegada, muitas vezes, à formação à distância por meio de duvidosas faculdades virtuais) e ainda da precarização das condições de trabalho dos profissionais da educação (e consequente explosão de doenças psicológicas nesta categoria) além da mercantilização e privatização do ensino superior com consequente queda da qualidade do ensino e pesquisa. O estado de São Paulo, governado há 24 anos pelo PSDB, pode ser considerado o canteiro das experiências neoliberais no Brasil, seja no campo econômico seja no campo educacional.

A ideologia das competências e da empregabilidade é tida quase como uma doutrina pedagógica no estado de São Paulo e o modelo empresarial de gestão está sendo introduzido na escola pública com políticas de bonificação por resultados<sup>16</sup>, terceirização das atividades-meio<sup>17</sup> (como merenda e limpeza) e com a utilização de uma nomenclatura, pela Secretaria de Educação de São Paulo (SEE/SP), típica das empresas (os alunos são designados, neste contexto, de “clientela”).

Recentemente foi homologada, pelo ex-Presidente Michel Temer, uma nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC) aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) que, inclusive, foi amplamente modificado a pedido do Ministro de Educação instituído após o golpe, Mendonça Filho, que substituiu doze dos 24 membros do Conselho, além de revogar a nomeação de quatro conselheiros da Câmara de Educação Básica e de três membros da Câmara

---

<sup>14</sup> No atual governo temos a situação, registrada pela revista: Carta Educação, que: “o parentesco entre Paulo Guedes, ministro da Economia, e Elizabeth Guedes, vice-presidente da Associação Nacional de Universidades Privadas, é incrivelmente conveniente para os privatistas do ensino” (PEIXOTO, 2018)

<sup>15</sup> Está sendo amplamente divulgado pela grande mídia que o Brasil não atingiu sequer as metas de alfabetização estipuladas para o ano de 2018.

<sup>16</sup> O então governador José Serra, em 2006, instituiu a política de bônus salarial atrelado a resultados para a educação em São Paulo, conhecida como a “lei do bônus” (Lei Complementar Nº 1078, DE 17 de Dezembro de 2008).

<sup>17</sup> O governo Temer aprovou recentemente a Lei 13.428/17 que ao alterar o texto da Lei 6.019/74 permite que tanto as atividades-fim como as atividades-meio podem ser terceirizadas irrestritamente. Isto já está acontecendo com a categoria dos professores.

de Educação Superior; também foi revogada a recondução de três membros da Câmara de Educação Básica e de dois conselheiros da Câmara de Educação Superior, preparando o terreno, desta forma, para a modificação e aprovação da versão final da nova BNCC que está em sintonia com a proposta educacional neoliberal pregada pelos organismos internacionais supracitados.

O que surpreendeu a muitos educadores paulistas é que a nova BNCC parece não trazer muitas novidades, de maneira geral, em relação a proposta curricular do estado de São Paulo já vigente há alguns anos, principalmente em relação ao mote estruturante das competências e habilidades a serem desenvolvidas nos educandos de todo Brasil, independente das especificidades regionais e culturais. Ou seja, a nova BNCC aprovada pelo governo Temer, para estabelecer em todos os estados da federação os princípios neoliberais traduzidos num currículo comum, não é tão nova para o estado de São Paulo.

Nesta nova BCNN, um olhar desprovido de atenção pode deixar escapar contradições importantes ao observar as dez competências fundamentais definidas recentemente por este documento. Competências, é um conceito utilizado na literatura sobre educação para definir a capacidade de um indivíduo em adquirir conhecimentos através de habilidades desenvolvidas no decorrer do processo educacional. Portanto, ao definir as competências e habilidades a serem desenvolvidas em todas as escolas brasileiras, particulares e públicas, do ensino infantil, fundamental e médio, a nova BCNN estabelece o perfil de indivíduo e trabalhador a ser construído por meio da educação formal, revelando a importância deste documento. Contudo, apesar de parecerem “simpáticas” e “progressistas”, as competências a serem estimuladas nos jovens brasileiros carrega aspectos intrigantes quando comparadas com Bases Nacionais Curriculares de países economicamente desenvolvidos como, por exemplo, os países da União Europeia, definindo, desta forma, a posição do Brasil e de seus jovens trabalhadores na economia mundial:

Uma leitura desprovida de argúcia impede ver na BNCC qualquer problema referente a interdições ou limitação do potencial dos nossos estudantes. Somente quando comparada a edições estrangeiras é que começam a emergir as limitações que são impostas. Mas, antes de demonstrar o que estou afirmando, devo dizer que a sua tramitação no Congresso Nacional durante dois anos, foi tensionada pelos defensores da educação pública de qualidade socialmente referenciada (associações, organizações e sindicatos docentes) e todos os demais que lutaram pela adequação do sistema educacional brasileiro às determinações do sistema mundial de produção em bases capitalistas e ao ideário neoliberal (grandes fundações empresariais e sociais – Lemann, Maria Cecília Souto Vidigal, Roberto Marinho), institutos (Ayrton Senna, Inspirare, Natura, Unibanco) e movimentos e organizações (Todos Pela Educação, Movimento pela Base Nacional Comum, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Movimento Escola Sem Partido e outros). O consenso que se conseguiu produzir é ativo em torno de uma concepção fragmentada de educação e das normas que a orientam (...) A incorporação desigual das expectativas europeias em nossa BNCC,

considerando-se as influências que a União Europeia exerce a partir de acordos firmados em diversas instâncias supranacionais, cria um futuro cidadão e trabalhador brasileiro, incapaz, por exemplo, de reconhecer os desafios colocados, sobretudo, pelas Artes e Humanidades, e também pelas diversidades cultural, de gênero e de sexo, tantas são as pressões exercidas pelos integrantes e simpatizantes do Movimento Escola Sem Partido e de segmentos religiosos fundamentalistas às disciplinas de Artes, Filosofia, História e Sociologia e às questões ligadas a gênero e diversidade sexual (GAMA, 2018)

O estado de São Paulo, por sua vez, por meio das ações da Secretaria de Educação e de seu currículo oficial, já está adiantado neste processo. As competências e habilidades a serem desenvolvidas no currículo vigente em São Paulo estão em perfeita sintonia e possuem objetivos muito similares com a nova BCNN aprovada sob o governo Temer. Além disso, o número de aulas estabelecido pela SEE/SP para cada disciplina já evidencia as limitações citadas à formação dos estudantes brasileiros. As disciplinas de português e matemática recebem grande número de aulas semanais enquanto aulas de artes e humanidades são desfavorecidas, na casa de cinco ou seis para uma ou duas aulas, respectivamente, como se as disciplinas de humanidades não abordassem conceitos matemáticos, gramática, literatura, entre outros. Ademais, muitas propostas de atividades contidas nas apostilas distribuídas nas escolas públicas de São Paulo demonstram a precariedade e falta de recursos financeiros investidos na educação quando, por exemplo, numa situação de aprendizagem, ao abordar o esporte esgrima, sugere-se que os alunos produzam espadas com jornal e fita adesiva e pratiquem tal esporte com estas espadas, situação criada não pela preocupação com a reciclagem ou reutilização de materiais mas pela carência de material esportivo nas escolas públicas onde doações, muitas vezes, acabam sendo a salvação das aulas de educação física.

Portanto, a partir da situação exposta, pode-se afirmar que o projeto de educação elaborado para o Brasil e os arranjos feitos pelo governo do estado de São Paulo, tendo em vista documentos fundamentais como a BNCC e a proposta curricular do estado de São Paulo, não expressam a síntese do debate de educadores e dos anseios da sociedade brasileira, mas a proposta dos organismos internacionais para a educação, implantada de forma antidemocrática sem valorizar a diversidade cultural do país e condenando os brasileiros (sobretudo os de baixa renda que geralmente têm acesso a uma educação ainda mais limitada) aos postos de trabalho mais precários e menos realizadores numa escala global, condenando, portanto, as possibilidades transformadoras que um projeto de educação desenvolvido de forma democrática, fruto do diálogo com educadores, alunos, professores, profissionais da educação e sociedade civil pode trazer.

## 2.2 IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA NEOLIBERAL PARA A EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO

Neste tópico serão problematizados aspectos estruturantes da educação básica e por ventura do nível superior, tais como: investimentos públicos na área, currículo oficial, condições de trabalho docente e avaliações e resultados. Ao averiguar as políticas educacionais aplicadas pelo Governo do Estado de São Paulo sob a gestão do PSDB, pretende-se elucidar a penetração dos ideais neoliberais nas entranhas da educação, através da (des)regulamentação jurídica dos aspectos ressaltados e na repressão (por vezes violenta) do movimento estudantil e sindical (marca registrada do neoliberalismo em seu processo de “convencimento”).

Na tentativa de construção do “homem empresarial” (DARDOT; LAVAL, 2016) os governos tucanos buscaram modelar e ajustar a relação entre as instituições e as ações dos sujeitos, questão fundamental que guarda a originalidade do neoliberalismo, pondo a educação para servir a este propósito:

Como se vê até mesmo na atual crise na Europa, os Estados adotam políticas altamente “intervencionistas”, que visam a alterar profundamente as relações sociais, mudar o papel das instituições de proteção social e educação, orientar as condutas criando uma concorrência generalizada entre os sujeitos, e isso porque eles próprios estão inseridos num campo de concorrência regional e mundial que os leva a agir dessa forma (...) o mercado moderno não atua sozinho: ele sempre foi amparado pelo Estado (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 19)

Apesar do falacioso discurso do livre mercado e do *laissez-faire*, os governos e partidos políticos guiados pelo neoliberalismo, como o PSDB, são extremamente intervencionistas, como bem observaram acima os autores franceses, ao implantar as medidas elaboradas e ditadas pelos organismos internacionais que representam os interesses do capital e que servem à proposta neoliberal. Considerando o importante papel da educação institucionalizada neste atual momento histórico do capitalismo com a faceta neoliberal, sobretudo na preparação da força de trabalho e na construção subjetiva dos indivíduos, serão discutidas leis e resoluções que alteram e moldam a educação no Estado de São Paulo além de analisar a evolução dos investimentos na educação pública e as lutas sociais ocorridas recentemente neste campo, buscando evidenciar as vicissitudes das políticas neoliberais nas relações de trabalho, na educação de maneira geral e na própria “nova razão do mundo”.

### 2.2.1 Investimentos Públicos na Educação

Um princípio norteador das políticas neoliberais é a redução dos investimentos públicos dado pelo que se convencionou chamar de “ajuste fiscal”. Visando facilitar a entrada do capital privado em setores estratégicos e promissores da economia como o setor de serviços, no qual se encontram a educação e saúde, por exemplo, investimentos públicos são reduzidos ou apenas mantidos, apesar do aumento da demanda, precarizando os serviços ou não dando conta de atender toda a demanda, tal processo é denominado por Harvey (2004) de acumulação por espoliação. Ademais, através dos lobbies efetivados por uma bancada dos planos de saúde e de empresas educacionais no Congresso Nacional, áreas fundamentais como a saúde e educação são cada vez mais controladas por monopólios, tirando o controle social e reduzindo-as a um mero mecanismo de acumulação do capital. O Estado vai perdendo sua capacidade de fazer política social e de garantir direitos básicos à população.

Com a democratização do acesso à educação conquistada na Constituição de 1988, houve uma realocação das classes sociais nas escolas e instituições de ensino no Brasil. A escola pública, por exemplo, era ocupada predominantemente pela classe média e até mesmo por membros de famílias burguesas. Contudo, com a obrigatoriedade de que todos os jovens em idade escolar (inclusive os de baixa renda, provindos da classe trabalhadora e descendentes de escravos) deveriam estar matriculados e frequentando a escola, houve uma proliferação de escolas particulares e a realocação mencionada da classe média e burguesa nestas escolas.

Diferentemente da educação básica, o nível superior ainda é marcado por uma elitização das Universidades públicas (embora esse quadro tenha se alterado substancialmente na última década) principalmente quando se trata dos cursos mais concorridos no vestibular (como medicina, engenharias, etc.) que, pela necessidade de mais anos de estudo, geralmente, para o ingresso, torna-se um privilégio das classes sociais abastadas. Tal mudança também se deu por meio de bolsas e financiamentos educacionais e por meio do sistema de cotas/reserva de vagas, contudo, houve, concomitantemente, nas últimas décadas, um expressivo crescimento de faculdades particulares, ocupada, em boa parte, por jovens de baixa renda, de origem proletária.

Pesquisa divulgada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) relativa aos gastos com educação (nível fundamental e superior) revela a complexidade do problema. É fato que os investimentos em educação durante a gestão do PT à frente do poder executivo federal foram consideravelmente aumentados, como foi discutido anteriormente. De toda sorte, é evidente para qualquer educador ou profissional da educação, ou mesmo estudante da escola pública brasileira que os investimentos públicos em educação ainda são insuficientes

e a situação é agravada por uma corrupção estrutural, orgânica que desvia os recursos destinados à esta área<sup>18</sup>.

Segundo o levantamento da OCDE, com dados de 2015, o Brasil, entre os 39 países/economias analisados, está em último lugar em relação ao gasto anual com os estudantes universitários (US\$ 3.720) e em relação à educação fundamental só está à frente de México e Indonésia entre os países avaliados (US\$ 2.700 por estudante neste nível de ensino). Contudo, este baixo gasto por aluno contrasta com o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) destinado à educação. No total, recursos públicos para a educação representam 5% do PIB (em 2011 era 5,9%), taxa próxima dos países ricos, a Suécia, por exemplo, destina o mesmo percentual de seu PIB para a educação. O problema é quando estes recursos são divididos pelo número de alunos (CHADE, 2019). Esta situação evidencia, apesar da porcentagem do PIB destinada à área, que a educação no Brasil ainda precisa de maiores investimentos para garantir o acesso e permanência dos estudantes nas escolas e Universidades. Ademais, faz-se necessário que pesquisas e investigações monitorem de forma mais criteriosa o destino e utilização destes investimentos.

Em 2018, Abraham Weintraub, atual Ministro da Educação do governo Bolsonaro (que assumiu após a demissão de Ricardo Vélez Rodriguez, no quarto mês deste governo), chegou a declarar que o Brasil “gasta como rico e tem resultado de pobres” na educação (CHADE, 2019). O Ministro está propondo corte de verbas para a educação como uma de suas primeiras e principais ações no Ministério da Educação, sobretudo para as Universidades que promoveram recentemente atos políticos contra o Presidente Bolsonaro. Outro alvo de cortes são os cursos de Humanas, como filosofia e sociologia, que não são “produtivos”, segundo o governo, como agronomia, medicina ou engenharia.

Em São Paulo, a situação também é preocupante, como será visto. Seguindo sua proposta neoliberal e pautados pelos organismos internacionais, os governos do PSDB possuem um relevante histórico de lutas travadas contra sindicatos, entidades educacionais e movimentos sociais no sentido de controlar os investimentos em educação apesar dos graves problemas de infra-estrutura e do aumento da demanda de alunos após a democratização do acesso à educação básica. Em suma, com o ingresso de jovens pobres nas escolas públicas os investimentos em educação, quando geridos por governos neoliberais, passaram a ser regulados não somente por

---

<sup>18</sup> Atualmente o governo Alckmin está sofrendo acusações e um processo de investigação, que tramita sob o número 2022926-82.2016.8.26.0000, está se instaurando em relação à desvios de recursos e superfaturamento da merenda escolar, episódio que rendeu ao governador de São Paulo o apelido de “ladrão de merenda”, dado pelo movimento estudantil. Fernando Capez, investigado neste processo, era, à época, deputado estadual pelo PSDB e recentemente foi nomeado por João Dória para o posto de Diretor Executivo da Fundação Procon.

uma questão econômica, mas também por uma questão de controle social e manutenção de privilégios, aspectos que não poderiam passar despercebidos aos olhos do neoliberalismo e de seus instrumentos políticos:

Em 1995, durante o governo FHC (1995-2002), a opção pelo modelo econômico monetário pautado no “ajuste fiscal” trouxe consequências drásticas às áreas sociais. No caso do estado de São Paulo, marcado pelo início do governo do PSDB (mesmo partido da esfera federal naquele momento), diminuiu-se de maneira intensiva o investimento em educação e modificou-se parte da estrutura educacional. Para citar um dado do percentual de investimento direto aos alunos, por exemplo, sabe-se que o valor enviado à Secretaria da Educação caiu de 13,77% em 1986 para 10,70% em 1996 e 10% em 1997, chegando a 7,77% em 1998 (...) Ainda em 1995, durante a gestão Mario Covas, a secretária da Educação paulista passou a ser Rose Neubauer. Uma de suas primeiras medidas foi na estrutura institucional, visando “racionalizar o custeio”. Por meio do Decreto nº 39.902 de 1º de janeiro de 1995, a gestão Covas extinguiu as Diretorias Regionais de Ensino (DREs). A maioria dos professores e profissionais que trabalhavam nas DREs foi enquadrada no processo de desligamento por meio de “incentivo” de indenização do governo do estado de São Paulo (Lei Complementar nº 794 de 2 de junho de 1995). Todavia, os serviços efetuados por essas DREs ficaram a cargo das DEs e da Secretaria Administrativa, ocasionado aumento de serviço e uma nova centralização no Gabinete da Secretaria. Essas ações pareciam contraditórias em relação ao projeto de descentralização iniciado após a Constituição de 1988 (SANFELICE, 2010, p.152)

Além do governo de Mário Covas (1995-2001), que iniciou essa nova era neoliberal para a educação em São Paulo, Serra (2007-2011) e Alckmin (2011-2018) também possuem um relevante histórico de controle de investimentos públicos em educação. Tal política incidirá, evidentemente, na remuneração dos professores paulistas e nas condições materiais das escolas de São Paulo. O atual salário do professor de educação básica na rede pública está entre os piores comparados a outros estados brasileiros e a discrepância em relação à remuneração de outras profissões de ensino superior é muito grande.

A preocupante questão salarial dos professores em São Paulo é como segue: um professor com licenciatura plena ministrando aulas no ensino médio com 40 horas de trabalho semanais recebe o pagamento de R\$ 9,75 por hora-aula; já para quem tem formação em licenciatura recebe R\$ 12,08. Respectivamente, São Paulo está na 8ª e 10ª posição em um *ranking* nacional, atrás de estados como Amapá (R\$ 12,56 para ensino médio, R\$ 15,75 com licenciatura), Acre (R\$ 10,45 e R\$ 13,40), Piauí (R\$ 9,83 e R\$ 11,66), Rio de Janeiro (R\$ 11,30 e R\$ 13,51) e Distrito Federal (R\$ 14,60 e R\$ 18,48). Os números são do grupo de Pesquisa do Observatório da Remuneração Docente (PORD), da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em relatório base de 2014. Recentemente, após consecutivos reajustes salariais aos professores, o estado do Maranhão lidera o ranking de melhor salário para professores da educação básica pagando, em média, o destoante valor de 124,60 reais por hora-aula. Neste

contexto, não é uma surpresa que todos os governos tucanos tenham enfrentado diversas greves de professores que sempre possuíam o reajuste salarial como uma das principais bandeiras de reivindicação.

Outras políticas educacionais relevantes, geradoras de contradições e resistências por parte de educadores e estudantes, que evidenciam o neoliberalismo e o controle de investimentos em educação, promovidos pelos governos do PSDB em São Paulo, foram as políticas denominadas de “reorganização escolar” e “progressão continuada”:

Com base nos pressupostos da descentralização e autonomia, a Secretaria da Educação paulista decretou em 21 de novembro de 1995 o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual. Grosso modo, a reorganização dividiu as escolas do Ensino Fundamental de oito anos (1ª a 8ª série) em Ensino Fundamental I (1ª a 4ª série) e Fundamental II (5ª a 8ª série). O aluno já não poderia concluir seus estudos fundamentais em uma escola somente; após quatro anos teria de migrar para outra, que na maioria das vezes era distante de sua casa. Junto a esse “pacote”, com a intenção de “cortar custos”, foi implantado em 1998 o Regime de Progressão Continuada, cuja nomenclatura ficou conhecida como “aprovação automática”. Definitivamente esse seria um passo que extingiria a possibilidade de qualidade educacional nas escolas públicas paulistas, induzindo as famílias com melhores condições financeiras a migrar seus filhos para escolas particulares. Para essa população paulista, que conseguiu concluir a educação básica nesse molde de escola pública brasileira, o ingresso nas universidades públicas só seria possível com mudanças significativas na estrutura de investimento, na ampliação das vagas e na aplicação de políticas públicas afirmativas, como é o caso das cotas. A iniciativa das cotas somente surgiu através das universidades federais em 2009, durante o governo Lula (2003-2010), e a propositura tornou-se lei federal em 2012, durante o governo Dilma (2011-2014) (LIMA; GONZALEZ; LOMBARDI, 2017, p.926)

Sem defender a errônea percepção que reprovação escolar indica qualidade educacional e rigor na hora de avaliar, defender a “aprovação automática” ou mesmo a “progressão continuada” (política educacional estabelecida pelo PSDB onde, de maneira geral, os alunos só podem ser reprovados no final de um ciclo de cinco anos o que garante, a partir de um cálculo matemático, os melhores índices de aprovação do país a este estado, índices estes que contrastam com o péssimo desempenho dos alunos nas avaliações e mesmo no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), pondo em questão a fidedignidade dos índices de aprovação na educação paulista) parece não ser o melhor caminho.

Além disso, estabelecer políticas educacionais que produzem uma grande pressão pela aprovação dos alunos (ao passo que estes números incidem sobre o bônus salarial, por exemplo) que, na prática, significa diminuir o tempo de permanência na escola para aqueles alunos que ingressam com enormes carências e defasagens educacionais/culturais em decorrência de suas origens sócio-econômicas, como sempre o fizeram os governos tucanos em São Paulo, é uma medida que precariza a formação dos alunos de baixa renda, além de economizar recursos

financeiros, afinal, cada aluno possui seu custo e a reprovação significa um investimento perdido se tivermos por base a perspectiva neoliberal que orienta as ações dos governos do estado de São Paulo. Neste sentido, tais políticas vão ao encontro da manutenção das desigualdades existentes entre o ensino público e o privado<sup>19</sup> no qual a “aprovação automática” não é prática corriqueira contribuindo para que esses alunos, de modo geral, tenham um melhor desempenho nos concorridos vestibulares ou no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Sobre a reorganização escolar, proposta sustentada pelo PSDB que atravessou algumas gestões, um fato importante irá ocorrer sob a gestão de Geraldo Alckmin. Em 2015 a SEE-SP anuncia o fechamento de 94 escolas públicas no estado de São Paulo:

No dia 23 de setembro, de 2015, a população paulista foi surpreendida pela divulgação da proposta de reorganização das escolas paulistas, anunciando o fechamento de 94 escolas em todo o Estado de São Paulo, além do fechamento de períodos e salas de aula. Apesar da Secretaria Estadual de Educação (SEE) divulgar que a proposta de “reorganização” da rede de ensino oficial foi precedida e estava fundamentada no diálogo com a comunidade escolar, professores, pais e alunos saíram imediatamente às ruas para manifestar indignação com o autoritarismo do governador Geraldo Alckmin e o profundo descontentamento com a proposta. A ofensiva do governo Alckmin ocorreu pouco tempo depois do professorado paulista ter realizado uma greve de três meses que, dentre outras reivindicações, pautou-se na reabertura de milhares de salas de aula fechadas na “calada da noite”, durante as férias do início do ano. Segundo a SEE, a proposta favoreceria “a gestão das unidades, possibilitando a adoção de estratégias pedagógicas focadas na idade e na fase de aprendizado dos alunos” (LIMA; GONZALEZ; LOMBARDI, 2017, p.926)

Os devastadores efeitos sociais do neoliberalismo saltam aos olhos numa peculiar ação da secretaria de educação sob a égide desta ideologia transcrita numa política educacional. A reorganização escolar proposta por Geraldo Alckmin traria, na prática, como consequências mais imediatas, uma maior superlotação das escolas e salas de aula (com todos os problemas relacionados às condições de trabalho que isso acarreta), demissão de professores (uma estimativa de 20 mil demissões, segundo a APEOSP), além da necessidade, via de regra, de um maior deslocamento de muitos alunos que teriam que estudar mais longe de casa, ou seja, esta imposição, que só foi freada pela mobilização política dos estudantes, simplesmente ignorava os anseios de jovens e trabalhadores.

O governo estadual e a SEE/SP alegavam que muitos recursos financeiros estavam sendo desperdiçados por manter escolas que possuíam salas “ociosas”, ou seja, não utilizadas para aulas regulares em algum período do dia, além de justificarem a reorganização com teorias pedagógicas questionáveis como, por exemplo, a frágil argumentação de que os alunos que

---

<sup>19</sup> Considerando, obviamente, as discrepâncias existentes também em relação a qualidade de ensino entre as escolas particulares.

estudam com jovens da mesma faixa etária aprendem mais, levando a necessidade de criar escolas por ciclo, o que forçaria os alunos a estudarem em, no mínimo, três escolas diferentes (fundamental I, II e ensino médio, além da pré- escola e creche) geralmente longe de suas casas, tudo em nome do uso racional dos recursos públicos justificado com teorias mirabolantes. Portanto, a ideia era, para gerir de forma mais eficiente os recursos públicos, fechar escolas e transferir alunos fazendo com que as escolas funcionassem com “100% da capacidade”. Contudo, muitas escolas públicas de São Paulo sequer possuem biblioteca, quicá laboratórios ou ateliês. Portanto, ao invés de aprimorar a qualidade da educação equipando melhor as escolas utilizando os espaços disponíveis, a gestão de Alckmin optou por fechar escolas, superlotar ainda mais as salas de aula (ignorando, mais uma vez, todas as reivindicações dos professores) e obrigar os estudantes a estudarem mais longe de casa em muitos casos, tudo justificado com a falácia da eficácia e gestão responsável dos recursos públicos quando, na verdade, tal gestão está agindo sob o mando do neoliberalismo e dos organismos internacionais representantes do capital:

Ainda que a proposta de reorganização das escolas aparentemente se fundamente em preocupações pedagógicas, de maneira alguma se justifica o fechamento de noventa e quatro escolas públicas, número que certamente aumentará nos próximos anos, já que, tendencialmente, períodos escolares e salas de aula estão sendo fechadas. Somente na última década, foram fechadas 3.390 salas de aula da educação básica no Estado de São Paulo, tendo por resultado a superlotação das escolas, adequadas apenas à racionalidade empresarial de redução de custos e aumento do fluxo de alunos. O fechamento de escolas vem na contramão da meta 6.1 do novo PNE, aprovado em 2014, que prevê a promoção com o apoio da União da oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio da implementação de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, culturais e esportivas, ampliando-se para sete horas diárias o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola. (BRASIL, 2014). Isso basta para evidenciar o verdadeiro intuito da SEE ao criar escolas piloto em tempo integral: desenvolver métodos de gestão empresarial que tendencialmente serão aplicados em toda a rede. A reorganização das escolas oculta na verdade um duplo ataque de cunho neoliberal. Primeiramente, busca-se desarticular a resistência dos profissionais da educação, juntamente com sua capacidade de controle sobre o trabalho escolar, graças à introdução de estratégias inspiradas no modelo de gestão empresarial, preparando o processo de privatização da escola pública. O segundo é que, minada a capacidade de resistência ao projeto de reestruturação, avança-se na adequação do currículo escolar aos ditames neotecnicistas, por meio da Reforma do Ensino Médio, reconhecida pela SEE como o “foco das mudanças” (LIMA; GONZALEZ; LOMBARDI, 2017, p.930)

Porém, mais uma vez a realidade se mostrou contraditória e dinâmica. Surpreendendo a muitos, o movimento estudantil promoveu um levante, escolas foram ocupadas, as aulas e rotina de trabalho foram interrompidas e cada vez mais as ocupações tomaram destaque na grande mídia. Os professores, desgastados com uma greve de três meses que não surtiu efeito por ter

sido praticamente ignorada pela mídia e principalmente pelo governo que mal se dispôs ao diálogo e negociação, não protagonizam a luta contra a reorganização escolar, tarefa histórica que coube aos jovens estudantes. Ocupando cada vez mais escolas, conscientizando familiares e comunidade, os estudantes produziram um fato político que não pôde ser ignorado pela grande mídia.

Num primeiro momento, a grande mídia controlada por monopólios buscou criminalizar o movimento estudantil, todavia, o debate promovido pela ação política dos estudantes e a explicitação da absurda proposta de reorganização escolar fez com que muitos grandes jornais passassem a criticá-la. A opinião pública, desta forma, uníssona repudiou esta ação do governo Alckmin, que teve que recuar com a reorganização, ao menos naquele momento. Contudo, o contínuo fechamento de salas de aula que ainda se mantém, ou seja, apesar da resistência e da vitória do movimento estudantil, que conseguiu frear um ato despótico que aprofundaria instantaneamente as já precárias condições da educação pública, a marcha do neoliberalismo sobre a educação se reinventa e prossegue.

Outro aspecto que demonstra a insuficiência, controle e enxugamento dos recursos financeiros aplicados na educação pública de São Paulo está relacionado ao incentivo de parcerias com a iniciativa privada e a promoção do voluntariado por parte da SEE/SP como alternativa para suprir as carências e falta de recursos pelas escolas. O apelo para que se estabeleçam alianças, preferencialmente vantajosas para os empresários, que ajudem na manutenção e conservação das escolas públicas é recorrente e o incentivo do voluntariado para suprir a falta de funcionários e profissionais é a saída encontrada e estimulada como um *modus operandi* pelo governo PSDB. Assim, para que o funcionamento das escolas aconteça é necessário a caridade, já que os investimentos públicos em educação são insuficientes.

Desta forma, seja com o arrocho salarial dos profissionais da educação pública, seja com propostas pedagógicas questionáveis impostas sem o devido debate de ideias, como a reorganização escolar, seja com o apelo ao voluntariado e doações para prover a educação, o governo PSDB vai precarizando a educação básica com o falso argumento da gestão responsável e empresarial (quer dizer: neoliberal) dos serviços públicos.

### **2.2.2 Currículo Oficial do Estado de São Paulo**

Em 2006, a SEE/SP apresentou e passou a implementar uma nova proposta curricular para o estado, desenvolve um sistema de apostilas (designado de “cadernos do aluno”) para contemplar tal currículo oficial (que como foi exposto acima limita a formação dos jovens

estudantes ao privá-los de uma formação humanística e artística plena, tal como contempla os currículos dos países centrais do capitalismo, e que restringe os objetivos da educação escolar ao priorizar os desejos do mercado) que, diga-se, foi desenvolvido por acadêmicos e tecnocratas com pouco diálogo com os professores, buscando assim padronizar os conteúdos, competências e habilidades a serem trabalhados em todo o estado e nas séries e bimestres previstos (o trabalho de professores coordenadores pedagógicos e supervisores de ensino passa a organizar-se em torno do uso das apostilas e do cumprimento dos conteúdos visando os índices educacionais a serem alcançados nas avaliações externas). Tal implementação curricular é a síntese de um processo político e ideológico, orientado pelo neoliberalismo e imposto de forma antidemocrática nas escolas de São Paulo:

O Estado de São Paulo tornou-se o laboratório predileto das políticas defendidas pelo “tucanato”. E Paulo Renato Souza, ao assumir a Secretaria da Educação foi enfático: “Todas elas (as ações) terão continuidade com atenção redobrada na sua execução e nos resultados a serem atingidos. A Professora Maria Helena e sua equipe foram verdadeiras desbravadoras e abriram caminhos. Trata-se agora de consolidá-los e pavimentá-los, para torná-los permanentes” (...) A maneira midiática de Paulo Renato Souza fazer a sua gestão, de fato, talvez não altere os propósitos já estabelecidos. Então, o que temos no momento em pauta na política educacional paulista é o projeto “São Paulo Faz Escola” baseado na “Nova Agenda da Educação Pública do Estado de São Paulo” que se constitui daqueles itens listados anteriormente como ações para uma escola melhor. Um dos itens refere-se à divulgação das propostas curriculares e expectativas de aprendizagem para todas as séries e disciplinas do Ensino Fundamental e Médio. De fato, gradativamente vem se materializando a nova proposta curricular na rede estadual (...) Estudo elaborado por Russo e Carvalho (s.d.) aponta os seguintes tópicos na análise que fazem da Proposta Curricular: – a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo assume a liderança na formulação dos currículos – “Um dos pilares do projeto é a atribuição de responsabilidade ao Professor Coordenador (mencionado acima em medidas) para planejar como as escolas cumprirão as metas de desempenho e como elevarão o nível de aprendizado dos alunos” – “Ainda que os gestores escolares não tenham sido chamados a colaborar com a construção da proposta curricular é a eles atribuída a missão de divulgá-la e implementá-la” – “o Professor Coordenador é alçado à condição de principal protagonista da implantação da nova proposta curricular [...]” – a Secretaria da Educação esclarece as expectativas que tem em relação ao desempenho do Professor Coordenador de forma detalhada sob forma de bula ou receita (SANFELICE, 2010, p.150)

Doravante, aquilo que inicialmente era denominado de “proposta curricular”, hoje é designado de “currículo oficial”, ou seja, para além das nomenclaturas, esta mudança traz em si o caráter deste currículo que foi imposto por tecnocratas e políticos (como o ex-Secretário e também ex-Ministro da Educação Paulo Renato Souza) no qual a diversidade cultural e especificidades regionais e sociais do estado não são respeitadas e onde a participação dos professores no processo de elaboração do currículo foi praticamente nula (diferente do que prega as propagandas governamentais). Este currículo imposto para a rede de ensino em São Paulo está em consonância com a nova BNCC aprovada pelo Presidente Michel Temer e pelo

Ministro da Educação Mendonça Filho, que expressa os anseios e propostas neoliberais para a educação ao enfatizar o desenvolvimento de competências e habilidades nos educandos clamadas pelo mercado de trabalho e ao selecionar conteúdos (e tal seleção nunca é ingênua) sem promover uma ampla discussão com educadores, estudantes e entidades educacionais.

Sendo assim,

(...) a nova proposta curricular do Estado de São Paulo é de tal maneira conflitante com a legislação superior que é possível concluir pela sua ilegalidade. A proposta estaria ferindo o Artigo 206 da Constituição Federal quanto ao pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, bem como em relação à gestão democrática do ensino público. O mesmo acontece em relação à LDB 9.394/96 em seus Artigos 3º, 12º, 13º, 14º e 15º que versam sobre a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, a incumbência dos estabelecimentos de ensino elaborarem e executarem suas propostas pedagógicas, a participação dos docentes na elaboração das propostas pedagógicas; a elaboração e cumprimento do plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino e assegurando às unidades escolares públicas de educação básica progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira (...) Na contramão do espírito da legislação maior a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo adota um currículo único e fechado, utiliza material instrucional padronizado, acompanha os resultados por supervisão cerrada através da avaliação, usa os resultados da avaliação como critério para concessão de vantagens salariais (bônus) e utiliza o incentivo monetário para o aumento da produtividade do trabalho. Russo e Carvalho (s.d.) concluem: (...) as mudanças revelam o uso de uma racionalidade técnica e autoritária que não encontra fundamento para o processo democrático de formação humana, para a autonomia da escola na construção do seu projeto político/ pedagógico e para o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores (SANFELICE, 2010, p. 151)

Agora já não mais tão conflitante com a legislação superior, após as adequações de Temer na educação com a nova BNCC, mas ainda descompromissado com o sentido mais profundo do processo educacional, sem respeitar as especificidades culturais, excluindo professores e profissionais da educação na elaboração da proposta curricular tornando-os meros executores desta proposta (imposta), o PSBD solidificou um currículo para o estado em consonância com os ideais neoliberais reforçados pelos organismos internacionais que expressam os anseios do mercado no sentido de produzir os novos trabalhadores que o capital deseja: polivalentes, acríticos, competitivos, individualistas e preparados para a empregabilidade, ou ainda, para o desemprego. Assim, a racionalidade neoliberal vai sendo introjetada nos jovens estudantes.

Os professores, por sua vez, apesar de muitas vezes verem os cadernos do aluno como um recurso didático (que são distribuídos em todas as escolas, para todos os alunos e que já suscitou desconfiança com relação às licitações e em relação aos interesses de editoras envolvidas na fabricação deste material) também expõem a frustração de tentar ensinar conteúdos desvinculados do cotidiano dos alunos ou que requerem uma abstração e domínio de

conteúdos que os estudantes, pelas defasagens acentuadas pela progressão automática, não possuem tornando o processo educacional sem sentido para eles. Além do mais, os professores são permanentemente cobrados por resultados nas avaliações externas que, inclusive, incidem (ou não) sobre seus salários, a partir da bonificação por resultados.

Desta forma, o neoliberalismo foi transmutando-se num currículo oficial no estado de São Paulo e que vai produzindo seus efeitos na educação e na vida social de maneira mais ampla:

Com a onda neoliberal dos anos de 1990 e as sociedades mundializando-se, o Brasil, em busca do seu lugar na globalização econômica e no processo de reestruturação do trabalho, viu-se na urgência de ceder face às imposições das Agências nas questões político educacionais. Da Conferência Mundial de Educação para todos – Jomtien (Tailândia), 1990 – aos dias de hoje, o receituário ideológico e político-educacional a ser seguido pelos países do 3º mundo ou em desenvolvimento, tem sido imenso. Das ideias pedagógicas de que a educação deve realizar as necessidades básicas de aprendizagem ao sugestivo princípio de que os sistemas educativos precisam oferecer conhecimentos e habilidades específicas que o sistema produtivo requer, passando ainda pela definição de uma moderna cidadania, a cartilha neoliberal tem sido adotada. A continuidade dos governos tucanos no Estado de São Paulo tem viabilizado uma certa política educacional na qual há um projeto em execução: formar cidadãos competitivos que tenham conhecimentos e destrezas para participarem da vida pública. Para tal objetivo o currículo atual torna-se a cartilha do professor. O pretendido pode estar restrito ao conhecimento das [...] operações aritméticas básicas, a leitura e compreensão de um texto escrito, a comunicação escrita, a observação, descrição e análise crítica do entorno, a recepção e interpretação das mensagens dos meios de comunicação modernos e participação no desenho e execução de trabalho em grupo (...) Os governos de plantão, nas políticas educacionais, vieram e vão mudando a tônica do Estado administrador e provedor para um Estado cada vez menos provedor e cada vez mais avaliador. É também um Estado incentivador de políticas – as parcerias e o trabalho voluntário, por exemplo – que descentraliza/desconcentra tarefas e integra/concentra decisões estratégicas (SANFELICE, 2010, p.156-157)

Portanto, é cada vez mais evidente que este currículo oficial, imposto ao longo das gestões do PSDB em São Paulo, não serve aos interesses de professores e de estudantes presentes na rede básica de ensino (até porque o debate democrático e a investigação destes interesses nunca foram promovidos) mas está atrelado à interesses econômicos mais escusos, planejados e defendidos por organismos internacionais e implantados por governos submissos:

Nessa perspectiva, o currículo é considerado em artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo, não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relação de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal - ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (MOREIRA; SILVA, 2008, p.8)

Ao ressaltar a relevância cultural e social do currículo na sociedade ocidental conterrânea, os autores supracitados permitem a inferência que um instrumento tão poderoso não poderia ser ignorado pelo projeto neoliberal. Segundo Dardot e Laval, o neoliberalismo possui uma pretensão ambiciosa, uma proposição antropológica que passa pela construção do homem-empresa. Assim, pode-se afirmar que os ideólogos do neoliberalismo: “visam a mostrar como se constrói na concorrência geral certa dimensão do homem, o empreendedor, que é o princípio de conduta potencialmente universal mais essencial à ordem capitalista” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 134). Tal projeto traduzido num currículo é fundamental para as pretensões neoliberais e interesses do mercado e tem sido a cartilha da educação paulista durante o governo PSDB.

### **2.2.3 Legislação Trabalhista e Condições de Trabalho Docente na Rede Pública Estadual de São Paulo**

A precarização das relações, condições e direitos trabalhistas tem sido uma marca cada vez mais evidente em diversos países enquanto resultado das políticas neoliberais das últimas décadas, em escala global. Os direitos conquistados pela luta dos trabalhadores, que estavam vigentes outrora e aceitáveis para o padrão de acumulação do capital num momento histórico em que prevalecia uma política voltada para a construção e consolidação de um Estado de Bem-Estar Social, são agora duramente atacados juntamente com outros direitos sociais.

Atualmente, o conceito de “precariado” (BRAGA, 2017; STADING, 2013) ganha destaque na sociologia do trabalho para definir e compreender as especificidades da parcela da classe trabalhadora que ocupa os empregos mais degradantes e desprotegidos de direitos trabalhistas. O trabalho alienado que já é degradante em si pode ficar ainda pior sob a égide do neoliberalismo.

Os profissionais da educação não estariam imunes a esta tendência do mundo do trabalho. Na rede pública estadual, em particular, as condições são alarmantes. O PSDB tem engendrado mudanças legais, no estado de São Paulo, em relação ao funcionalismo público visando atender outro anseio colocado pelas políticas neoliberais: o enxugamento do quadro de funcionários públicos, tido, muitas vezes, como ineficientes e/ou desnecessários, responsáveis por gastos elevados com salários e aposentadoria.

Contudo, conseqüentemente, tais políticas, contraditoriamente, sobrecarregam outros funcionários, geralmente, pois a quantidade de tarefas é mantida ou aumentada. De qualquer forma, os últimos governos de São Paulo têm terceirizado as atividades meio, como os serviços

relativos à merenda e à limpeza, o que leva à precarização da proteção social e direitos trabalhistas destes ex-funcionários públicos que antes possuíam estabilidade no emprego e uma relativa proteção de direitos trabalhistas contidos no estatuto do funcionalismo público; agora, são trabalhadores terceirizados com contrato de trabalho temporário. Além disso, houve uma redução do número de funcionários dos serviços citados, o mesmo ocorreu na esfera federal durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso à frente do poder executivo.

No caso dos professores a situação também é preocupante. Além dos baixos salários que atingem a categoria de forma geral, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontam que o número de professores efetivos está diminuindo e o de professores contratados temporariamente aumentando. Na rede pública de São Paulo já são cerca de 30 mil docentes nesta precária condição de trabalho<sup>20</sup>. Pode-se afirmar, analogamente, que existe uma parcela de professores precarizados entre os docentes da rede pública que são divididos em sub categorias (F, O, W) que representam uma escala decrescente de direitos. Além de serem contratados temporariamente e só receberem pelas aulas efetivamente dadas (o que geralmente faz com que estes trabalhadores precarizados não cheguem ao piso salarial da categoria), os professores nesta condição precarizada são obrigados a cumprir a “duzentena” (após o contrato encerrado os professores não efetivos, com exceção da categoria F, precisam ficar duzentos dias sem lecionar na rede para não criar vínculos empregatícios que garantiriam direitos). Os professores da categoria O e W possuem, ainda, direitos reduzidos como, por exemplo, direito a somente duas faltas abonadas enquanto os professores efetivos contam com 6 faltas deste caráter (faltas referentes aos meses que tem 31 dias pois os professores, sejam eles efetivos ou contratados, só recebem por trinta dias trabalhados em todos os meses).

A APEOESP questiona a isonomia salarial no caso dos professores categoria O e W (que ganham R\$11,50 por hora- aula, segundo o sindicato) em relação aos aprovados em concurso público. O decreto assinado pelo então governador José Serra, em 2009, o qual criou a sub categoria O, foi um mecanismo encontrado para suprir a carência de professores na rede sem promover concurso público e ainda economizar com o salário dos professores. O decreto de Serra ainda determina que os contratados sob este regime recebam apenas salário, férias e décimo terceiro, eles não têm direito a plano de saúde, vale transporte ou vale alimentação.

---

<sup>20</sup> Dados oficiais da Secretaria de Educação apontam também a drástica redução do número de professores na rede de ensino, algo em torno de 26,6 mil professores de 2014 para 2015, sendo 6% de concursados e 16% a menos de profissionais precariamente contratados (Fonte: Inep).

Tal situação somada à superlotação de salas de aula (promovida e cada vez mais agravada pelo contínuo fechamento de salas, a reorganização escolar escamoteada), agravada pela longa jornada de trabalho de boa parte dos docentes<sup>21</sup>, além das determinações mais abrangentes das condições nas quais o trabalho se realiza na sociedade capitalista, tem gerado uma realidade propícia ao adoecimento dos profissionais da educação, em especial professores em contato direto com alunos (CODO, 1999; PAPARELLI, 2009).

Provavelmente uma das consequências mais graves das políticas neoliberais promovidas pelo PSDB na educação paulista, portanto, é que elas contribuem, dentre outros fatores, para a explosão de uma epidemia de patologias psicológicas que está acometendo professores e profissionais da educação, consequência, também, da precarização das condições de trabalho destes trabalhadores. O “mal estar docente” é um conceito cada vez mais utilizados por profissionais da educação que põe em evidência o sofrimento mental advindo das condições de trabalho neste campo, que muitas vezes fazem com que os docentes percam o sentido de seu trabalho, percam o sentido de educar. O adoecimento psicológico entre estes profissionais torna-se lugar comum e dados sobre licenças médicas chamam a atenção de psicólogos e pesquisadores.

Esta perda do sentido de trabalhar e educar, aspecto subjetivo produzido por condições objetivas no cotidiano de trabalho, está diretamente relacionado ao desmonte dos direitos sociais elaborados pelas políticas neoliberais, no geral, e de políticas educacionais tais como as implementadas pelos governos do PSDB em São Paulo, especificamente. Os baixos salários e a jornada de trabalho realizada quase toda em sala de aula, em contato direto com os alunos (que é um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento da síndrome do *burnout*, patologia psicológica ligada ao trabalho que possui como principais sintomas a exaustão emocional, a despersonalização e a falta de realização pessoal), nas condições de vulnerabilidade social e conflitos escolares estabelecidos, produz um campo fértil para a proliferação de doenças psicológicas já constatadas e divulgadas por dados oficiais e pesquisas promovidas por entidades educacionais e sindicatos<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Além de muitas vezes dar aula em mais de uma escola, os professores da rede pública tem sua jornada quase toda cumprida em sala de aula, com pouca abertura às atividades de formação ou mesmo tempo para correção e elaboração de provas, aulas e atividades; numa jornada de 40 horas semanais na rede pública de São Paulo, 33 horas são cumpridas em sala de aula, o que agrava o sofrimento mental e exaustão emocional nos docentes.

<sup>22</sup> CODO (1999) em seu livro: Educação carinho e trabalho, fruto de uma pesquisa coletiva que abrangeu todo o Brasil, expõe dados muito preocupantes que expressam a abrangência e gravidade da síndrome do burnout e de doenças psicológicas de toda ordem em escolas de todos os estados brasileiros.

Portanto, é possível afirmar que a gestão empresarial/neoliberal implantada pelo PSDB em São Paulo nos últimos vinte e três anos tem agravado e intensificado a precarização do trabalho já promovida pela atual (is) crise (s) do capitalismo:

As orientações ideológica e financeira das reformas neoliberais reverberaram na dimensão técnico-administrativa das reformas neoliberais da educação. Tais reformas almejam o máximo de eficiência e produtividade da escola pública, não sendo necessário muito esforço para perceber que esses conceitos (“eficiência”, “eficácia” e “produtividade”, etc) expressam a mercadorização da educação e o conteúdo empresarial das reformas educacionais (...) Desde que Mário Covas assumiu o governo do Estado de São Paulo, no ano de 1995, alternando-se posteriormente à frente do executivo paulista sucessivamente José Serra e Geraldo Alckmin, já se passaram vinte anos de gestão tucana. Ao término do atual mandato de Alckmin, se completarão vinte e três anos de avanço das estratégias neoliberais na educação paulista. Ao longo desse tempo, o processo de descentralização administrativa tem evidenciado o amadurecimento dos mecanismos característicos dos “novos padrões de gestão” da esfera pública, descentralizando-se as responsabilidades, mantendo-se intacta a estrutura autoritária centralizadora das decisões (LIMA; GONZALEZ; LOMBARDI, 2017, p.926-930-931)

Centralizando as decisões fundamentais e estratégicas (como a elaboração de um currículo oficial, por exemplo) com uma conduta autoritária e, por outro lado, descentralizando as responsabilidades (leia-se: se isentando de muitas responsabilidades ao atribuir aos municípios importantes investimentos em educação sendo que estes contam com uma arrecadação ínfima em comparação ao estado) o governo estadual do PSDB tem degradado as condições de trabalho e reduzido a proteção social de professores e profissionais da educação aprofundando, desta forma, o aumento dos casos de doenças psicológicas entre os trabalhadores da educação no estado de São Paulo.

#### **2.2.4 Avaliações e Resultados Educacionais**

A gestão empresarial e os princípios neoliberais aplicados à educação paulista passam por critérios de mensuração que são perseguidos pela SEE/SP. As avaliações, de maneira geral, tornaram-se o centro da discussão administrativa como também pedagógica da rede estadual de ensino sendo destacada em praticamente todos os encontros e reuniões convocados pela SEE/SP e Diretorias de Ensino (a ramificação institucional mais próxima das escolas, solidificando um sistema administrativo, na educação, fortemente hierarquizado). Avaliações institucionais, internas, externas, avaliações em processo...imaginação não falta na criação das avaliações, muitas vezes desprovida de sentido para educadores, professores e alunos.

Contudo, as avaliações e resultados carregam consigo um significado mais profundo que não a real avaliação do ensino no estado de São Paulo, ou seja, o princípio da produtividade e competitividade. Cada vez mais, durante os vinte e quatro anos que o PSDB tem governado o estado de São Paulo, os princípios empresariais ditados pelo mercado e em sintonia com a dinâmica capitalista tem ganhado espaço no mundo educacional, afinal, “é preciso preparar para o mundo”. A naturalização da competitividade e da noção de produtividade, como princípio elementar da vida individual e social, tem sido cultivada através do currículo oficial e da ideologia meritocrática e também pelas práticas pedagógicas averiguadas. A parceria das escolas públicas com empresas, inclusive encaminhando alunos para um emprego, muitas vezes em detrimento de seus estudos, é estimulada pela SEE/SP e favorecida com programas como o “jovem aprendiz”. Assim, a educação acaba sendo reduzida a um momento de preparação para o mercado de trabalho e sociabilidade capitalista e, no caso das escolas públicas, um trampolim para trabalhos precários de péssima remuneração onde muitos destes alunos de baixa renda, neste processo, irão mergulhar no precariado.

Para os profissionais da educação pública, as escolas e seus direitos passam a ser geridos como numa empresa, aumenta-se a pressão por resultados que devem ser atingidos nas avaliações externas que classificam as instituições de ensino, na maioria das vezes inatingíveis pelos problemas sociais e condições de trabalho constatáveis nas escolas, a frustração alimenta o mal estar docente e a epidemia da síndrome de *burnout* e os resultados do excesso de avaliações parecem indesejáveis; os meios tornaram-se fins. É evidente que avaliar, planejar, refletir é indispensável no processo de ensino/ aprendizagem, contudo, não com os propósitos colocados pela SEE/SP durante a gestão PSDB. Ademais, a bonificação por resultado, num contexto de arrocho salarial e desvalorização docente, forçam os professores e todos os funcionários das escolas a trabalharem para produzir resultados que mascaram, na maioria das vezes, a péssima qualidade da educação e da formação intelectual dos estudantes; é notório e amplamente divulgado em pesquisas acadêmicas a existência de muitos analfabetos funcionais entre os alunos das escolas públicas que já se encontram no ensino médio.

O que evidencia-se é que as políticas educacionais implementadas pelo PSDB em São Paulo, no sentido de modelar a gestão das escolas e até mesmo o propósito de ensinar a partir do modelo empresarial, tem empobrecido a educação e pressionado ainda mais os trabalhadores da educação a trabalharem por resultado a qualquer custo:

No novo Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005), aprovado em 25 de junho de 2014, apesar de apontar em sua Meta 20 a garantia de 10% do PIB para a ampliação do investimento público em educação, medida que deveria impactar em termos qualitativos

a educação, houve a perpetuação das estratégias de controle sobre os trabalhadores da educação, apontando em sua Meta 7 o desenvolvimento de instrumentos de avaliação cuja eficiência em detectar os gargalos da educação é comprovadamente precária. Como desdobramento dessa meta, o item 7.36 estabelece políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), aprofundando em nível nacional a estratégia adotada há anos no Estado de São Paulo, por meio da bonificação por mérito, cujo resultado já experimentado é a fragmentação do educador coletivo, deixando a qualidade social da escola de ser o elemento estruturante da prática coletiva escolar. Passa a imperar a busca por resultados a partir de metas quantitativas e sistemas de premiações, no melhor estilo da “qualidade total”, eufemismo que norteia as estratégias produtivas do setor empresarial (...) De forma acrítica, o PNE reconhece a legitimidade do Programme for International Student Assessment (PISA), uma iniciativa de avaliação comparada aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, ao término da escolaridade básica obrigatória no Brasil. O PISA é desenvolvido e coordenado internacionalmente pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sendo que no Brasil, essa tarefa é realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A ingerência das orientações econômicas dos reformadores neoliberais da educação se evidencia no programa, destacando-se as “novas áreas do conhecimento” a serem avaliadas: Competência Financeira e Resolução Colaborativa de Problemas, evidenciando o avanço da “pedagogia corporativa” na educação básica (LIMA; GONZALEZ; LOMBARDI, 2017, p. 929)

O governo PSDB não é o criador da ideologia das avaliações e bonificações por resultado e nem mesmo o pioneiro de sua aplicação na educação, porém, quando se trata de políticas neoliberais visando adaptar a vida social aos desejos do mercado, o estado de São Paulo parece estar à frente em relação a outros estados brasileiros. Como já foi ressaltado acima, quando o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, estabeleceu diretrizes para aprofundar o controle por meio dos resultados através de bonificações pagas aos profissionais da educação no Brasil esta prática já estava consolidada em São Paulo há anos. Deste modo, seja na forma, conteúdo ou objetivos, o neoliberalismo penetra na educação em São Paulo a passos largos e com a fiscalização cada vez mais rígida, hierarquizada e empresarial das instituições educacionais.

Assim, pautado pelos organismos internacionais propositores das reformas educacionais engendradas há alguns anos, o PSDB vem consolidando o neoliberalismo e a precarização na educação paulista. Seja através do controle de investimentos, seja com a imposição de um currículo oficial ou ainda com a retirada de direitos (além da introjeção da ideologia das avaliações para controlar e fiscalizar o processo) os governos tucanos avançam na implantação do projeto neoliberal para a educação há mais de 24 anos. Dando sua contribuição às ambições globais do neoliberalismo, o PSDB responde aos desejos de formação da força de trabalho postos pelo mercado além de adequar aspectos jurídicos e pedagógicos da educação para que esta trabalhe em favor da construção do homem-empresa e da mentalidade empreendedora.

Como Marx já apontava em sua obra: o capitalismo transcende a esfera econômica e invade todos os espaços da vida social e subjetiva do indivíduo, a educação deve servir o neoliberalismo, neste contexto: “essa análise vai ao encontro com uma das intuições mais profundas de Marx, que compreendeu muito bem que um sistema econômico de produção era também um sistema antropológico de produção”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 27). A história, porém, é farta de eventos que demonstram a resistência dos trabalhadores às ofensivas do capital. Nestas décadas de implantação do projeto neoliberal na educação paulista não foi diferente, existem infinitos exemplos de lutas e resistências de professores e estudantes contra esta tragédia civilizatória denominada neoliberalismo.

No próximo capítulo, este estudo dedicará atenção para as resistências realizadas em São Paulo, no campo educacional, contra o governo PSDB e conseqüentemente contra a barbárie neoliberal.

### 3 DA RESISTÊNCIA (E SEUS DESCAMINHOS): MOVIMENTO SINDICAL E ESTUDANTIL DIANTE DO PROJETO NEOLIBERAL

#### 3.1 MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO

As eleições de 2018 no Brasil evidenciaram um fenômeno político estritamente ligado às vicissitudes das políticas e da racionalidade neoliberais: a adesão crescente à um discurso de ódio que coloca a violência e a intolerância como solução para a corrupção, geralmente vista como a grande responsável pelos problemas sociais de toda ordem, em suma, verificamos a ascensão de um “neoliberalismo hiperautoritário”<sup>23</sup> no Brasil. Bodes expiatórios são escolhidos e o ódio apresenta-se como amalgama poderoso para um projeto político perigoso.

A tragédia social instaurada pelo neoliberalismo somada à crise política após o golpe que tirou Dilma do poder executivo tem produzido no Brasil algo próximo, *mutatis mutandis*, ao que a I Guerra Mundial produziu na Alemanha: um estado de desespero e descrença e o engodo de um líder salvador que, por aqui, na perspectiva da direita política e de parte considerável da população (envolta em mecanismos ideológicos por meio do aparato da grande mídia), encarnaram nas figuras do juiz federal Sérgio Moro (responsável pela condenação e prisão do ex-presidente Lula, num processo marcado por arbitrariedades jurídicas e por uma condenação sem prova material, num esforço político evidente, utilizando-se dos poderes do Judiciário e com o explícito aval do Supremo Tribunal Federal, de tirar Lula, que até então liderava com folga as pesquisas de intenção de voto, das eleições de 2018) e agora na de Jair Messias Bolsonaro, deputado federal que ganhou destaque nacional em suas ofensivas contra Dilma e o PT na ocasião do golpe e por sua trajetória política marcada por polêmicas.

Atualmente, Bolsonaro representa, no Brasil, o líder de características fascistas, ou talvez bonapartistas<sup>24</sup>, que defende a militarização da política, o largo uso da violência na solução dos problemas sociais além de outras opiniões controversas como castração química para estupradores, liberação do porte de armas e o combate ostensivo aos direitos e interesses das minorias. Ele elegeu seus inimigos e ganhou muitos adeptos.

---

<sup>23</sup> Como irá definir Cristian Laval, em palestra realizada no Brasil, o projeto político de Trump e Bolsonaro. Para ele, o neoliberalismo está se tornando mais agressivo pois está enfraquecido em relação à impopularidade e limites de seu projeto econômico.

<sup>24</sup> Marx, em sua obra: O 18 Brumário, ao interpretar os acontecimentos que levaram ao golpe protagonizado por Luís Bonaparte na França, demonstra como este último apresentava-se como representante de todos, como se estivesse acima das classe sociais, contudo, efetivamente, era um político ambicioso e antirrepublicano, que não hesitava em utilizar a violência para reprimir os trabalhadores em sua luta por direitos.

Era esperado, todavia, que a realidade produzida pelo neoliberalismo também produzisse sua contradição, assim, resistências ao projeto neoliberal passam a ser vistas em todas as partes do mundo, inclusive no Brasil e na educação. As lutas do movimento feminista, negro, LGBTT, sem-teto, sem-terra e do movimento dos trabalhadores por direitos e melhores salários são expressões das contradições produzidas pelo capital em seu projeto de expropriação de direitos trabalhistas e sociais com a faceta neoliberal. Contudo, como foi sugerido anteriormente, se constata a reinvenção da extrema direita em âmbito global. O Brasil, evidentemente inserido neste processo, também abriga o “ovo da serpente”, o germe de um movimento neofascista<sup>25</sup>, ou ainda, a intolerância passou a ser tolerada. A ascensão da extrema-direita no Brasil, nos EUA e no mundo, mantém nítida relação com a hegemonia da educação tecnicista, individualista, amputada, precarizada, enfim, neoliberal.

Como já alertava Michael W. Apple (2003), movimentos conservadores defensores de políticas neoliberais combinadas com moralismo religioso também emergem dos oprimidos e estes, muitas vezes pelo desespero e descrença, passam a apoiar movimentos de extrema direita pela solução rápida e eficaz (final) que apresentam em seus discursos geralmente inflamados e enérgicos. Desta forma, neoliberais, neoconservadores e populistas autoritários ganham apoiadores entre os trabalhadores e as minorias apesar de, via de regra, propor uma agenda política que vai frontalmente contra os interesses destes grupos, da classe trabalhadora. Jair Messias Bolsonaro, quase vencedor no primeiro turno para presidente em 2018<sup>26</sup>, parece sintetizar as três correntes citadas anteriormente e vem ganhando cada vez mais destaque e apoiadores, como já foi dito. Agora eleito, com 55,13% dos votos válidos, Bolsonaro começa a montar sua equipe de governo que, surpreendentemente (ou não), terá o ex-juiz de primeira instância Sérgio Moro à frente do “Superministério” da Justiça, como vem denominando o recém eleito presidente o Ministério da Justiça. O PT e parte da esquerda vem apontando essa designação política de Moro como prova incontestável da condução política, parcial, quase partidária dos processos julgados por Moro, como o que colocou Lula na cadeia. Ou seja, ao

---

<sup>25</sup> Entende-se por neofascismo um movimento político de massa (ou seja, tem repercussão e possui adeptos em todas as classes sociais) que possui como diretrizes a militarização da sociedade, a eleição de bodes expiatórios responsáveis por todos os problemas sociais e políticos além do uso da violência para a resolução de todos estes problemas e que seduz por meio de um discurso nutrido pelo ódio e o autoritarismo. O prefixo “neo” é necessário para distinguir os movimentos contemporâneos, e todas suas especificidades, do movimento fascista tal qual se evidenciou nos sistemas totalitários vigentes sobretudo no entre guerras e na II Guerra Mundial, como o caso emblemático do movimento conduzido por Benito Mussolini, durante a década de 20 a 40, na Itália.

<sup>26</sup> Inclusive a expressiva votação de Bolsonaro, superando muitas pesquisas, ensejou uma investigação sobre caixa dois de campanha bancado por empresários para alimentar uma rede de produção de “fake news” contra o PT e Fernando Haddad, seu oponente no segundo turno.

aceitar o convite de Bolsonaro para assumir o ministério da justiça, Moro explicitou, para seus opositores, que usou a toga para fazer política.

Desta forma, as eleições de 2018 evidenciaram aspectos subjetivos importantes da sociedade brasileira. Mesmo apoiando a tortura, sendo um defensor da ditadura militar, da violência policial e de constantemente manifestar misoginia e racismo em suas falas, Bolsonaro vence o pleito e ganha o apoio até mesmo de integrantes dos grupos contra os quais direciona seus ataques. A razão neoliberal penetra na classe trabalhadora e nos oprimidos de toda ordem e produz efeitos políticos e sociais devastadores, onde valores básicos como solidariedade, compaixão são relativizados e, nesta eleição no Brasil, foram deixados de lado em nome do demagógico combate à corrupção:

Assim, um novo tipo de conservadorismo, melhor definido como “modernização conservadora”, tem progredido e ocupado a cena central em muitos países (...) O primeiro grupo é apropriadamente chamado de neoliberais; eles são profundamente comprometidos com os mercados e com a liberdade enquanto “escolha individual”. O segundo grupo, os neoconservadores, tem uma visão edênica do passado e quer voltar à disciplina e ao conhecimento tradicional. O terceiro, que está ficando cada vez mais poderoso nos Estados Unidos e em outros lugares, é o que chamo de populistas autoritários (APPLE, 2003, p. 1021)

Reunindo características e ganhando adeptos dos três grupos, Bolsonaro ascendeu politicamente com grande apoio e engajamento de seus apoiadores/eleitores (muitas vezes manipulados e alimentados ideologicamente por *fake news*), manifestando, concomitantemente, a ascensão do conservadorismo e da extrema-direita em âmbito global, como já alertava Apple. Bolsonaro é conhecido pela dificuldade de responder e dialogar sobre política econômica e outros assuntos de demandem algum conhecimento teórico, técnico. Durante sua campanha, disse várias vezes que um presidente não precisa saber de tudo, mas que precisa ter bons conselheiros e ministros. Nesta linha de pensamento, delegou todas as perguntas, e consequentemente todas as respostas, sobre economia política para Paulo Guedes, indicado para o Ministério da Fazenda. Paulo Guedes, “o cérebro econômico de Bolsonaro”, como definiu a revista Exame, teve sua formação intelectual na Universidade de Chicago e, assim como Bolsonaro, defende os ideias neoliberais na economia.

Portanto, a investigação das resistências construídas contra o neoliberalismo bem como a existência de movimentos entre os “desfavorecidos” (APPLE, 2003), que apoiam movimentos neoliberais e líderes neofacistas, é de suma importância, afinal, como trabalhadores e oprimidos podem apoiar um projeto político de cunho autoritário e neoliberal sendo que serão eles as vítimas e principais prejudicados deste projeto destrutivo? Mecanismos ideológicos e a nova

razão do mundo instituída pelo neoliberalismo oferecem pistas para a investigação. Tomando o estado de São Paulo como referência, existem inúmeros exemplos de embates onde professores e também alunos mobilizaram-se contra o governo estadual tendo a bandeira da educação pública de qualidade como síntese das reivindicações; todavia, há exemplos relevantes de lideranças políticas emergentes entre os desfavorecidos que defendem a bandeira neoliberal/ neofascista/ neoconservadora.

O PSDB, em relação a esta última disputa para presidência, minguiu, perdeu forças e o destaque de grande opositor do PT, em âmbito federal, que possuía nas últimas décadas, talvez pelo seu discurso da gestão racional dos bens públicos e etc. já não convencesse mais ou não era mais suficiente e, provavelmente, também pelo envolvimento de políticos da legenda em casos de corrupção, como o de Aécio Neves, que tiveram grande repercussão.

A votação inexpressiva de Geraldo Alckmin para as pretensões de outrora, com somente 4,76% dos votos, levou o partido a um racha, que tem se evidenciado cada vez mais com expulsões de afiliados e falas antagônicas entre correligionários. Parte do partido, a “velha guarda”, representada por FHC, defende que o partido deve resguardar as orientações social democratas da fundação da sigla que, no entanto, já haviam sido abandonadas concretamente pela própria política conduzida por FHC na presidência da República o que, aliás, apenas coloca o PSDB na esteira da crise de toda a social democracia que se viu envolta na adoção de políticas neoliberais com maior ou menor intensidade, enquanto outra facção defende uma “bolsonarização” do PSDB, ou seja, a manutenção das políticas e orientações neoliberais conciliada com um discurso autoritário e moralista que defende o combate à corrupção e ao crime custe o que custar, doa a quem doer. Mesmo que somente no plano do discurso demagógico, esta orientação política tem ganhado popularidade no Brasil, como evidenciou esta última eleição de 2018. Por isso, visando surfar a onda do neofascismo, filiados ao PSDB defendem mudanças nas orientação do partido depois do fracasso de Alckmin, entre eles, um que ganha destaque é João Dória<sup>27</sup>.

Outra figura política típica deste tempo onde oprimidos levantam a bandeira de quem os oprime é Fernando Holiday, eleito vereador da capital paulista em 2016. Fernando Holiday ganhou destaque por ser um dos coordenadores do Movimento Brasil Livre (MBL), movimento financiado por empresários que teve importante papel no golpe dado em Dilma Rousseff que a

---

<sup>27</sup> Conhecido empresário de São Paulo, João Dória provém de família rica e tradicional tendo muitos parentes ligados a cargos públicos de grande importância. Foi eleito, em 2016, prefeito de São Paulo, com o discurso do bom gestor, inclusive, afirmava Dória, não ser político mas sim gestor, administrador. Abandonou o cargo de prefeito em 2018 para concorrer ao governo do estado; foi eleito numa disputa acirrada com Márcio França, vice de Alckmin, com 51,75% dos votos válidos.

restituiu do poder ao propagar *fake news* e notícias caluniadoras sobre ela além de organizar, por meio das redes sociais da internet, os manifestantes que foram as ruas protestar contra o governo de Dilma. Eleito o vereador mais jovem da cidade de São Paulo pelo Democratas (DEM), antigo Partido da Frente Liberal (PFL), Fernando Holiday é negro e assumidamente homossexual.

Apesar de ser um indivíduo pertencente objetivamente às minorias sociais, Fernando Holiday, se valendo de seu lugar de fala<sup>28</sup>, afirma que seu poder de escolha e a possibilidade de mobilidade social existente no capitalismo lhe permitiram superar as adversidades que sua posição trazida por sua classe, cor e orientação sexual por ventura lhe impuseram. Desta maneira, Fernando Holiday é assumidamente contra as secretarias que tratam de temas referentes à questão racial ou a pauta LGBT e trava um intenso debate com a esquerda e com os movimentos sociais, principalmente o movimento negro, por, segundo ele, não representar de fato os negros e de conferir a estes o lugar de oprimido, de “coitados” na estrutura social. Tal posicionamento, que até poderia sugerir alguma coerência política e axiológica é totalmente contraditória com a postura política assumida pelo jovem vereador:

Como veremos, os movimentos econômicos, políticos e culturais neoliberais e neoconservadores e alguns grupos afro-americanos que a eles se ligaram estão tentando redefinir as relações de poder em dados campos sociais, sendo a educação o principal lugar em que estas estão sendo trabalhadas (Bourdieu, 1984). Um processo complexo de desarticulação e rearticulação discursiva e posicional está ocorrendo (APPLE, 2003, p. 1026)

Logo após assumir uma cadeira no câmara dos vereadores do município de São Paulo, Fernando Holiday, do MBL, do DEM, logo levantou a bandeira da “escola sem partido” e se lançou numa aventura épica, que inclusive foge se suas atribuições legislativas enquanto vereador, de fiscalizar as escolas municipais afim de combater o que ele denomina de “doutrinação ideológica”. Ou ainda, em sua concepção, existe uma militância política entre os professores que propaga valores e ideais ligados à esquerda política e ao comunismo, algo que deve definitivamente ser combatido na visão do coordenador do MBL. Em um de seus vídeos

---

<sup>28</sup> Conceito em destaque nos movimentos sociais representa a busca pelo fim da mediação: a pessoa que sofre preconceito fala por si, como protagonista da própria luta e movimento. É um mecanismo que surgiu como contraponto ao silenciamento da voz de minorias sociais por grupos privilegiados em espaços de debate público. Ele é utilizado por grupos que historicamente têm menos espaço para falar. Assim, negros têm o lugar de fala, ou seja, a legitimidade para falar sobre o racismo, mulheres sobre o feminismo, transexuais sobre a transfobia e assim por diante. Apesar de ser um recurso teórico enriquecedor, muitos autores tem apontado o uso conservador deste conceito.

postados nas redes sociais, após visitar uma escola que segundo ele aparentemente estava tudo bem, Fernando Holiday explica seu objetivo: “não permitir que nenhum professor fuja da grade curricular e jogue tudo pra cima e fique falando de PT ou MST”. Tal deturpação do real, proferida por Fernando Holiday, coordenador de um movimento financiado por empresários com interesses escusos que se coligou com alguns dos maiores corruptos do país, como Eduardo Cunha, com a falácia da luta contra a corrupção, para apoiar um golpe que destituiu uma presidenta eleita democraticamente, demonstra profundo desinteresse pelas questões que perpassam a educação além de total insensibilidade para com os professores. Ao defender aquilo de chama de “escola sem partido” não percebe que já está defendendo um posicionamento político além de estar constringendo professores e praticando assédio moral sobre os profissionais da educação ao fiscalizar o conteúdo que está sendo ministrado em sala de aula, algo alheio às suas atribuições de vereador.

Fernando Holiday parece emblemático por exemplificar um processo já descrito por Apple nos Estados Unidos:

Talvez o exemplo mais interessante do processo de desarticulação e rearticulação discursiva e social que se possa encontrar hoje em dia envolva o crescente apoio afro-americano às políticas neoliberais como os planos de cheques-ensino. Um exemplo-chave é a Black Alliance for Educational Options (BAEO - Aliança Negra para Opções Educativas), um grupo de pais e ativistas afro-americanos presidido por Howard Fuller, ex-superintendente das escolas públicas de Milwaukee, um dos sistemas escolares mais racialmente segregado nos Estados- Unidos. A BAEO apóia abertamente o plano de cheques-ensino e outras propostas conservadoras semelhantes (...) Embora este processo de rearticulação e uso constitua uma observação importante, é igualmente essencial reconhecer alguma coisa que torna a bricolagem criativa empreendida pela BAEO um tanto mais problemática. Uma parte muito grande do financiamento do grupo provém diretamente de fontes conservadoras como a fundação Bradley. Esta, patrocinadora famosa das causas conservadoras, não tem apenas estado na linha da frente para dar seu apoio a iniciativas de cheques-ensino e de privatização, como também é um dos grupos que deram um forte apoio ao livro de Herrnstein & Murray, *A curva de Bell* (1994), o qual afirmava que os afro-americanos eram, em média, menos inteligentes que os brancos e que isto tinha um fundamento genético (APPLE, 2003, p. 1029)

Ou seja, por mais surpreendente que possa parecer, questões raciais estão também atreladas aos interesses neoliberais na mercantilização da educação; Fernando Holiday parece ter compreendido esta tendência e vem trabalhando neste sentido ora conservador, ora neoliberal, ora os dois, no município de São Paulo. Contudo, esta mercantilização da educação e a “ideologia individualizante” onde as escolhas do mercado limitam o conceito de liberdade e inviabilizam os interesses coletivos tudo em nome mercado, suscitam reflexões mais pormenorizadas:

Se todos os problemas se “resolvem” simplesmente por meio de escolhas individuais num mercado, então as mobilizações coletivas tendem a se debilitar e até mesmo a desaparecer. Se a história pode servir de guia aqui, os resultados nada terão de agradável. Assim, embora o apoio a curto prazo às políticas neoliberais e neoconservadoras possa parecer estrategicamente judicioso a alguns membros de grupos menos poderosos, e pode de fato gerar mobilizações de curto prazo, continuo profundamente preocupado com o que vai acontecer com o tempo. São as implicações a longo prazo de processos e ideologias individualizantes, e seus efeitos sobre a necessidade de mobilizações sociais mais amplas e em constante crescimento que visem transformações substanciais na esfera pública, que devem merecer toda a nossa atenção (APPLE, 2003, p. 1032)

Seja Fernando Holiday (mesmo advindo da opressão sobre as minorias), Jair Messias Bolsonaro, João Dória, entre outros, os “novos” e mais neofascistas/ neoconservadores instrumentos do neoliberalismo no Brasil irão encontrar resistências no campo social, subjetivo e político. Portanto, este terceiro capítulo será dedicado à discussão das resistências feitas ao projeto neoliberal sobretudo na educação paulista principalmente pelo sindicato dos professores que demonstra maior poder de mobilização política dos trabalhadores neste campo, porém, a reboque, a reflexão sobre a emergência de movimentos e líderes conservadores e neoliberais provenientes da classe trabalhadora, dos oprimidos também se fará necessária. A relevância deste tema passa pela seguinte questão que:

O sofrimento causado por esta subjetivação neoliberal, a mutilação que ela opera na vida comum, no trabalho e fora dele, são tais que não podemos excluir a possibilidade de uma revolta ante neoliberal de grande amplitude em muitos países. Mas não devemos ignorar as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo que operam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição e que podem desembocar em movimentos reacionários ou até mesmo neofascistas. As condições de um confronto de grande amplitude entre lógicas contrárias e forças adversas em escala mundial estão se avolumando (DARDOT; LAVAL, 2010,p.9)

A barbárie neoliberal é cada vez mais evidente e ameaça cada vez mais os direitos das minorias e de toda a classe trabalhadora, uma onda de retrocessos devasta os mais pobres, “portanto, precisamos trabalhar por uma outra razão do mundo” (DARDOT; LAVAL; 2010, p.9). Este capítulo foi desenvolvido com este propósito.

### 3.2 DAS ENTREVISTAS

Com o objetivo de trazer à tona a percepção dos sujeitos sociais envolvidos no processo político e educacional discutido até aqui, este tópico problematizará algumas entrevistas realizadas com lideranças sindicais ligadas à APEOESP, ao passo que este sindicato se destaca no enfrentamento realizado ao PSDB e às suas políticas educacionais se observado, inclusive, o

grande número de greves articuladas por esta entidade (incluindo a mais longa da categoria em 2015, com 92 dias de paralisação) durante os últimos 24 anos. As entrevistas visam promover uma discussão em torno da atuação e mobilização liderada pela APEOESP durante o governo PSDB em São Paulo. As perguntas elaboradas possuem a intenção de angariar subsídios para o entendimento do projeto político e das disputas internas presentes neste sindicato bem como compreender melhor a percepção que seus membros expressam sobre a conduta do PSDB à frente do governo de São Paulo. Por ventura, as entrevistas também colocarão em evidência o movimento estudantil, que por vezes esteve imbricado com as mobilizações dos professores.

Compreende-se a entrevista, neste trabalho no

(...) sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo (MINAYO, 2010, p.261)

Com isso, utilizando-se da entrevista como técnica de pesquisa, buscou-se aprofundar a reflexão sobre algumas contradições abordadas até aqui que poderiam ser sintetizadas em cinco preocupações teóricas:

- 1) As políticas públicas/educacionais do PSDB em São Paulo nos últimos 24 anos;
- 2) A postura do governo PSDB frente as reivindicações do sindicato dos professores e das demandas da educação;
- 3) As disputas políticas internas da APEOESP e a relação da categoria dos professores com o sindicato;
- 4) As resistências realizadas contra o neoliberalismo no campo da educação em São Paulo;
- 5) Perspectivas para o sindicato dos professores e para a educação e o entrelaçamento deste campo com o contexto político e social vigente.

Com estas preocupações orientadoras, foi realizado um trabalho de campo guiado por uma entrevista semi- estruturada onde o entrevistado teve a possibilidade de discorrer sobre o assunto em pauta sem se prender à pergunta proferida, combinado, portanto, questões fechadas e abertas<sup>29</sup>. Contudo, as observações realizadas neste processo também foram incorporadas e

---

<sup>29</sup> Com a exceção das falas de Maria Izabel Azevedo Noronha (Bebel), presidenta do sindicato, que pela inviabilidade da entrevista durante o período da pesquisa de campo, terá suas opiniões captadas de entrevistas encontradas na internet, de domínio público.

fazem parte das reflexões teóricas que serão apresentadas adiante, todavia, resguardando alguns cuidados com a objetividade do conhecimento:

É preciso lembrar também que a entrevista, como forma privilegiada de interação social, está sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade. Quando se trata de uma sociedade ou de um grupo marcado por acirrados conflitos, cada entrevista expressa de forma diferenciada a luz e a sombra da realidade, tanto no ato de realizá-la como nos dados que aí são produzidos. Além disso, pelo fato de captar formalmente a fala sobre determinado tema, a entrevista, quando analisada, precisa incorporar o contexto de sua produção e, sempre que possível, ser acompanhada e complementada por informações provenientes de observação participante (MINAYO, 2010, p.262-263)

Integrando as observações feitas durante o trabalho de campo com a análise das entrevistas transcritas e anexas, procurou-se estabelecer um complexo de relações que ajudam a entender os efeitos do neoliberalismo na educação e as contradições provenientes daí. O olhar sobre a realidade de São Paulo nas gestões do PSDB evidencia tendências no campo educacional que merecem atenção. O enfoque dado à APEOESP, por sua vez, justifica-se pelos ataques que o neoliberalismo vem promovendo aos sindicatos e às lei trabalhistas, além da relevância desta entidade que é o maior sindicato da América Latina.

Outrossim, investigar a relação entre APEOESP e o Estado, é investigar como o Estado, ao flexibilizar as relações trabalhistas precarizando as condições de trabalho, promove o isolamento e dificulta a organização política dos trabalhadores da educação ao passo que o trabalho e, neste contexto, a escola, deixam de ser espaços privilegiados de politização fruto do intenso ataque aos sindicatos e à legislação trabalhista realizados pelos governos neoliberais, como o do PSDB. A racionalidade neoliberal vai penetrando num importante sujeito social: os professores.

Giovanni Alves (2002) demonstra as transformações na objetividade e subjetividade do mundo do trabalho durante a década de 1990 que ele denomina de a “década neoliberal”, expressão também pertinente para definir as décadas posteriores. Segundo o autor, nesta década, foi sendo implantado um “toyotismo sistêmico”, uma racionalização organizacional tendo como referências dispositivos toyotistas o que levou à fragmentação da classe trabalhadora e crise do sindicalismo além da emergência de um novo complexo de reestruturação produtiva e de um novo (e precário) mundo do trabalho. Desta forma,

(...) as políticas neoliberais e o novo complexo de reestruturação produtiva conseguiram alterar a dinâmica da sociabilidade do trabalho no Brasil degradando-a, tanto no sentido objetivo, ou seja, no tocante à materialidade da organização do processo de trabalho, quanto no sentido subjetivo, principalmente no plano da consciência de classe (...) com impactos decisivos no sindicalismo e nos movimentos sociais urbanos e rurais (ALVES, 2002, p. 77)

Esta reestruturação produtiva e subjetiva promovida pelo capital precisava ser irradiada enquanto a nova razão do mundo, ou ainda, a racionalidade neoliberal necessitava ser difundida: “governos, escolas e sindicatos passaram a incorporar o discurso da nova pedagogia empresarial, articulando, por exemplo, conceito de ‘empregabilidade’ às noções de competências e novas habilidades” (ALVES, 2002, p.81). A escola passa a receber e difundir a “nova pedagogia empresarial”, tem suas estruturas, legislações e condições trabalhistas de acordo com esta diretriz mas, concomitantemente, deve ser uma importante instituição para a difusão da visão de mundo neoliberal e para a criação do homem- empresa. Os sindicatos também absorverão esta nova pedagogia neoliberal e incorporarão objetivos e condutas neste sentido, como será discutido mais a diante.

### 3.2.1 Os Entrevistados

A APEOESP, como todo sindicato ou organização política, possui divergências e disputas internas por poder. Como foi dito anteriormente, a APEOESP está entre os maiores sindicatos do mundo com seus 180 mil sócios e possui a finalidade, segundo definição presente no site oficial, de:

(...) defender os interesses diretos, individuais e coletivos da categoria profissional que representa, inclusive nas instâncias judiciais e administrativas competentes; desenvolver e organizar encaminhamentos conjuntos visando a unidade e a unificação de todas as entidades representativas dos trabalhadores em educação, no âmbito do Ensino Público; lutar, juntamente com outros setores da população, pela melhoria do ensino, em particular do ensino público e gratuito, em todos os níveis; lutar, ao lado de outros trabalhadores, por organização, manifestação e expressão para todos os trabalhadores (Disponível em: <[www.apeoesp.org.br/o-sindicato/historia](http://www.apeoesp.org.br/o-sindicato/historia)>. Acessado em: 08/02/2019)

Portanto, visando elucidar a complexa trama que envolve as disputas internas das correntes políticas que compõe o sindicato bem como a relação que esta entidade mantém com os governos do PSDB em São Paulo, as entrevistas foram realizadas. Todavia, para alcançar uma compreensão satisfatória destas relações os entrevistados deveriam expressar opiniões divergentes que refletissem contradições. Assim, foram selecionados dois sindicalistas ligados à Articulação Sindical (ArtSind), corrente atrelada à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao PT, e dois representantes sindicais da oposição (fragmentada em vários coletivos no interior da APEOESP).

A ArtSind é hegemônica na APEOESP há muitos anos e Maria Izabel Azevedo Noronha (Bebel) ocupa a presidência, com reeleições consecutivas, desde 2010 (o estatuto da entidade

não prevê um limite de reeleições). Sendo assim, além de Bebel, recém eleita deputada estadual pelo PT que terá suas opiniões expressas a partir de falas extraídas de entrevistas encontradas na internet, Fábio Santos de Moraes, vice-presidente, e Roberto Guido, secretário de comunicações, foram os representantes entrevistados desta corrente. Já a oposição à ArtSind se fez presente nas entrevistas por meio das falas de Gustavo de Freitas Agostini, coordenador geral da subseção de São Roque, e de Paula Penha, conselheira da subseção de Sorocaba e membra da Diretoria Estadual da APEOESP. Desta forma, buscou-se interpretações divergentes acerca do sindicato e de sua atuação nos últimos anos como subsídio para uma análise mais profunda de suas contradições e interesses. Gustavo integra um coletivo de oposição à ArtSind chamado: “Na Escola e na Luta”, já Paula compõe um coletivo de oposição batizado de: “XV de Outubro”.

As entrevistas foram realizadas em lugares e datas diferentes (conforme apêndices), a partir da disponibilidade de cada um dos entrevistados.

### 3.3 AS CINCO PREOCUPAÇÕES TEÓRICAS EM PAUTA: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A análise das entrevistas, como todas as etapas da pesquisa científica, requer cuidados e preocupações metodológicas sem as quais a credibilidade deste processo poderá ser questionada. Considerando a suma importância que as falas contidas nas entrevistas possuem para a discussão teórica realizada até aqui, seria um erro epistemológico não dar atenção para os preceitos teórico/metodológicos que devem conduzir a análise e interpretação das contribuições trazidas pelos entrevistados. Assim, por exemplo, privilegiar algumas falas em detrimento de outras a depender do conteúdo implícito e de suas implicações para as afirmações de um dado estudo é um erro, porém muito presente nas pesquisas acadêmicas. Para não incorrer neste equívoco, bem como em muitos outros que possam comprometer a objetividade (possível e desejável) da pesquisa, é necessário estar atento àquilo que já alertava Bakhtin: “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência (...) a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social” (BAKHTIN, 2006, p. 36), ou ainda,

a criação ideológica - ato material e social - é introduzida à força no quadro da consciência individual. Esta, por sua vez, é privada de qualquer suporte na realidade. Torna-se tudo ou nada. Para o idealismo ela tornou-se tudo (...) Para o positivismo psicologista, ao contrário, a consciência se reduz a nada (...) No entanto, o ideológico enquanto tal não pode ser explicado em termos de raízes supra ou infra-humanas. Seu verdadeiro lugar é o material social particular de signos criados pelo homem. Sua

especificidade reside, precisamente, no fato de que ele se situa entre indivíduos organizados, sendo o meio de sua comunicação (BAKHTIN, 2006, p.34)

Portanto, as falas dos sujeitos sociais trazidas pela pesquisa devem ser situadas e interpretadas a partir do mundo material e social do qual provêm levando em consideração que elas são reveladoras de um sistema cultural e socioeconômico. Compreender as contradições e a complexa rede de relações sociais por detrás das falas dos entrevistados é um grande desafio para o pesquisador. Na linguagem, nas palavras, residem e se escondem relações de poder e sem uma análise sociológica que considere o modelo social, político e econômico no qual os signos surgem e adquirem significado, a pesquisa pode não atingir seus objetivos.

Inúmeros autores enfatizam a importância da fala na comunicação humana e seu lugar de destaque por “permitir o entendimento intersubjetivo e social e, por sua densidade, constituir-se em si, em fato social” (MINAYO, 2010, p.204). Como também já afirmava Bakhtin, a palavra é a expressão mais pura e sensível das relações sociais e pode ser vista como material privilegiado da comunicação na vida cotidiana. Portanto, a importância das falas contidas nas entrevistas são evidentes para os propósitos deste estudo enquanto via de acesso às representações subjetivas, de classe, aos sistemas culturais, às instituições sociais e políticas...

O que torna o trabalho interacional um instrumento privilegiado de coleta de informações para as Ciências Sociais é a possibilidade que tem a *fala* de ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir, por meio de um porta-voz, as representações grupais, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas (MINAYO, 2010, p.204)

Sem ingenuidade e observando que a palavra é um fenômeno ideológico por excelência, por ser histórico e social, e que nela estão presentes relações e conflitos, a interpretação das falas foram orientadas no presente trabalho. Buscando informações pertinentes ao governo do PSDB em São Paulo, ao neoliberalismo na educação e aos movimentos de resistência no campo da educação, as entrevistas foram analisadas considerando as contradições presentes nas falas: “de fato, a essência deste problema, naquilo que nos interessa, liga-se à questão de saber como a realidade (a infra-estrutura) determina o signo, como o signo reflete e retrata a realidade em transformação” (BAKHTIN, 2006, p.42). Tendo em vista os pressupostos teórico/metodológicos expostos acima, as cinco preocupações teóricas elencadas anteriormente serão problematizadas a partir da análise das entrevistas, das falas dos sujeitos.

### 3.3.1 As políticas públicas/educacionais do PSDB em São Paulo nos últimos 24 anos

De maneira geral, as falas dos entrevistados foram uníssonas ao apontar a conduta neoliberal do PSDB e de seus representantes (guardadas as particularidades individuais) a frente do governo de São Paulo. Sem desconsiderar a rivalidade implícita entre sindicalistas e seus empregadores, todos os entrevistados ressaltaram características dos governos tucanos que refletem os princípios e orientações neoliberais em linhas gerais e especificamente na educação. Além disso, todos os entrevistados foram contundentes e ilustraram suas críticas com exemplos concretos, como irá afirmar Roberto Guido, Diretor de Comunicação da APEOESP:

*Olha, de fato o governo do PSDB se caracteriza pela aplicação de políticas neoliberais e diminuição do papel do Estado nos vários setores da economia e não poderia ser diferente naqueles serviços que são essenciais como a saúde, a educação, a segurança [...] então quando você avalia a educação nestes anos todos você vai perceber dois grandes problemas: os baixos financiamentos e a ausência de um plano, você não tem pra onde ir e sem financiamento e o resto é consequência disso [...] tanto no âmbito federal do governo Temer como aqui há sinalização de cortes...o governo federal já cortou por vinte anos com a PEC...então, nós ganhamos um plano depois de tantos anos mas o financiamento ainda não há, está comprometido...esse é o desafio, então, isso é um resumo...consequentemente, os resultados desses anos todos de PSDB e de neoliberalismo na educação vão se apresentar no desempenho dos estudantes paulistas (GUIDO, entrevista realizada em 04/12/18)*

Fábio, vice-presidente do sindicato e membro da ArtSind, irá endossar a postura neoliberal dos governos do PSDB já apontada por Guido, que também integra a mesma corrente política no interior do sindicato que é ligada à CUT e ao PT:

*O governo do PSDB em São Paulo...olha, pra educação foi um desastre, porque o governo desmontou o processo educacional no estado de São Paulo, de diversas formas, na estrutura, no currículo, no projeto pedagógico, na valorização dos profissionais, então, hoje, nós temos o resultado educacional... pra mim é triste porque...não é incompetência dos gestores, o projeto é estar aonde está a educação hoje, nos índices, nos resultados...que nós atingimos, no salário do professor... havia um projeto para isso. Havia um projeto para que o ensino não tivesse a qualidade que São Paulo pode oferecer, porque nós estamos falando do estado mais rico do país, é um estado que deveria puxar um projeto pedagógico para a educação brasileira, é um estado que deveria ser exemplo para os outros estados mas infelizmente nós não somos (FÁBIO, entrevista realizada em 28/02/19)*

É interessante notar que apesar de ambos entrevistados direcionarem suas falas num sentido de crítica ao governo estadual, enquanto Guido, inicialmente, afirma que o governo carece de um plano para a educação, o que em parte justificaria os problemas e a baixa qualidade da educação em São Paulo, Fábio irá pontuar que a baixa qualidade da educação é fruto de um projeto colocado pelo PSDB, limitando o potencial que São Paulo possui em termos

econômicos, propositalmente. Ademais, Guido, posteriormente, pontua que finalmente ganhamos um plano, em referência ao Plano Estadual de Educação (PEE) aprovado em 2016 e regulamentado pela Lei nº 16.279, de 08 de julho daquele ano, em consonância com as diretrizes presentes no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado durante o governo Dilma, expresso na Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, contudo, a PEC do teto de gastos aprovada por Temer tende a inviabilizar sua realização. Os dois entrevistados enfatizaram a importância da participação da presidenta Bebel junto ao Conselho Estadual de Educação para que o PEE fosse aprovado. Todos estes pertencem à ArtSind. De qualquer forma, Gustavo Agostini, Coordenador Geral da subseção de São Roque, que integra o coletivo: “na escola e na luta”, oposição à ArtSind, não irá destoar da crítica feita aos governos do PSDB:

*A gente observa o PSDB com uma proposta de enxugamento dos gastos públicos, ele tem uma proposta de gastar o mínimo necessário para manter o que a Constituição obriga, o que as leis estaduais obrigam...e a gente tem essa avaliação que não há uma preocupação maior com a melhoria das condições sociais, não tem uma preocupação maior com os serviços públicos de qualidade, o que a gente observa nos últimos 24 anos é que a prioridade são as contas públicas, né? Gastar o mínimo necessário pra não ter um grande problema com as contas públicas mas esse problema que eles colocam nas contas públicas diz respeito aos serviços públicos, a gente não vê essa discussão quanto à dívida que o Estado paga com a União com os outros empréstimos que o Estado tem, a gente não vê nenhuma ação do PSDB nesse sentido de tentar resolver as contas públicas nesse setor. As contas públicas, como a gente vê bem claro no governo Temer, é isso também, né? Conta pública pra agradar alguns setores, para ter serviços eficientes a gente não vê essa prática (GUSTAVO, entrevista realizada em 11/12/18)*

Na pergunta introdutória da entrevista, que pedia uma avaliação do governo do PSDB nos últimos vinte e quatro anos em São Paulo, com ênfase na educação, falas importantes, por vezes bem fundamentadas pelos entrevistados, reforçam alguns aspectos da realidade concreta já apontados neste estudo, incluindo os desdobramentos e resultados produzidos pelo neoliberalismo na educação, como, por exemplo, nesta fala do vice- presidente da APEOESP:

*Mas parece que é proposital, é deixar a educação precária... veja a situação dos professores, nós somos o estado mais rico do Brasil, o professor aqui ele pra poder sobreviver ele trabalha com acúmulo de cargo, então ele entra às 7 horas da manhã e sai 10 horas da noite, essa é a realidade dos professores, tá certo? Esse professor que a política central não pensa nele, ele às vezes está trabalhando o dia todo em duas, três, quatro escolas! Então, é uma realidade absurda, nós somos a categoria mais adoecida que existe entre todas as outras categorias. Nós somos a categoria que tem mais readaptados, ou seja, professor que tá fora da sua função pedagógica, aliás, da sua função docente, pode até estar numa área pedagógica, porque ele não tem mais saúde, ele não tem mais voz, ele entrou em depressão profunda, ele já está tomando uma série de remédios, a síndrome do burnout... então assim, esse é o legado da desresponsabilização, dessa diminuição do Estado, de pensar menos nas pessoas (FÁBIO, entrevista realizada em 28/02/19)*

Na fala acima, o adoecimento psicológico<sup>30</sup> dos professores e a medicalização da vida, já abordados anteriormente, são atribuídos à diminuição do Estado e à sua desresponsabilização. A longa e penosa jornada de trabalho dos professores também é citada por Fábio, que apesar de ser uma realidade para muitos professores é dramatizada em sua fala, afinal, o corporativismo geralmente está presente nas falas de representantes sindicais, mas nem sempre um olhar corporativo está comprometido de objetividade e fidedignidade. Paula, por sua vez, irá dar seu veredicto sobre a condução do estado de São Paulo na era PSDB e as consequências dessa condução para a educação pública:

*O governo do PSDB, nós avaliamos que ele é um desastre para a educação pública, porque ele vem tendo, desde seu início, várias políticas de sucateamento da educação no estado de São Paulo, de precarização do trabalho docente, é a diminuição da qualidade do ensino, porque ao nosso ver é algo pensado, não é uma política ocasional ou que ocorre acidentalmente, por uma má gestão mas sim uma política pensada de enfraquecer a educação pública e abrindo espaço cada vez mais pra que a educação pública ela fique pra aquelas pessoas que realmente não vão dar conta de pagar um estudo numa escola particular, mas que o objetivo é que você abra mais espaço para a privatização, porque ao sucatear a educação pública, ao sucatear as escolas públicas há também uma grande propaganda de que elas não são o melhor lugar para os filhos estarem, então há uma busca maior pelas escolas particulares. Então, são inúmeros os projetos que o PSDB implementou no estado nestes últimos anos e a gente sente que a cada ano fica mais difícil mesmo, sempre tem medidas que visam a piorar a qualidade do ensino público no estado de São Paulo, então, não tem nada que nós podemos considerar de pontos positivos destes governos do PSDB. Na verdade é um aprofundamento do neoliberalismo aqui no estado de São Paulo (PAULA, entrevista realizada em 15/03/19)*

A fala de Paula chama a atenção por alguns motivos. Um deles refere-se ao termo utilizado por ela para sintetizar o governo PSDB em relação à educação pública, que seria, segundo Paula, um “desastre”. O mesmo termo já fora utilizado por Fábio quando indagado sobre o mesmo tema. Outra proximidade que podemos encontrar na fala destes dois sindicalistas, que apesar de serem oponentes no interior do sindicato expressam uma visão semelhante sobre o governo do PSDB, em linhas gerais, é a argumentação proferida por ambos de que o sucateamento da educação pública e das condições de trabalho docente não é por um acaso, fruto de incompetência ou de seguidas más administrações, mas resultado de um projeto levado a cabo pelo PSDB. Ou seja, esta argumentação endossa o alinhamento do PSDB com o neoliberalismo que, como já foi discutido, estimula a precarização dos serviços públicos, abrindo espaço para a mercantilização/privatização destes serviços agravando ainda mais as

---

<sup>30</sup> Para exemplificar, pesquisa realizada em Sertãozinho, interior do estado de São Paulo, publicada em 2017, aponta que mais de um terço dos professores da rede pública do município manifestam a síndrome do *burnout* (SOARES, 2017).

desigualdades sociais. Ademais, a entrevista com Paula colocou novamente em evidência a questão da saúde entre os docentes e os desdobramentos do neoliberalismo na educação:

*E falando dos professores, a gente tem uma enorme defasagem salarial, eles sentem isso na pele, seu poder de compra sendo diminuído e gente fez a greve de 2015 muito com essa perspectiva do reajuste, de melhores condições de trabalho também, que o professor enfrenta situações muito difíceis, passa por situações de violência, além da falta de estrutura, uma falta de apoio, e o professor sempre é culpado pela educação ir mal, então essa é outra questão que nos aflige bastante, quando se tem os resultados dos índices externos das avaliações das escolas é o que o professor não fez pra escola não ter atingido determinado índice, então nós sofremos muito, é uma categoria que vem inclusive adoecendo por conta de toda essa pressão muitas vezes até de um assédio cometido pelas direções, pelas gestões e pelo governo e sua precarização das condições de trabalho e de salário, que está cada dia pior (PAULA, entrevista realizada em 15/03/19)*

Portanto, a síntese da problematização deste tópico aponta que existe a tendência de que as políticas e todos os esforços neoliberais promovidos pelos governos que mantêm esta diretriz, como o PSDB, promovam o sucateamento dos serviços públicos com efeitos deletérios tanto para o servidor público como para o cidadão, consumidor.

Na educação, a precarização das condições do trabalho docente, o arrocho salarial e a “pressão” que o sistema de avaliações traz em si, fez com que a categoria dos professores se tornasse extremamente vulnerável ao adoecimento, sobretudo, ao adoecimento psicológico, ao mal estar-docente. As políticas neoliberais na educação apresentam um resultado muito prejudicial ao trabalho docente e à própria qualidade da educação pública: a responsabilização do professor pelo fracasso escolar e a explosão de uma epidemia de patologias psíquicas nesta categoria profissional, que é mais um elemento que caracteriza o avanço da racionalidade neoliberal. Concomitantemente, a escassez de recursos financeiros deterioram as estruturas físicas e materiais necessárias e a ausência de um plano construído democraticamente para a educação pública faz com que o plano de privar os mais pobres de serviços essenciais, posto pelo neoliberalismo, se efetive.

### **3.3.2 O governo PSDB/SP, as reivindicações do sindicato dos professores e as demandas da educação**

Uma questão teórica que não perde sua atualidade, desde os clássicos escritos sobre economia de mercado, é o preço da força de trabalho. Para os trabalhadores tal questão teórica transmuta-se numa das principais reivindicações de qualquer sindicato: o aumento salarial. Com influência decisiva das condições de existência de todo trabalhador, ainda mais em tempos

onde o neoliberalismo aprofunda o ataque aos direitos sociais, a questão salarial também é uma luta cara ao sindicato dos professores como a qualquer outro sindicato. Por um lado os investimentos em educação estão sendo canalizados para a produção de material didático e tecnologias em educação (com grande interesse empresarial), por outro lado o arrocho salarial é uma marca da era PSDB na gestão dos serviços públicos, como ressalta Bebel em entrevista extraída da internet:

*Não é verdade. Essa não é a verdade e digo isso com muita tranquilidade. Ele faz uma conta que é o seguinte: Nós vínhamos convivendo desde 2010 com 27% do nosso salário como gratificações. Em 2008 foi incorporada uma gratificação, em 2010, depois de uma greve, conseguimos que a maior gratificação a GAM (gratificação por atividade no magistério) fosse incorporada. Então ele pegou essa gratificação aí [...] a gratificação não é dinheiro novo, dinheiro novo que ele deu foi de 29.9% em quatro anos! Numa inflação de 28%, portanto 1% de ganho real (BEBEL, 2015)*

Nesta fala, Bebel, na ocasião da mais longa greve da categoria, em 2015, desmistifica o argumento usado por Geraldo Alckmin, então governador do Estado de São Paulo, em que alegava ter dado um aumento de 45% ao longo de quatro anos para os professores da rede pública. Segundo a presidenta da APEOESP, este dado é uma distorção dos fatos, pois 27% do salário do professor eram gratificações, ou seja, não entravam nos cálculos da aposentadoria como o salário base e poderiam ser retiradas a qualquer momento. A incorporação de parte destas gratificações ao salário base, apesar de ser importante e conquistada pela realização de greves, da luta dos professores, não é um “dinheiro novo”, como diz Bebel, pois já era recebido pelos professores. Assim, descontando as gratificações incorporadas, o aumento real foi de 29.9%, aumento próximo o da inflação do período em questão. Outra manipulação matemática e retórica apresentada durante a gestão Alckmin refere-se à Lei do Piso, lei federal que regulamenta que 1/3 da jornada de trabalho dos professores deve ser composta de atividades extra classe. O cumprimento desta lei forçaria a contratação de mais professores para suprir todas as aulas e turmas da rede pública. Para burlar a Lei do Piso, o estado de São Paulo alegou juridicamente que paga a hora/aula de trabalho para os professores quando a duração de uma aula é de cinquenta minutos, portanto, considerando estes dez minutos restantes da hora/aula, o Estado estaria respeitando o terço da jornada realizada fora da sala de aula:

*[...] tem a implantação da jornada do Piso [...] se quisesse mediar implantasse a jornada do Piso, pronto [...] inventaram uma conta mentirosa, uma matemática para não pagar [...] ele se nega a cumprir essa jornada. Então a briga parece que é o jeito de governar do PSDB que é Estado mínimo, para as questões sociais é o mínimo e para aquilo que ele entende que é essencial tudo (BEBEL, 2015)*

Com argumentos questionáveis e políticas educacionais que precarizam cada vez mais as condições de trabalho docente e a própria educação pública, as políticas implementadas pelo PSDB parecem propiciar o adoecimento mental dos professores e o fracasso escolar dos mais pobres que, grosso modo, estudam nas escolas públicas. O resultado da implementação dessas políticas neoliberais levou o PSDB a enfrentar diversas greves, como foi dito anteriormente, tendo a APEOESP como principal entidade organizadora do movimento dos professores.

É importante ressaltar novamente que a APEOESP tem como grupo hegemônico na direção do sindicato a ArtSind, corrente que mantém estreitas relações com a CUT e com o PT, adversários históricos das políticas defendidas pelo PSDB. Portanto, outro aspecto importante que atravessa as disputas entre a APEOESP e os governos do PSDB é a disputa partidária que está implícita, o que dificulta ainda mais as negociações na medida em que ceder às reivindicações do sindicato, pelo prisma dos governantes do PSDB, é perder uma queda de braço não só para a APEOESP, mas para o próprio PT. Por outro lado, se tivéssemos uma direção sindical mais “amigável” ao PSDB, ou ainda, se este partido fosse hegemônico no sindicato dos professores, provavelmente as reivindicações também não seriam atendidas e teríamos a presença do conhecido “sindicato pelego”. Contudo, em meio a todas essas questões políticas e partidárias encontra-se a categoria dos professores que está adoecendo nas escolas paulistas e também os próprios alunos/trabalhadores que sofrem com a degradação da educação pública.

Neste contexto, levando em conta a preocupação teórica deste tópico, uma pergunta realizada durante as entrevistas indagava sobre a postura do PSDB em relação aos sindicatos e aos movimentos de contestação às políticas neoliberais, ou ainda, se tal postura parecia ir no sentido da negociação ou do isolamento e repressão do movimento? Mais uma vez, apesar de aspectos diferentes serem ressaltados pelos entrevistados, no geral as falas expressam uma crítica veemente aos governadores tucanos, e seus respectivos secretários de educação, quando se trata de dialogar com os sujeitos sociais no campo da educação:

*Pegando o exemplo dessa última greve que nós tivemos de 92 dias, ela demonstra claramente que o estado não tinha preocupação nem com seus trabalhadores nem com os estudantes, certo? Nós não podemos admitir. Fizemos... e quando a gente faz greve, dizer isso é importante, sempre a gente tem o apoio dos pais dos estudantes porque a gente deixa muito claro que a greve é pra que a gente possa melhorar as condições e a qualidade da educação. Mas de forma geral, o governo faz o enfrentamento ao invés de abrir uma mesa de negociação, aliás, a gente deveria ter uma mesa de negociação permanente dada a complexidade da nossa rede, do processo educacional, mas nós não temos isso” (FÁBIO, entrevista realizada em 28/02/19)*

Guido, sobre esta questão, irá pontuar:

*Essa é uma pergunta simples. A repressão, a inexistência da negociação...o isolamento, a tentativa de isolar, de esvaziar...você eventualmente pode até sentar com o secretário de educação e discutir alguns pontos, mas não se trata de um processo de negociação porque quando entra no que diz respeito a recursos financiamentos quem manda mesmo de fato é a fazenda e o próprio governador...às vezes até encontra um secretário bom de conversa, um cafezinho e tal...mas não resolve, não tem autonomia, acho que há poucos secretários de educação nestes anos todos que tiveram um poder, digamos, um poder decisório, dentro do próprio governo...um deles é o Paulo Renato, que foi ministro da educação, outra é a Rose Neubauer...que são tucanos de alta plumagem (GUIDO, entrevista realizada em 04/12/18)*

Ambos apontam uma postura negativa dos governos do PSDB em relação ao diálogo estabelecido com a categoria dos professores, sobretudo em momentos de greve, conforme a utilização de palavras como “enfrentamento”, “repressão”, “isolamento” e outras para definir a conduta tucana à frente do governo do estado de São Paulo. No entanto, quando Fábio afirma que durante as greves “sempre a gente tem o apoio dos pais dos estudantes” tal afirmação pode fazer parte da experiência de algumas escolas, certamente não da maioria. Faltariam, para tal assertiva, pesquisas que a fundamentassem, pois são muitas as opiniões divergentes sobre a visão dos pais em relação às greves realizadas pelos professores.

Há, ainda, a questão da comunicação, pois muitos afiliados da APEOESP e militantes de esquerda afirmam que a grande mídia de São Paulo “blinda” o PSDB, não noticiando, desviando o debate ou não dando ênfase aos casos de corrupção que envolvem o partido ou, por outro lado, não noticiando as greves e protestos realizados por professores e estudantes ou ainda criminalizando estes movimentos. Assim, existem opiniões divergentes sobre a legitimidade das greves na sociedade e também entre os pais, o que enfraquece a afirmação feita pelo vice-presidente da APEOESP. Guido, por sua vez, aponta uma situação interessante quando afirma que por vezes os sindicalistas negociam com algum “secretário bom de conversa”, mas que não tem poder decisório, no governo e nem no PSDB, apontando os limites da autonomia de um secretário de educação frente a questões partidárias. Como exceção à estes secretários “biônicos”, com pouca autonomia para decidir, Guido cita Rose Neubauer e Paulo Renato, que seriam “tucanos de alta plumagem”, ou seja, além de secretários de educação de São Paulo, cada um à sua época, eram indivíduos influentes dentro do PSDB. Paulo Renato, além de ter sido um dos fundadores do PSDB, teve papel de destaque na implementação das políticas neoliberais na educação também na esfera federal durante o governo FHC, quando foi ministro da educação. Já Rose Neubauer, possui longa trajetória na secretaria de educação em São Paulo (1995-2002) e sua assertiva implantação das políticas neoliberais, no campo da educação, confere-lhe ‘fama’ entre os educadores paulistas.

Este ataque e combate aos sindicatos bem como a constante proposição jurídica seja na educação ou em outras áreas, incluindo a econômica, faz parte da governabilidade e do Estado neoliberal que é, contrariamente ao seu discurso, fortemente intervencionista (DARDOT, LAVAL, 2016) em benefício do capital. Na busca por forjar o sujeito neoliberal e promover as devidas adequações ao mercado, o próprio Estado precisa ser repensado e visto de outra maneira pelos indivíduos, obra que cabe aos governos neoliberais, como o PSDB. Neste processo, muita intervenção estatal é necessária para atender os anseios de acumulação do capital que irão incidir, necessariamente, sobre o mundo do trabalho:

Fazer com que os indivíduos ajam no sentido desejado supõe que se criem as condições particulares que os obrigam a trabalhar e se comportar como agentes racionais. A alavanca do desemprego e da precariedade foi, sem dúvida, um meio poderoso de disciplina, em particular em matéria de taxas de sindicalização e reivindicação salarial. Mas essa alavanca “negativa”, cujo motor é o medo, sem dúvida estava longe de ser suficiente para a reorganização das empresas. Outros instrumentos de gestão foram necessários para reforçar a pressão da hierarquia sobre os assalariados e aumentar seu comprometimento (DARDOT; LAVAL, 2016, p.226)

O método e estratégias de como intensificar a exploração do trabalhador surge nas empresas, no mercado, contudo, as práticas e políticas neoliberais dos governos submissos, ao longo dos anos, fez penetrar nos Estados nacionais o *modus operandi* empresarial e revestir suas relações e ações com o invólucro neoliberal. Buscando estabelecer as mesmas condições de trabalho que na iniciativa privada, governos como o do PSDB intensificam o trabalho, fortalecem a hierarquia e fiscalização e cobram por resultados em troca de bonificações. Na era neoliberal, pelo prisma de seus ideólogos, o Estado deve se comportar como uma empresa, e não pode se beneficiar, em hipótese alguma, de subterfúgios ou de qualquer forma de protecionismo para vencer a concorrência, nem que a contrapartida que justifique este protecionismo seja a efetivação de políticas sociais que visam o combate de inúmeras injustiças e desigualdades. O Estado ao se reduzir, ao privatizar, ao mercantilizar suas empresas e terceirizar os serviços públicos perde sua capacidade de promover políticas sociais e de intervir em questões estratégicas, de interesse da maioria da população (como, por exemplo, a questão ambiental). Deste cenário, que tende a se aprofundar no Brasil, com as promessas de Paulo Guedes, pautado nos preceitos da Escola de Chicago, e em São Paulo com o autodenominado “gestor” Dória, que pretende intensificar a “modernização”, ou melhor, a “neoliberalização” das repartições públicas do estado a partir do modelo empresarial, contradições advindas da precarização do trabalho, do aumento do desemprego, da Reforma da Previdência, caso aconteça nos moldes de Guedes, da ausência do Estado nas políticas sociais e de outros produtos

do neoliberalismo também se intensificarão. Somente a organização política das reivindicações dos trabalhadores e das minorias, neste contexto, pode frear o avanço neoliberal e colocar a classe trabalhadora como protagonista propositiva na síntese destas contradições que surgirão. Todavia, há de se considerar que o neoliberalismo, atualmente, está bem munido de instrumentos políticos em cargos estratégicos da República brasileira, eleitos, ironicamente, pelo voto popular.

Na lógica da aplicação das políticas e desenvolvimento da racionalidade neoliberais o combate e desmobilização de todos movimentos de contestação devem ser promovidos. Sobre a relação entre o governo PSDB em São Paulo e o sindicato dos professores, irá observar Gustavo:

*Nos últimos anos...vai vamos dizer, nos últimos 6,7 anos...a gente vê o Estado menos preocupado em discutir durante as greves. A gente vê o Estado...o governo Alckmin, o governo Serra...a gente vê eles tentando enfraquecer a greve e deslegitimando a greve. Sempre o Alckmin e o Serra estavam falando: “é greve política”... com se alguma greve não fosse política...eles dizem: “é greve ideológica”...sempre essa fala. Então, nos últimos anos a gente vê eles deslegitimando as greves, deslegitimando o sindicato pra enfraquecer as greves e não negociar (GUSTAVO, entrevista realizada em 11/12/18)*

Quando Gustavo afirma que os governadores do PSDB buscam deslegitimar as greves realizadas pela categoria sob a condução da APEOESP quando dizem ser uma “greve política”, o que está implícito nesta acusação não é um equívoco conceitual, tendo em vista que todos os atos e relações humanas são políticos, considerando a política um espaço de disputas e consensos, mas uma acusação dos tucanos em relação ao uso da APEOESP, ou ainda, da categoria dos professores, para promover os interesses do PT. Ou ainda, ao dizer que a greve é política, Alckmin e Serra buscam deslegitima-lá por ser uma manobra promovida para beneficiar o PT, o que, apesar da péssima expressão utilizada, possui fundamento como será demonstrado adiante. De qualquer forma, a ligação da APEOESP com o PT ou mesmo com a CUT, não deslegitima as reivindicações dos professores e muito menos suaviza a precária situação da educação pública em São Paulo, sendo apenas um artifício, que apesar de possuir respaldo na realidade, para o governo se esquivar. Ademais, Gustavo, em sua fala, irá endossar a falta de diálogo ou a postura evasiva dos governos do PSDB.

Por sua vez, Paula, também irá corroborar esta visão:

*Não há um fechamento total do diálogo mas as respostas são muito evasivas e para os principais problemas da educação e da categoria nós não somos atendidos, então, se consegue um ajuste ou outro, por exemplo, uma resolução de atribuição de aulas, que é a resolução que vai prevê como o professor vai escolher suas turmas durante o ano, às vezes tem um ajuste ou outro nesse processo que a APEOESP consegue sentar e*

*dialogar com a secretaria de educação e fazer esse ajuste, então não é portas fechadas totalmente mas nas grandes políticas no que realmente impacta na vida do professor e na vida do aluno a APEOESP ela só através da mobilização é que ela consegue ter uma acessibilidade por parte do governo, o PSDB não dialoga no sentido de construir em conjunto com os educadores as políticas (PAULA, entrevista realizada em 15/03/19)*

Desta forma, apesar de dialogar com os sindicatos e outras entidades, geralmente de forma evasiva, os governos PSDB, quando se trata de questões fundantes da educação, centralizam as decisões, ou seja, questões que impactam em toda a sociedade são relegadas à alta cúpula do governo estadual demonstrando o caráter antidemocrático do neoliberalismo que só pode implementar suas políticas antipopulares por meio da manipulação e da força. Aparentemente democrático mas na essência autoritário e neoliberal, o PSDB conduz a educação pública em São Paulo. Todavia, as contradições internas da APEOESP também devem ser problematizadas e evidenciadas na medida que seus objetivos se misturam com os anseios dos professores mas possui, como toda representação política, seus limites.

### **3.3.3 As disputas políticas internas da APEOESP e a relação da categoria dos professores com o sindicato**

Apesar de ser uma organização política inserida na luta pelos direitos dos trabalhadores da educação apoiada em princípios de esquerda, a APEOESP guarda contradições latentes com o neoliberalismo. A racionalidade neoliberal anunciada por Dardot e Laval (2016), ou ainda a pedagogia empresarial de Giovanni Alves (2002) é um fenômeno profundo de proporções mundiais. Esta racionalidade/pedagogia neoliberal atrelada à reestruturação produtiva promovida pelo capital nas últimas décadas, trouxe grandes impactos sobre o mundo do trabalho. Tanto as condições objetivas como subjetivas do trabalhador foram e continuam sendo profundamente alteradas, o que, inevitavelmente, irá acarretar mudanças no próprio sindicalismo e na organização da classe trabalhadora. Ao problematizar o sindicalismo no Brasil sob a hegemonia neoliberal, Armando Boito Junior irá afirmar que “o sindicalismo brasileiro não ficou alheio ao processo de constituição dessa nova hegemonia” (BOITO JR, 1995, p.82). Segundo o autor, “o peleguismo aderiu ao neoliberalismo”, ou seja, líderes e direções sindicais que outrora, numa estrutura sindical corporativa de Estado, eram governistas e não defendiam de fato os interesses dos trabalhadores, agora, sob a hegemonia neoliberal, debandaram para defender os interesses neoliberais, como no caso da Força Sindical, que para Boito (1995) teria aderido ao “neopeleguismo”. Contudo, os maiores sindicatos (em filiados e estrutura) e algumas centrais sindicais não seguiram o mesmo caminho, mas mantiveram-se

como oposição ao neoliberalismo, como a CUT. Todavia, esta, como outras organizações sindicais, não saíram ilesas de décadas de políticas neoliberais e já em 1995 podia-se dizer ser:

(...) importante frisar, desde já, que a CUT não se converteu numa central sindical neoliberal. Pelo contrário, a ação sindical de resistência ao neoliberalismo só tem sido implementada pelos sindicatos cutistas. Contudo, essa resistência tem sido ineficaz. Isto porque as concepções e a estratégia atuais da corrente dirigente da CUT, a Articulação Sindical, faz concessões à ideologia e à política neoliberal, facilitando a implementação e o avanço dessa política e contribuindo para a difusão daquela ideologia junto aos trabalhadores brasileiros (BOITO JR, 1995, p. 85)

A APEOESP é dirigida hegemonicamente pela Articulação Sindical, corrente que Bebel e muitos diretores e representantes fazem parte, portanto, as concessões as quais se refere Boito Jr (1995) também ocorrem na APEOESP e afetam diretamente os professores de São Paulo. Mesmo sendo um importante instrumento de resistência ao neoliberalismo, talvez protagonista nesse mérito em São Paulo, a APEOESP, ao fazer concessões e ao buscar ser propositiva também da políticas de cunho neoliberal, tem enfraquecido sua relação com a base na medida em que tem se afastado dos professores que estão nas escolas, percepção marcante do trabalho de campo, ao burocratizar-se, sendo muito mais uma pessoa jurídica, que defende os professores na “justiça”, do que uma organização política de mobilização, que constrói a consciência de classe.

Além disso, ao ser dialogar com governos neoliberais, aperfeiçoa os contemporâneos mecanismos de exploração utilizados pelo neoliberalismo, como foi exemplificado por Paula, anteriormente, que afirmou que a APEOESP faz muitas reuniões com a secretaria de educação e até consegue contribuir no ajustes de algumas políticas educacionais de menor impacto: *“então, se consegue um ajuste ou outro, por exemplo, uma resolução de atribuição de aulas”* (PAULA, entrevista realizada em 15/03/19), porém, em questões e políticas educacionais de maior relevância, o sindicato é geralmente ignorado ou recebe respostas evasivas, como algumas falas dos entrevistados ressaltaram; portanto, em relação às questões de maior importância, como a questão salarial, o sindicato somente é atendido quando há mobilização, greves e atos contra o governo.

Porém, a burocratização do sindicato e afastamento de seus representantes da base coloca limitações à mobilização da categoria e à própria adesão ao principal e mais eficaz, até hoje, instrumento de negociação dos sindicatos: a greve. Neste contexto, as greves realizadas pela categoria, apesar de expressivas e de grande impacto numa rede onde já faltam professores, dificilmente, nestes governos do PSDB, tiveram a adesão da totalidade dos professores, sendo, muitas vezes, “greves de vanguarda”, como define Gustavo na entrevista,

*Então, nossa principal crítica é que esse grupo político, a Articulação Sindical, a “ArtSind”, que comanda a APEOESP desde a fundação, conquistou muitos avanços, os aposentados tem muita identificação com a ArtSind, isso é uma conquista deles, é um mérito deles, sem dúvida alguma, mas de quinze anos pra cá, a gente vê esse grupo político muito distante da sala de aula. Então, como eles estão distantes da sala de aula eles não estão falando mais a língua do professor, conseqüentemente, a gente vê greves enfraquecidas, a gente vê a professor descontente com o sindicato, a gente vê poucos professores novos se associando [...] outra crítica é a falta de alternância de poder, não há um estímulo para o surgimento de novos quadros. Se você pegar toda a diretoria da APEOESP nos últimos 18 anos, de 2000 pra cá, deve ter quatro ou cinco, no máximo seis que mudaram, da diretoria executiva (GUSTAVO, entrevista realizada em 11/12/18)*

A relação da ArtSind com o PT também traz conflitos entre o sindicato e a categoria dos professores. Um deles, emblemático, ocorreu em 2017, quando Lula teve sua prisão decretada por Sérgio Moro e um ato de apoio a Lula foi convocado pelo PT a realizar-se no ABC paulista, no sindicato dos metalúrgicos, berço político do ex-presidente. Contudo, na mesma data, a APEOESP já havia convocado uma assembleia geral da categoria na avenida Paulista, na cidade de São Paulo. Às pressas, a cúpula do sindicato “transferiu” a assembleia para o ABC sem nenhum debate ou consulta com a base. Ônibus e vans que levavam os associados das subsedes do interior, litoral e da grande São Paulo para as assembleias realizadas na capital tiveram seus destinos alterados repentinamente para a surpresa de muitos professores. Sem entrar no mérito do apoio do sindicato à causa de Lula, a manobra descrita acima foi realizada sem a consulta junto à base, ignorando a opinião dos professores. Bebel comentou o episódio da seguinte forma:

*Então a APEOESP deu seu recado, inclusive agora que o presidente Lula ficou lá no sindicato dos metalúrgicos e nós levamos a assembleia pra lá eu tinha que fazer isso, é em nome da democracia. Eu subo no caminhão e falo isso todas as vezes...as meninas do PSTU vão lá e falam: “A Bebel deu um golpe”, não...quem alinhou com o golpe foram vocês...nós lutamos pela democracia e o golpe está sendo dado agora (BEBEL, entrevista realizada em 18/07/18)*

Continua Bebel em sua arguição:

*O Partido dos Trabalhadores não manda na Apeoesp, a CUT, como ele (Geraldo Alckmin) diz...nós somos autônomos, o calendário da CUT é outro e não o nosso...então eu acho interessante essa despolitizada que o governador tenta dar pelo seguinte: qualquer movimento é político. Paulo Freire já dizia: a neutralidade é política, agora partidária é outra discussão, é isso que ele está acusando, ele está de fato julgando como se fosse um crime um militante sindical ser filiado a um partido político, ele é filiado a um partido político, por que qualquer cidadão comum não pode ser filiado? O que eu não posso fazer? Fazer valer as bandeiras do meu partido...e isso não está acontecendo (BEBEL, entrevista realizada em 18/07/18)*

Apesar das desconfianças frente aos fatos que as afirmações da presidenta Bebel suscitam, há algo de importante e verdadeiro em sua fala: as lutas corporativas dos sindicatos não podem estar desarticuladas de um projeto político maior de toda a classe trabalhadora, ofensivas como a Reforma da Previdência, por exemplo, diz respeito a todos os trabalhadores. A crítica, neste ponto, à Bebel, novamente, é o afastamento da base de decisões cruciais do sindicato. Fábio e Guido, respectivamente, irão ponderar sobre a relação entre o sindicato, os professores e as demandas mais amplas da classe trabalhadora:

*Olha, a APEOESP, é uma ferramenta de luta imprescindível. Não para o movimento sindical mas para a sociedade brasileira. Ela tem uma relevância muito importante é um sindicato, e eu acho isso muito importante, a APEOESP é o sindicato mais democrático que existe do Brasil, porque pode ter sindicato democrático que nem a APEOESP, mas mais do que o nosso não tem. Nós somos noventa e quatro subsedes para atender e estar mais próximo das escolas, do professor [...] Então eu acho que nosso estatuto nesse caso ele é... ele dá respostas pra que a APEOESP possa existir de forma aguerrida, de luta...etc. e tal... agora, sobre a quantidade de mandatos... e eu nem vou... não é a questão da nossa presidenta atual, a professora Bebel, mas assim, várias pessoas estão aqui a mais de um mandato que são pessoas que acumularam...etc. e as forças políticas elas tem toda a liberdade de trocar os seus membros... tem gente, por exemplo, da nossa... não oposição, porque eu não considero quem tá dentro da direção "oposição", mas desde quando começou a proporcionalidade tá aqui também, não foi trocado [...] Agora, é óbvio que isso não pode ser desculpa pra você nunca fazer um processo de transição que eu acho que deve e vai ocorrer aqui dentro da APEOESP (FÁBIO, entrevista realizada em 28/02/19)*

Guido, responsável pela comunicação do sindicato, irá ponderar:

*A APEOESP foi o instrumento principal da resistência à implementação do neoliberalismo no estado de São Paulo. Eu não estou sendo [...] mas se você considerar quem botou gente na rua todo ano...lutando pelas políticas educacionais [...] então, eu não posso fazer um balanço negativo do papel da APEOESP nestes anos todos, consequentemente, não tem como falar, ser negativo com a gestão da Bebel (GUIDO, entrevista realizada em 04/12/18)*

Ambos saem em defesa da APEOESP (inclusive ressaltando o protagonismo do sindicato contra as políticas neoliberais) e também da presidenta Bebel. Apesar das críticas feitas à burocratização e neoliberalização do sindicato é inegável a importância desta entidade na luta por melhores condições de trabalho docente e qualidade da educação pública, a APEOESP, sem dúvida, ocupa um lugar de destaque na problematização e enfrentamento das políticas neoliberais, sobretudo àquelas promovidas pelos governos do PSDB em São Paulo. Todavia, seu potencial em termos de organização dos professores e mesmo da classe trabalhadora é muito maior. O grande ato contra a proposta de Reforma da Previdência de Temer e Meirelles, em São Paulo, em 15 de março de 2017, depois do qual houve um grande

recuo do governo com a proposta, de forma que a mesma não foi aprovada, teve a APEOESP mobilizando o maior número de associados, segundo a CUT. Porém, mudanças também devem ocorrer no movimento sindical:

*A questão [...] não é necessariamente de estatuto ou da estrutura, mas é que, na minha avaliação, é necessário que se tenha, que a APEOESP seja mais apropriada pelos professores e pra isso precisa ter renovação. A Bebel tá lá, embora a gente tenha críticas inclusive na condução do processo eleitoral, mas ela foi eleita por esses professores sindicalizados. Pra nós, é importante ter uma mudança na condução política do sindicato mas não é um problema que se resolve simplesmente com uma mudança estatutária ou trocando as figuras. Nós estamos aqui personificando na Bebel, mas ela representa um agrupamento político. Pra nós as críticas são pra condução desse agrupamento político e não na figura dela, então, não adianta trocar seis por meia dúzia, a questão é a condução política dada pela Articulação que nós achamos que levou o sindicato ao longo dos anos a ter um grau grande de imobilismo, porque foram políticas que foram gerando desconfiância na categoria e afastando a base dos professores do sindicato (PAULA, entrevista realizada em 15/03/19)*

Contundente em sua crítica, Paula centra sua contestação na condução da Articulação Sindical que teria levado o sindicato a “um grau grande de imobilismo”, buscando não personificar a crítica na figura de Bebel. Ademais, Paula enfatiza um aspecto fundamental que incide nos sindicatos quando afirma que os principais problemas do sindicato não se referem ao estatuto ou à estrutura da entidade, mas sim à fragilidade da apropriação que é feita pelos professores de sua organização política. Apesar de sugerir problemas no processo eleitoral do sindicato, Paula aponta para a falta de participação política efetiva dos professores e para a necessidade de renovação de maneira ampla.

A racionalidade neoliberal e as condições objetivas da classe trabalhadora trouxeram grandes mudanças subjetivas no mundo do trabalho. A individualização e egoísmo exacerbado suprimem os valores coletivos, solidários, altruístas... fundamentais para a consciência e luta política o que implica numa preocupante ruptura no subjetivo do trabalhador e no próprio sindicalismo. O esvaziamento do sindicalismo e da própria esquerdam ocorrido nas décadas neoliberais, também está na incapacidade de responder propositivamente ao projeto neoliberal à altura (e não em participar ativamente de sua elaboração) ao passo que os efeitos, as condições objetivas produzidas pelo neoliberalismo já são um ótimo argumento para sua própria contestação e impulso para a construção da consciência para si. Contudo, a individualização concebida pelo prisma empresarial, neoliberal coloca-se como grande empecilho à organização da classe trabalhadora: “a luta de massa unificada no topo, como aquela das greves nacionais de protesto ou das campanhas contra a política econômica do governo, foi substituída pelo participacionismo” (BOITO JR, 1995, p.93). Além desta realidade evidenciada por Boito Jr

estar relacionada ao avanço da racionalidade neoliberal, a CUT, segundo ele, também possui sua responsabilidade neste processo de afastamento da base e recuo do movimento sindical, na medida em que: “os documentos da CUT têm ocultado a existência de interesses de classe em confronto na sociedade, é como se as dificuldades vividas pelos trabalhadores decorressem do acaso ou de uma política equivocada” (BOITO JR, 1995, p.93).

Da mesma forma que Chico de Oliveira (2018) afirma que Lula, ao final de seu segundo mandato, não possuía inimigos de classe, pois não mais possuía um projeto de classe, deste modo pode-se afirmar que a CUT vem transferindo os problemas econômicos e mazelas sociais inerentes ao capitalismo para a esfera da administração do Estado, mais uma manifestação do avanço da racionalidade neoliberal agora no interior dos sindicatos.

No próximo tópico será aprofundado, a partir das resistências realizadas contra as políticas neoliberais na educação, o debate sobre um projeto alternativo ao neoliberalismo e as possibilidades e limites dos movimentos de contestação.

### **3.3.4 As resistências ao neoliberalismo no campo da educação em São Paulo**

Dois casos mais emblemáticos concernentes às resistências ao neoliberalismo realizados na educação paulista, já citados neste estudo, servirão de subsídio para as reflexões aqui realizadas, a saber: a mais longa greve dos professores de São Paulo sob a condução da APEOESP e a ocupação das escolas paulistas contra a reorganização escolar, os dois casos ocorridos em 2015. Como já foi dito, inúmeras greves marcaram as gestões do PSDB à frente do governo do estado de São Paulo mas a greve realizada em 2015 será tomada como referência por sua duração (92 dias) e porque esteve imbricada com o movimento estudantil que realizou a ocupação das escolas poucos meses após o término do movimento grevista dos professores.

Apesar de sua duração histórica, a mais longa da APEOESP, a greve de 2015 não foi tão bem sucedida, não pode ser definida como vitoriosa. Como reivindicação principal um reajuste salarial de 75,33% para a equiparação salarial com outras categorias com mesma formação, a greve teve baixa adesão, e apesar da disputa entre os números apresentados pelo sindicato e pela secretaria de educação, certamente não teve a adesão nem da metade da categoria, uma “greve de vanguarda”, como definiu Gustavo. Sem a mobilização e adesão da base de professores, a principal reivindicação da categoria não foi atendida. Durante os três meses de paralisação, foram realizadas cerca de vinte manifestações, entre elas assembleias e atos contra o governo (como o fechamento de estradas e rodovias), mas que não tiveram a repercussão da grande mídia, e nem o efeito esperado no subjetivo do trabalhador. Desgastados

e após meses sem salário, em assembleia, os professores decidiram pelo fim da greve sem a conquista do reajuste. Na ocasião, Bebel pronunciou na assembleia realizada em 12 de junho daquele ano, na av.: Paulista, na capital de São Paulo: “a resistência não pode ir além da sobrevivência dos professores” (ARAÚJO, 2015). Para a presidenta do sindicato, o fim da greve não deveria ser encarado somente de maneira negativa mas, para ela, o governo sofreu um grande desgaste em sua imagem o que era uma grande derrota política para o PSDB, em São Paulo. Contudo, chegada nova eleição no estado, o PSDB manteve sua hegemonia apesar da disputa acirrada entre Márcio França e João Dória no segundo turno. Todavia, Márcio França apesar de não ser do PSDB era o vice- governador de Geraldo Alckmin.

Como contra- ataque ao sindicato, à categoria e à própria educação pública, quatro meses depois, em 26 de outubro de 2015, o secretário da educação Herman Voorwald anunciou a reorganização escolar. Provavelmente acreditando que o desgaste que trouxe a derrotada e mais longa greve da categoria impediria uma nova mobilização do sindicato e dos professores, o governo PSDB buscou implementar uma dura política educacional neoliberal que, em suma, visava fechar cerca de cem escolas o que traria grande impacto nas condições de trabalho docente e na vida dos estudantes e de suas famílias, como foi discutido no segundo capítulo. Contudo, a greve havia colocado a pauta da educação em evidência, a duras penas, inclusive na mídia. Mesmo que derrotados, não conquistando o reajuste salarial, os professores conseguiram promover a reflexão e o debate sobre as condições da educação pública em São Paulo, o que aflorou contradições produzidas pelo neoliberalismo, condições que favoreceram a insurgência do movimento estudantil e a ocupação de centenas de escolas pelo estado contra a proposta de reorganização escolar do PSDB:

A mobilização estudantil paulista de 2015 corresponde a uma série de manifestações e ocupações de escolas, realizadas por estudantes secundaristas em diversas regiões do Estado de São Paulo entre outubro e dezembro do mesmo ano, tendo como objetivo protestar contra a reorganização do ensino público paulista, proposta pelo governador Geraldo Alckmin e pelo então secretário de estado da educação, Herman Voorwald. A mobilização terminou com 213 escolas públicas ocupadas e diversos protestos nas ruas, o que resultou na queda de Voorwald como secretário de Educação e a suspensão do plano de reorganização pelo Governo de São Paulo (WIKIPEDIA, 2015)

Culminando com a demissão do secretário de educação, que foi eleito o bode expiatório da proposta neoliberal para a educação paulista, a reorganização escolar foi freada, naquele ano, pelo movimento dos estudantes de São Paulo que contaram com o apoio da APEOESP e de muitos professores e ativistas que colaboraram de diversas formas, desde o fornecimento de alimentos até disponibilização de assessoria jurídica. Outrossim, a “mobilização estudantil

paulista”, ainda mais por se tratar de alunos, muitos deles menores de idade, também teve apoio das famílias, da sociedade civil.

Sobre o apoio dado pela APEOESP ao movimento estudantil, Fábio irá discorrer sobre a tema:

*Eu acho que o processo de reorganização das escolas mostrou isso: quando o governo apresentou o processo de reorganização das escolas, a APEOESP levantou muito rápido porque o governo achava que depois de três meses a gente não teria condição mais de ter reação de luta absolutamente nenhuma, né? Que esse processo é um processo que tanto professores, através da APEOESP, e não só da APEOESP, muitos movimentos se envolveram com o protagonismo que foi extraordinário dos estudantes... por quê? Porque o estudante entrou na escola e nós blindamos a escola para que esse estudante pudesse ficar lá dentro, certo? Por quê? Porque o governo atacou com muita força e assim, inclusive nesse período aí, o governo entrou com uma ação contra a APEOESP, pra cada escola ocupada, cem mil reais de multa, pro sindicato por dia (FÁBIO, entrevista realizada em 28/02/19)*

Fábio, na fala acima, busca dar ênfase à participação da APEOESP na mobilização estudantil paulista, em 2015, mas não deixa de sublinhar o protagonismo dos estudantes nesta luta contra as políticas educacionais do PSBD e de como o governo tucano buscou penalizar o sindicato através de multas em função das escolas ocupadas. Guido, por sua vez, irá destacar os seguintes aspectos desta mobilização dos sujeitos sociais da educação contra a reorganização escolar:

*E aí assim...você teve o movimento estudantil, que naquele ano foi interessante, que nós conseguimos [...] o governo não negociou, como é de praxe, mas teve que recuar...ele recuou, inclusive por ações judiciais, vitórias judiciais, todas pela APEOESP...a APEOESP ganhou pelo pagamento dos dias parados, a APEOESP ganhou pela interrupção da reorganização escolar e a APEOESP fomentou, digamos assim, ela teve...porque não é a APEOESP, mas o próprio movimento que é o da greve aflora as contradições que estão cotidianamente nas escolas elas tomam uma dimensão de como elas são prejudiciais, nesse momento de greve...e aí é óbvio que os debates, as discussões...você verticaliza a discussão, dá uma aprofundada e aí os alunos vão pro segundo semestre pra um movimento de ocupação que estava ao alcance...eu costumo dizer que os estudantes tiveram uma importância fundamental mas eu não digo que tem um protagonismo X ou Y no seguimento dos professores [...] e depois nós, ativistas, os professores ativistas, estivemos o tempo todo com os meninos, dando apoio e tal...então acho que foi uma unidade muito importante porque ela vai inclusive se estreitar ainda mais se confirmar o que as previsões políticas apontam aí (GUIDO, entrevista realizada em 04/12/18)*

Guido, assim como Fábio, busca destacar a atuação da APEOESP no vitorioso movimento que freou a reorganização escolar e algumas pautas neoliberais em 2015. Contudo, apesar dos sindicalistas pertencentes à ArtSind buscarem colocar em evidência o sindicato que dirigem numa mobilização promovida pelos estudantes, é preciso enfatizar o protagonismo e organização política destes que surpreenderam nas práticas culturais e democráticas no interior

das escolas ocupadas: as decisões eram tomadas coletivamente, os trabalhos distribuídos em comissões e atividades culturais animavam as escolas, como inúmeras reportagens mostraram na época. Porém, Guido ressalta um fator importante ao dizer que a greve realizada pelos professores naquele ano foi fundamental para aflorar as contradições que estão presentes no cotidiano escolar, o que elevou a consciência dos estudantes e profissionais da educação, dando força ao movimento estudantil.

Sobre esta unidade entre o movimento sindicalista e estudantil, Paula irá fazer a seguinte reflexão:

*Sobre a reorganização, nós tivemos um apoio popular muito grande então não foi só o sindicato ou o movimento estudantil, mas os pais, mães de aluno, as famílias, a comunidade escolar se incomodou muito com o projeto, porque ele impunha uma mudança de unidades escolares dos estudantes sem nenhum tipo de diálogo, que ia afetar o funcionamento inclusive de como as famílias se organizam para levar seus filhos às escolas e com isso o apoio do movimento contra o projeto foi grande. Então, eu acho que foi uma somatória, claro que com um grande protagonismo do movimento estudantil, que utilizou deste artifício da ocupação, mas eu acho que é uma pauta de todos, e a gente tenta fazer muito esse diálogo que não adianta só os professores lutarem, e temos outros exemplos de atividades que o movimento sindical de forma unida consegue mais avanços, a gente teve, por exemplo, a greve geral contra a Reforma da Previdência do Temer, que aconteceu em abril de 2017. A APEOESP, ela parou, mas o fato dos trabalhadores do transporte terem parado, os trabalhadores de muitas fábricas terem parado também contribuiu, então, é necessário porque são pautas de todos os trabalhadores, não é só pro professor, não é só para o estudante (PAULA, entrevista realizada em 15/03/19)*

Além de endossar o protagonismo do movimento estudantil dentro de um contexto “favorável” à construção da resistência à reorganização escolar e com o apoio da sociedade civil organizada, Paula ressalta a importância da unidade da classe trabalhadora na luta política diante dos ataques aos direitos sociais promovidos pelo neoliberalismo, em especial à Previdência Social. Portanto, assim como Gustavo, Paula enfatiza a articulação política de vários sujeitos sociais para a defesa dos direitos sociais entre eles a educação pública:

*Eu acho que o caminho para qualquer conquista do sindicato é do lado dos estudantes e dos pais dos estudantes. Eu tive a sorte de estar em São Paulo nesse período, em 2015 eu estava dando aula em São Paulo e a primeira escola ocupada foi a Fernão Dias que estava a 200 metros da minha casa. No começo eu até achava que era coisa de jovem empolgado...mas depois no dia-a-dia conversando com aqueles jovens e depois vendo todo o tempo que eles ocuparam as escolas e o movimento crescendo...a gente viu que sozinho o professor não vai conseguir mobilizar a sociedade. Nós precisamos...de novo, a escola é professor, aluno, diretor...é todo mundo junto. E o sindicato tem que ser assim também. Tem que aumentar a proximidade com os alunos, professores...porque sozinho a gente não vai dar conta. O que barrou a reorganização, que era uma estratégia clara do governo de fechar sala, de fechar escola, cortar gastos mais uma vez encher a sala de alunos, 40 e poucos alunos em algumas escolas...até fechar...a gente viu que quem conseguiu barrar isso foi o aluno. A APEOESP auxiliou mas não*

*foi um movimento que partiu da APEOESP (GUSTAVO, entrevista realizada em 11/12/18)*

A fala de Gustavo corrobora algumas análises feitas anteriormente e novamente aponta para a necessidade e importância da organização da sociedade civil, em particular a comunidade escolar, para que, articulada com o movimento de trabalhadores da educação tenha mais força na resistência aos ataques neoliberais e na luta pela educação pública de qualidade.

Desta forma, a atuação política dos representantes do sindicato nas escolas deve ser contínua, ética e perseverante para que cada vez mais professores se engajem no combate à precarização da educação pública e do trabalho docente. Que assim, como defendeu Paula, cada vez mais os professores se apropriem de seus sindicatos, não os relegando, portanto, à burocratas e pelegos. Já a comunidade escolar pode ser organizada a partir da militância dos professores e do fortalecimento de organizações previstas inclusive na legislação educacional, como a Associação de Pais e Mestres (APM) e o Conselho de Escolar, que toda escola pública deve possuir, que podem ser espaços políticos formadores na medida que as APMs e os Conselhos possuem, dentre outras atribuições, papel de destaque na elaboração, fomentação e efetivação do Projeto Político Pedagógico (PPP) de suas respectivas escolas. A articulação política das subseções regionais da APEOESP com as APMs, Conselhos de Escola, comunidade escolar e com os movimentos estudantis pode ser o embrião do desenvolvimento de uma ampla frente pela educação pública de qualidade, pela democracia e contra os desmandos do neoliberalismo.

### **3.3.5 Perspectivas para o sindicato dos professores e para a educação**

Como já afirmara Perry Anderson (1995), apesar do fracasso do neoliberalismo no campo econômico (crises econômicas cada vez mais profundas e globais e dificuldade de recuperar as taxas de crescimento de outrora, dos anos dourados) ele avança em sua hegemonia política no ocidente com o ressurgimento, inclusive, de discursos autoritários, xenofóbicos, enfim, de extrema direita, que vêm ganhando espaço em diversos países, em diversos governos. O neoliberalismo hiperautoritário, citado por Dardot e Laval (2016), avança apoiado sobre seu mais original produto: a racionalidade neoliberal, que faz com que os indivíduos se concebam a partir do modelo social ditado pelo mercado e de valores egoístas e competitivos. Ademais, o próprio Estado deve ser gerido como uma empresa. Neste contexto, uma questão fundamental coloca-se para os educadores: quais as possibilidades, desafios e limites de uma educação crítica e emancipadora nesta atmosfera desfavorável, seja nacional ou internacional?

É evidente que a educação não determina a esfera econômica e as relações de produção, até porque existe em função destas, mas também é inegável o destaque e importância desta área tanto para o desenvolvimento das forças produtivas, como para a qualificação da força de trabalho sendo, pois, imprescindível a qualquer modo de produção, a qualquer organização social. Para além das questões ligadas à produção material, a educação é de suma importância na constituição das subjetividades, na formação política dos indivíduos. Considerando que nem toda prática educativa é emancipatória (no sentido de possuir um comprometimento político que busque o combate das desigualdades e opressões de toda ordem, pelo contrário, a concepção de educação e práticas educativas hegemônicas são conservadoras e voltadas aos interesses do mercado) quais as possibilidades postas no campo da educação para os professores que buscam uma prática educacional emancipatória num contexto onde o neoliberalismo conquista a subjetividade social e possui inúmeros representantes nos governos de quase todos os países, inclusive no Brasil, inclusive no estado de São Paulo?

Uma tendência apontada por Fábio, que transcende o campo da educação mas que tem grande impacto em todos os trabalhadores, é o ataque aos sindicatos que os governos neoliberais vêm intensificando nos últimos anos, inclusive no Brasil:

*Então o sindicato fica na linha de tiro, aliás você tocou num negócio da questão sindical que é assim: que que o governo Temer fez antes de passar o governo para o Bolsonaro? Destruiu os sindicatos. Os sindicatos recebiam o imposto sindical, a APEOESP nunca recebeu imposto sindical, porque nós defendemos que o sindicato seja independente e assim, o trabalhador financia a sua luta [...] mas o que que o governo Temer fez? Acabou com o imposto sindical. O que os sindicatos estão fazendo? Vendendo os prédios [...] pra você ver como é triste: muita gente, até por falta de informação comemorou o fim do imposto sindical, nós nunca defendemos imposto sindical mas não achamos que deveria ser dessa forma, o fim dele sem trocar por nada (FÁBIO, entrevista realizada em 28/02/19)*

O vice-presidente da APEOESP evidencia o ataque que os sindicatos, sobretudo os que não se alinham ao neoliberalismo, apesar de sofrer sua influência, estão recebendo. Sendo importantes organizações políticas que visam preservar e ampliar os direitos sociais, é de se esperar que os sindicatos sejam combatidos pelos governos neoliberais (por vezes hiperautoritários) para facilitar o desmantelamento do Estado de Bem-estar social ou qualquer flerte com este modelo.

No Brasil, durante a gestão de Temer foi aprovado o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical o que diminuiu drástica e rapidamente os recursos financeiros dos sindicatos que dependiam desta contribuição. A APEOESP não depende deste tipo de contribuição, o que indica que novas formas de combate aos sindicatos que não aderiram ao

“neopeleguismo” deverão ser desenvolvidas e aplicadas tanto em âmbito federal, com Bolsonaro e Guedes, como em âmbito estadual com Dória. Assim, para Fábio, a perspectiva para os trabalhadores: *“vai ser de luta, luta, luta, luta e luta. Até porque sempre foi difícil pra classe trabalhadora, há uma criminalização dos sindicatos e entidades representativas, eu acho que haverá um ataque maior ainda a essas entidades”* (FÁBIO, entrevista realizada em 28/02/19).

Paula, por sua vez, irá fazer seu prognóstico para a “nova gestão” do estado de São Paulo:

*Aqui no estado de São Paulo nós ficamos novamente com o PSDB, vai ser uma continuidade do que já foi, vários projetos que estão sendo implementados no sentido de privatizar a escola pública, nós tivemos o projeto acerca de um ano e meio atrás que falava da privatização da gestão de algumas escolas, na capital, que acabou não vingando, então a gente imagina que continue vindo esses projetos de privatização da escola pública com o Dória com o nosso salário não sendo reajustado de acordo com a inflação, nem tendo a reposição... o sindicato vai se organizar para ver as melhores formas de brigar por essas melhorias mas eu não tenho nenhuma perspectiva... a perspectiva é que continue uma gestão em que cada vez mais a educação pública vai sendo deixada em segundo plano pela gestão do Dória* (PAULA, entrevista realizada em 15/03/19)

Em sua concepção, Paula acredita que as políticas que visam à privatização da educação e o arrocho salarial dos professores da rede pública serão mantidas pelo governo de João Dória. Além disso, sua fala reflete um certo desânimo em relação as possibilidades de avanços na educação pública e em relação ao próprio governo de Dória visto como continuidade. Já Gustavo, irá fazer as seguintes projeções sobre o novo governador do PSDB em São Paulo:

*O Dória também entrou com um discurso muito semelhante ao do Bolsonaro, então, muito mais conservador que o próprio PSDB tradicional. Mais conservador que Alckmin e Serra. Então, se ele cumprir o que ele falou na campanha, a gente fica muito receoso, ele também é um defensor do escola sem partido, ele também é defensor de escolas militares, defensor do aumento da repressão nas escolas, então, a gente tem medo dele dificultar até a participação sindical* (GUSTAVO, entrevista realizada em 11/12/18)

Gustavo ressalta proximidades entre Dória e Bolsonaro, sendo que o primeiro defende uma reestruturação do PSDB nos moldes do neoliberalismo hiperautoritário, algo muito explorado na campanha eleitoral. No segundo turno das eleições de 2018, quando Bolsonaro disputava com Haddad a presidência da República e o PSDB declarou neutralidade, Dória afirmou publicamente que o seu PSDB possuía lado e que ele apoiaria Bolsonaro no segundo turno, o que de fato aconteceu, fato que fundamenta em parte a afirmação de Gustavo. Quanto

à Bolsonaro, Gustavo ressalta suas características militares que podem se traduzir em políticas educacionais e a ameaça que ele representa ao movimento sindical, cabe saber se ele terá a articulação e vontade política necessária para tanto.

Já Guido, fará os seguintes apontamentos a partir da derrota de Haddad e do crescimento da direita na eleição de 2018,

*Por isso, eu diria assim...a esquerda perdeu a eleição, tem que fazer um diagnóstico, os movimentos sociais e sindicais como nós vamos ter que nos organizar muito pra enfrentar esse período [...] há contradições que não estão resolvidas no futuro próximo do governo Bolsonaro, porque muita gente falou assim: eu estou votando em você porque eu não concordo com essa história de globalização e outros tão falando assim: que eu votei em você pra globalizar mesmo e não vai conseguir resolver essa contradição, agora, a solução da contradição pode ser favorável ou desfavorável...pode ser um golpe, militar...a solução da contradição é a história que vai determinar na correlação de forças que vão se estabelecer [...] o debate hoje está no âmbito da consciência, por conta dessa hegemonia ideológica que o neoliberalismo conseguiu impor (GUIDO, entrevista realizada em 04/12/18)*

A hegemonia do neoliberalismo, ou ainda, o avanço da racionalidade neoliberal, é um empecilho à organização dos professores e dos trabalhadores em geral. Contudo, as condições objetivas que o neoliberalismo vai impondo com sua razão de mundo e políticas econômicas está criando condições de trabalho cada vez mais insuportáveis, inclusive em termos de saúde mental, o que leva à precarização da qualidade de vida da classe trabalhadora, condições precárias se deterioram ainda mais sob a égide neoliberal. A síntese destas contradições, como ressalta Guido, vai depender da correlação de forças que irá se estabelecer e da capacidade dos professores, dos estudantes, dos sindicatos, da esquerda e de todos os movimentos sociais em propor uma alternativa à altura do projeto neoliberal, inclusive em termos subjetivos.

Nesta correlação de forças que se estabelecerá, a própria eleição de Bebel, agora deputada estadual, pode ser um instrumento para a organização dos sujeitos sociais que se opõem às ambições neoliberais, seja na educação ou em outras áreas. Quando indagada sobre sua pré-candidatura, meses antes das eleições de 2018, Bebel irá afirmar:

*Eu não pretendo ter um mandato personalizado, quero ver se a gente trabalha com a ideia de mandato popular, em que você tem um grande conselho [...] a APEOESP... se você tem um mandato popular, você tem uma rede de transmissão rápida e qualquer maldade que caia no legislativo, você pode mobilizar mais [...] eu tenho a esperança de dar um caráter mais aberto, popular um mandato que dialogue com as pautas da sociedade, da maioria da população...das mães trabalhadoras, do movimento negro...com todas essas pautas que ficam à margem no parlamento (BEBEL, 2018)*

Como foi anunciado no início deste capítulo, apesar da realidade econômica e objetiva produzida pelo neoliberalismo, com inúmeros impactos negativos para os trabalhadores e

minorias sociais, movimentos conservadores e pró neoliberalismo surgem também entre os desfavorecidos, entre os oprimidos. Frente a isso, um ambicioso projeto de educação e formação política para os desfavorecidos, muitos deles frequentadores da escola pública, deve ser elaborado e articulado por uma ampla frente democrática e popular pela educação pública de qualidade, somente assim, em termos subjetivos, o avanço neoliberal pode ser contido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da investigação da relação entre neoliberalismo e educação no estado de São Paulo, pode-se constatar que governos de orientação neoliberal, como o PSDB, agindo e modelando suas instituições a partir dos princípios desta doutrina, contribuem à implementação das políticas neoliberais e difusão desta racionalidade, ou nas palavras de Dardot e Laval (2016) desta nova razão de mundo, utilizando-se do aparato estatal para tanto, inclusive as instituições de ensino. Em São Paulo, o enraizamento do neoliberalismo na educação se deu por quatro vias principais: investimentos públicos na área; currículo oficial; condições de trabalho docente; avaliações e resultados educacionais.

Entre os resultados averiguados na educação paulista, que mantêm relação com as políticas implementadas pelos governos do PSDB, está a precarização das condições de trabalho docente, acompanhada por um grande aumento do número de casos de doenças de caráter psicológico e emocional. Ou ainda, a cobrança por resultados num contexto de precarização das condições de trabalho tem levado ao sofrimento e adoecimento psicológico dos professores e agravado o mal-estar docente. Ademais, o controle e redução dos investimentos em educação tem levado ao sucateamento material das escolas ou mesmo a falta de materiais didáticos e ferramentas pedagógicas na rede pública de ensino. Todos estes fatores, articulados na realidade concreta, comprometem a qualidade da educação pública, ou seja, comprometem o desenvolvimento intelectual e educacional dos jovens das camadas mais pobres da população que frequentam as escolas públicas, ou ainda, dos filhos dos trabalhadores que, em grande parte, irão compor, futuramente, o precariado.

Com o desmantelamento do Estado de bem-estar social e combate a qualquer governo que busque implementar políticas públicas que visem combater as desigualdades ou atender os mais vulneráveis socialmente, o neoliberalismo e suas diretrizes levam à degradação dos serviços públicos o que serve de justificativa para a privatização ou mercantilização destes serviços. Neste processo, o Estado vai perdendo sua capacidade de fazer política social e intervir em prol dos interesses coletivos.

Ademais, com a difusão da ideologia neoliberal defensora da concorrência e do egoísmo como valores orientadores na sociabilidade do capital, ou ainda, nas relações do mercado (que transbordam para todos os campos da vida social), a racionalidade neoliberal penetra e desenvolve raízes nas empresas, no Estado e nos indivíduos, agora concebidos como homens-empresa (DARDOT; LAVAL, 2016).

A relação entre a educação e a propagação da racionalidade neoliberal ainda deve ser melhor estudada mas, como foi exposto nesta pesquisa, há evidências de que a educação é mister para a difusão da ideologia neoliberal, veja a importância dada pelos governos neoliberais abordados anteriormente à elaboração de políticas e legislações educacionais, tendo, inclusive, grande repercussão política e midiática as disputas em torno da educação, como, por exemplo, a bandeira da “escola sem partido”.

Desta forma, a reestruturação produtiva promovida pelo capital aliada ao avanço da racionalidade neoliberal trouxe grandes impactos na subjetividade dos trabalhadores e consequentemente no movimento sindical. Ainda sendo importantes organizações na resistência à implantação das políticas neoliberais, e por isso combatidos pelos governos propositores destas políticas, os sindicatos perderam seu poder de enfrentamento de outrora em termos de mobilização e conquistas. Ao também sofrerem as influências do neoliberalismo, o que produziu o neopeleguismo, caso emblemático da Força Sindical, ou a adequação dos sindicatos à governamentalidade neoliberal, como no caso da CUT (BOITO JR, 1995), os sindicatos passaram a enfrentar problemas no diálogo com a base, com os trabalhadores, o que somado ao avanço da racionalidade neoliberal nos indivíduos trouxe impactos cada vez maiores em termos de filiações ao sindicato ou mesmo de mobilização. A concepção do homem-empresa suprime valores coletivos e solidários imprescindíveis ao movimento sindical.

Por fim, os resultados do neoliberalismo, na educação e nas condições de trabalho dos professores, constatados no estado de São Paulo produziram contradições que se manifestaram na resistência política dos sujeitos presentes no campo da educação, sobretudo de professores, por meio de greves, e de alunos, por meio de protestos e ocupação de escolas. Somente a mobilização de professores e alunos foi capaz de obstruir as políticas educacionais de cunho neoliberal, sendo que o diálogo, debate público ou os anseios dos educadores pouco sensibilizou ou interferiu nas políticas adotadas pelos governos do PSDB, em São Paulo. Esta tendência é constatada em outras áreas e averiguada em outros governos, alguns neoliberais hiperautoritários, que, inclusive, ganharam importantes posições políticas nas eleições de 2018.

A despeito do que foi afirmado acima, enquanto síntese da pesquisa presente nesta dissertação, é importante ressaltar que os argumentos foram construídos e sustentados pelo referencial teórico utilizado e corroborados pelas falas dos entrevistados que vivenciam as condições objetivas problematizadas neste estudo. Desta forma, integrando teoria e trabalho de campo, objetividade e subjetividade, buscou-se elucidar os desdobramentos das políticas neoliberais na educação visando contribuir para o avanço da educação pública em termos quantitativos e qualitativos, ou ainda,

(...) quando o homem estiver compreendido na estrutura da realidade e a realidade for entendida como totalidade de natureza e história, serão criados os pressupostos para a solução da problemática filosófica do homem. Se a realidade é incompleta sem o homem, também o homem é igualmente fragmentado sem a realidade (...) A dialética trata da “coisa em si”. Mas a coisa em si não é uma coisa qualquer, e, na verdade, não é nem mesmo uma coisa: a “coisa em si”, de que trata a filosofia, é o homem e o seu lugar no universo (KOSIK, 1976, p.229-230)

Os apontamentos e tendências expostas em torno dos resultados das políticas neoliberais em São Paulo, sob o governo PSDB, visam situar os sujeitos sociais da educação nos conflitos e contradições nas quais estão inseridos superando, desta forma, a fragmentação entre a realidade e o homem para que este último, ao compreender seu lugar no universo, interfira na história de forma ética e consciente. A própria existência de movimentos neoliberais que contam com o apoio de indivíduos pobres e pertencentes às minorias sociais ou mesmo a eleição recente de inúmeros políticos que defendem as orientações neoliberais hiperautoritárias com o voto de trabalhadores e oprimidos, justificam o combate e importância da “destruição da pseudoconcreticidade” (KOSIK, 1976), que no fenômeno abordado nesta pesquisa se manifesta na concepção de que as políticas neoliberais e sua racionalidade, enfim, sua governamentalidade, representam, mesmo que de maneira genérica e abstrata, a modernidade, o combate à corrupção e às mazelas sociais de toda ordem e o modelo de sociabilidade a seguir. A mediação da realidade concreta revela as reais possibilidades de ação dos sujeitos sociais ao desvendar as ideologias, no caso em questão, ao desmascarar o neoliberalismo e, por isso, deve estar sempre no horizonte da teoria crítica.

A ordem econômica capitalista não é um dado *a priori* na sociabilidade humana mas é continuamente produzida pelas forças econômicas e pelas instituições e ações governamentais. Todavia, a especificidade deste momento histórico do capitalismo sob a égide do neoliberalismo é o impacto das relações de produção na subjetividade social e, conseqüentemente, em cada indivíduo: cada um passou a se conceber como uma empresa que deve ser administrado como tal, ou seja, sempre considerando os riscos de suas ações e calculando as vantagens que os investimentos podem trazer, sempre num cenário de concorrência exacerbada. O neoliberalismo possui projetos ambiciosos e já colhe seus frutos no campo subjetivo, talvez até mais nutritivos do que em outros campos.

Neste projeto distópico posto pelo capitalismo contemporâneo, todos os âmbitos da vida social merecem atenção e devem ser modelados a partir do projeto neoliberal. Neste contexto, a educação formal possui um lugar de destaque e deve ser dotada de diretrizes sintonizadas com os planos do neoliberalismo que, por sua vez, irá formular “agendas” para a educação propostas por organismos internacionais, como o Banco Mundial e FMI, e implementadas por governos

nacionais submissos. No Brasil, sobretudo a partir da década de 90, ora com mais intensidade ora com menos a depender dos partidos à frente do governo, vemos tais agendas refletidas na educação, principalmente no que concerne ao currículo, legislação educacional e condições de trabalho docente.

No Brasil, às vésperas de sua posse, Jair Bolsonaro afirmou que não deixará nenhuma “ideologia” interferir nos assuntos de interesse nacional, ou ainda:

Uma das metas para tirarmos o Brasil das piores posições nos *rankings* de educação do mundo é combater o lixo marxista que se instalou nas instituições de ensino. Junto com o Ministro de Educação e outros envolvidos vamos evoluir em formar cidadãos e não mais militantes políticos [...] (BOLSONARO, 2018)

Ao expor sua pretensão de combater o “marxismo cultural”, propagado pela teoria do italiano Antonio Gramsci segundo o Ministro da Educação de Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, demitido no início do quarto mês de governo, e de expulsar Paulo Freire das escolas, outra declaração pública de membros do governo Bolsonaro, o Presidente revela seu próprio viés ideológico e alinhamento com o pensamento conservador, tendo a educação no centro da discussão.

Em São Paulo, o governo de João Dória está intensificando a gestão empresarial da educação pública ao estreitar relações com fundações (Ayrton Senna, Lemann e outras) com o objetivo de aperfeiçoar os métodos de controle sobre os trabalhadores e resultados ao, por exemplo, nos primeiros meses de governo, implementar o Método de Melhoria de Resultados (MMR) na educação, estratégia oriunda das empresas que, seja na esfera pública ou privada, visa sobrecarregar o trabalhador ao mesmo tempo que exige dele melhores resultados.

Neste interim, uma questão fundamental coloca-se para os educadores: quais as possibilidades, desafios e limites de uma educação crítica e emancipadora nesta atmosfera desfavorável, seja nacional ou internacional? Quais as possibilidades de resistência ao neoliberalismo que podem ser construídas no campo da educação?

Apesar do resultado das últimas eleições e a hegemonia conservadora e neoliberal alcançada em São Paulo e no governo federal, importantes resistências políticas têm sido construídas no campo da educação. Inspiradas, muitas vezes, por teorias críticas fundamentais para a compreensão da relação educação e sociedade, movimentos sindicais de professores e o próprio movimento estudantil resistem ao avanço neoliberal na educação. Ao que tudo indica, o governo recém iniciado de Jair Bolsonaro manterá a orientação neoliberal já posta em marcha por Temer, mas traz em seu discurso algo novo, diferente daquele que assumiu a presidência

após o golpe jurídico/parlamentar dado em Dilma Rousseff: o agressivo discurso de ataque ao pensamento crítico existente na educação. Expulsar Paulo Freire das escolas e combater o “lixo” marxista supostamente abolindo as ideologias das escolas, é uma das prioridades já anunciadas pelo novo governo. Portanto, os movimentos de resistência organizados no campo escolar precisam compreender que seu papel e importância transcende a esfera da educação: ela está imbricada com a luta pela manutenção das instituições democráticas:

Numa democracia, quem defende ideais contrários à emancipação, e, portanto, contrários à decisão consciente independente de cada pessoa em particular, é um antidemocrata, até mesmo se as ideias que correspondem a seus desígnios são difundidas no plano formal da democracia. As tendências de apresentação de ideais exteriores que não se originam a partir da própria consciência emancipada, ou melhor, que se legitimam frente a essa consciência, permanecem sendo coletivistas reacionárias (...) Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado (ADORNO, 1995, p. 141-142)

Esta postura denunciada por Adorno parece definir a postura de Jair Bolsonaro e de seus apoiadores que ao buscar combater aquilo que denominam de ideologia ignoram a autonomia dos sujeitos sociais presentes na educação bem como o direito de decisão consciente dos mesmos. Esta bravata contra o pensamento crítico proferida pelo novo governo federal merece atenção e resposta das forças progressistas. Contudo, antes de enfatizar a importância da construção de uma espécie de frente democrática da educação que lute pela educação pública de qualidade, pela liberdade de ensino e aprendizagem e pela própria democracia, é necessário definir o que seria uma educação crítica e emancipadora:

A seguir, e assumindo o risco, gostaria de apresentar a minha concepção inicial de educação. Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira (...) A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo. Porém ela seria igualmente questionável se ficasse nisto, produzindo nada além de *well adjusted people*, pessoas bem ajustadas, em consequência do que a situação existente se impõe precisamente no que tem de pior. Nestes termos, desde o início existe no conceito de educação para a consciência e para a racionalidade uma ambiguidade. Talvez não seja possível superá-la no existente, mas certamente não podemos nos desviar dela (ADORNO, 1995, p.143)

Considerando que na conjuntura atual sumariamente exposta “pessoas bem ajustadas” poderiam ser definidas como sujeitos neoliberais produzidos pelo modelo da empresa, o

homem-empresa, a construção destes sujeitos não pode ser o objetivo de uma educação emancipatória, pelo contrário.

A história recente do Brasil fornece bons exemplos de resistências aos ataques neoliberais na educação, como no estado de São Paulo, onde a luta organizada pelo sindicato dos professores, por meio sobretudo de greves, e a luta estudantil, com a ocupação de escolas, conseguiram denunciar e dentro do possível minimizar as mazelas dos ataques neoliberais. Neste sentido, fato emblemático abordado nesta pesquisa, foi o caso da reorganização escolar, proposta pelo governo Alckmin em 2015, que visava o fechamento de escolas tudo em nome da boa gestão do dinheiro público mas que expressava, na verdade, o enxugamento dos gastos sociais do Estado e consequente sucateamento dos serviços públicos. Esta proposta que só não foi implementada pela mobilização e união de professores e alunos, pela realização de atos, greves e ocupações.

Portanto, a teoria crítica deve estar ao serviço de uma ampla frente democrática da educação que reúna professores, estudantes, profissionais da educação, militantes políticos e comunidades escolares que defendem a educação pública de qualidade que dote cada indivíduo de consciência de suas condições objetivas e de seus verdadeiros interesses políticos desvendando, verdadeiramente, toda ideologia. Tal frente deve organizar e articular desde os Conselhos de Escola e Associações de Pais e Mestres até lideranças políticas progressistas que defendem a educação pública emancipatória, passando por sindicatos da educação e movimento estudantil.

Paulo Freire, posto em evidência pelo governo Bolsonaro e por forças conservadoras, antes de receber a crítica e de “ser expulso” de um lugar que pouco esteve, ou seja, nas orientações e fundamentos da educação pública brasileira, já elaborava a reflexão que subverte o pensamento de Jair Bolsonaro que ao anunciar que irá combater a ideologia na educação com um conhecimento técnico e com a disciplina militar, não percebe (ou esconde) que ele é quem está propagando uma ideologia:

Esta é a razão pela qual, para nós, a “educação como prática da liberdade” não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a “perpetuação dos valores de uma cultura dada”; não é o “esforço de adaptação do educando a seu meio”. Para nós, a “educação como prática da liberdade” é, sobretudo e antes de tudo, uma situação verdadeiramente gnosiológica. Aquela em que o ato cognoscente não termina no objeto cognoscível, visto que se comunica a outros sujeitos, igualmente cognoscentes. (FREIRE, 1983, p.53)

Ao anunciar os pressupostos epistemológicos de uma educação emancipatória, da educação como “prática da liberdade”, Freire demonstra que justamente os postulados colocados por Jair Bolsonaro e por muitos pensadores conservadores para a educação (como a importância desta na extensão de conhecimentos técnicos, adaptação do indivíduo ao meio ou mesmo da educação como perpetuação de valores de uma dada cultura) é que são ideológicos pois não visam o desvendamento da realidade num processo de comunicação entre iguais, educador e aprendiz, mas sim a coisificação destes ao trata-los como seres sem desejos, conhecimentos e autonomia que devem agir sem reflexão para o funcionamento social. O atual Presidente ao decretar sua luta contra Gramsci, Marx e Freire nas escolas revela a sua própria orientação ideológica ao nomear os seus opositores.

Portanto, é urgente a organização política de uma frente democrática da educação composta pelas mais diversas entidades progressistas atuantes na educação como a APEOESP (sindicato dos professores de São Paulo) e outros sindicatos dos profissionais da educação, o movimento estudantil com suas diversas siglas além de políticos e militantes que defendem a educação pública enquanto prática da liberdade, que almejam uma educação emancipatória o que, necessariamente, se opõe as propostas neoliberais elaboradas pelos organismos internacionais, e aplicadas por instrumentos políticos como Jair Bolsonaro ou João Dória, como uma receita que desconsidera as especificidades locais e a importância dos sujeitos sociais neste processo e que transforma a educação em mais uma instituição a serviço do neoliberalismo e da produção do mundo capitalista e de “pessoas bem ajustadas”.

O enfrentamento aos que são contra a emancipação, antidemocratas e que não podem conceber a “decisão consciente de cada pessoa em particular”, seja na educação ou na política, deve ocorrer nos termos de uma organização política de base guiada pelos pressupostos teóricos do materialismo histórico dialético e de teorias como a de Paulo Freire, que visam a emancipação humana e pensam a educação a partir da tomada de consciência pelos sujeitos e do desvendamento da realidade: “tomada de consciência, como uma operação própria do homem, resulta, como vimos, de sua defrontação com o mundo, com a realidade concreta” (FREIRE, 1983, p.52-53). O “Humanismo” proposto por Freire anuncia o sentimento que deve ser mantido pelos educadores e militantes críticos em tempos neoliberais:

Humanismo que, recusando tanto o desespero quanto o otimismo ingênuo, é, por isto, esperançosamente crítico. E sua esperança crítica repousa numa crença também crítica: a crença em que os homens podem fazer e refazer as coisas; podem transformar o mundo. Crença em que, fazendo e refazendo as coisas e transformando o mundo, os homens podem superar a situação em que estão sendo um quase não ser e passar a ser um estar sendo em busca do ser mais (FREIRE, 1983, p.52-53)

Ao entender o porvir histórico como um processo permanente e transformador, uma educação emancipatória articulada à ação política de seus sujeitos tem a possibilidade de se contrapor à “razão de mundo” proposta pelo neoliberalismo. Destarte, o desejo de expulsar Karl Marx, Antonio Gramsci ou Paulo Freire da educação revela o temor que a elite econômica e seus instrumentos políticos possuem em relação à teoria crítica. O que é justificável e aponta para as possibilidades atuais dos sujeitos do campo da educação sob a égide neoliberal.

## REFERÊNCIAS

NORMAS
--------

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

LIVRO
-------

ADORNO, T.W. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, P. O Brasil de Lula. São Paulo: Novos Estudos, 2011.

ANDERSON, P. 1995. In: SADER, E.; GENTILE, P. (Org.). Pós- Neoliberalismo, As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. Os sentidos do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

APPLE, W. M. Aliança Estratégica ou Estratégia Hegemônica? Conservadorismo entre os desfavorecidos. Campinas: Educação e Sociedade, 2003.

ARELARO, L. R. G. Educação Básica no Século XXI: tendências e perspectivas. Piracicaba, SP: Impulso, 2005.

BOITO JR, A. Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. Campinas, SP: Crítica Marxista, 1995.

BRAGA, R. Terra em Transe: O Fim do Lulismo e o Retorno da Luta de Classes. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. As Contradições do Lulismo: A que Ponto Chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

CODO, W (coord.). Educação: Carinho e Trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

- FREIRE, P. Extensão ou Comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FRIGOTO, G.; CIAVATTA, M. Educação Básica no Brasil na Década de 1990: Subordinação Ativa e Consentida da Lógica do Mercado. Campinas, SP: Revista Educação, 2003.
- FUKUYAMA, F. O Fim da História e o Último Homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HARVEY, D. O novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HILL, D. O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação. Rio de Janeiro: Currículo sem Fronteiras, 2003.
- GENTILI, P. (org.). Universidades na Penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez, 2001
- GRAMSCI, A. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- OLIVEIRA, C. de. Brasil: Uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018.
- KOSIK, K. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MENDES, R. DIAS, E. C. Da Medicina do trabalho à Saúde do Trabalhador. Rev. São Paulo: Revista de Saúde Pública, 1991.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MINAYO, M. C. de S. O Desafio do Conhecimento. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. da. (Orgs.). Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.
- PARO (Org.), V.H. A teoria do valor em Marx e a educação. Cortez: São Paulo, 2006.
- SADER, E. (Org.). O Brasil que Queremos. Rio de Janeiro: LPP, 2017.
- SADER, E.; GENTILE, P. (Org.). Pós- Neoliberalismo, As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SANFELICE, J. L. A política educacional do estado de São Paulo: Apontamentos. São Paulo: Nuances, 2010.
- SAVIANI, D. Da LDB ao novo PNE: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2016.
- \_\_\_\_\_ O Congresso Nacional e a educação brasileira : significado político da ação do Congresso Nacional no processo de elaboração das leis n. 4024/61, 5540/68 e 5692/71. Campinas: Ed.: Unicamp, 1996.

SINGER, A.; LOUREIRO, I. As Contradições do Lulismo. A que Ponto Chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUZA, J. A Classe Média no Espelho. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

STANDING, G. O precariado, a nova classe perigosa. São Paulo: Autêntica, 2013.

DISSERTAÇÕES/TESES
--------------------

PAPARELLI, R. Desgaste mental do professor da rede pública de ensino: trabalho sem sentido sob a política de regularização de fluxo escolar. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ARTIGO DE PERIÓDICO
---------------------

AGUIAR, V. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. *Rev. Sociol. Polit.* Curitiba, vol.24 no.57 - 2016.

ANDERSON, P. Entrevista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Caderno especial, p. 9-10. 2002.

SOARES, J. A. R.; SANTOS, M. G.; PINHEIRO, M. G. Síndrome de burnout em docentes do ensino público: um estudo nas escolas estaduais de nível médio de Sertãozinho-SP. *Rev. Iluminart*. São Paulo, vol.9 no. 15 – 2017.

TEXTOS OBTIDOS VIA WEB
------------------------

APEOESP, 2016. Adoecimento é quase epidemia entre professores. Disponível em: <<http://www.apees.org.br/noticias/noticias/adoecimento-e-quase-epidemia-entre-professores/>>. Acessado em: 17/07/2018.

ARAÚJO, G. Professores parados há 3 meses decidem pelo fim de greve. Disponível em: <[g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/professores-estaduais-parados-ha-3-meses-decidem-pelo-fim-de-greve.html](http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/professores-estaduais-parados-ha-3-meses-decidem-pelo-fim-de-greve.html)>. Acessado em: 23/03/2019.

BEBEL, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PMs1K6dckEI&t=18s>>. Acessado em: 30/01/2019.

BEBEL, 2018. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=R4cAxL\\_1Hb4](https://www.youtube.com/watch?v=R4cAxL_1Hb4)>. Acessado em: 18/12/2018.

BOLSONARO, J. M. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/31/bolsonaro-marxismo-escolas.htm>>. Acessado em 07/04/2019.

CARDOSO, F. H. 2009. Para onde vamos? Disponível em: <<http://www.psd.org.br/acompanhe/noticias/artigo-de-fernando-henrique-cardoso-para-onde-vamos/>>. Acessado em: 16/06/2018.

CHADE, J. 2019. Brasil é o último colocado em gastos com universitários diz OCDE. Disponível em: <<https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/05/04/brasil-e-o-ultimo-colocado-em-gastos-com-universitarios-diz-ocde/>>. Acessado em 04/05/2019.

CUT. 2017. Professora Maria Izabel Noronha é reeleita presidenta da APEOESP. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/professora-maria-izabel-noronha-e-reeleita-presidenta-da-apeoesp-665f>>. Acessado em: 13/10/2018.

GAMA, Z. 2018. Elite do atraso e base nacional curricular comum. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2018/01/16/elite-do-atraso-e-base-nacional-curricular-comum-bncc/>>. Acessado em: 27/09/2018.

[g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/professores-estaduais-parados-ha-3-meses-decidem-pelo-fim-de-greve.html](http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/professores-estaduais-parados-ha-3-meses-decidem-pelo-fim-de-greve.html) (Glauco Araújo 2015) acessado em 23/03/2019

PALHARES, I. 2018. Só 24 por cento dos jovens brasileiros querem ser professor/ar. Disponível em: <<https://www.msn.com/pt-br/noticias/educacao/só-24percent-dos-jovens-brasileiros-querem-ser-professor/ar-AAz4ASV?ocid=spartanpt>>. Acessado em: 24/06/2018.

SINGER, A. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n85/n85a04.pdf>>. Acessado em: 11/11/2018.

SOUTO, L. 2017. Transtornos emocionais são as principais causas de afastamento de professores. Disponível em: <<http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2017/transtornos-emocionais-sao-as-principais-causas-de-afastamento-de-professores/>>. Acessado em: 13/04/2019.

STUCKERT, R. 2018. Confira as Universidades e Institutos Federais criados pelo PT. Disponível em: <<https://www.pt.org.br/confira-as-universidades-e-institutos-federais-criados-pelo-pt/>>. Acessado em: 10/11/2018.

WIKIPEDIA. 2015. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Mobilização\\_estudantil\\_em\\_São\\_Paulo\\_em\\_2015](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mobilização_estudantil_em_São_Paulo_em_2015)>. Acessado em: 23/03/2019.

**APÊNDICE - A****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu \_\_\_\_\_ concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável Moacir Simardi Neto, discente do programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, que pode ser contatado pelo e-mail simardi\_neto@hotmail.com e pelo telefone (11) 974188364. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com representantes sindicais para que o estudo concernente aos “desdobramentos do neoliberalismo na educação em São Paulo” seja desenvolvido devidamente. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e autorizo a divulgação dos dados obtidos através da entrevista e sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

---

Assinatura

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_

## APÊNDICE – B

Entrevista com Fábio Santos de Moraes (Vice Presidente da APEOESP)

Data: 28/02/2019

Local: Sede Central da APEOESP, Praça da República, 282, São Paulo/SP

Entrevistador: Moacir Simardi Neto

Duração: 59 minutos

Entrevistador: Começando a entrevista com o Fábio, o professor Fábio, ele é vice- presidente da APEOESP, obrigado Fábio pela colaboração...Fábio, como você avalia o governo do PSDB aqui em São Paulo nos últimos 24 anos? No geral e especificamente pensando na educação?

Fábio: O governo do PSDB em São Paulo...olha, pra educação foi um desastre, porque o governo desmontou o processo educacional no estado de São Paulo, de diversas formas, na estrutura, no currículo, no projeto pedagógico, na valorização dos profissionais, então, hoje, nós temos o resultado educacional... pra mim é triste porque...não é incompetência dos gestores, o projeto é estar aonde está a educação hoje, nos índices, nos resultados...que nós atingimos, no salário do professor... havia um projeto para isso. Havia um projeto para que o ensino não tivesse a qualidade que São Paulo pode oferecer, porque nós estamos falando do estado mais rico do país, é um estado que deveria puxar um projeto pedagógico para a educação brasileira, é um estado que deveria ser exemplo para os outros estados mas infelizmente nós não somos. Mas eu sempre registro o seguinte: a escola pública paulista com todas essas deficiências, até pra ser justo e é o que eu penso, ela resiste porque o professor, os funcionários, a direção, a supervisão...tem muita gente com vontade que isso dê certo. Entendeu? Que é aquela professora, que é a maioria absoluta, que quando entra na sala de aula, mesmo com tudo contrário, ela olha para o estudante e fala: “vou fazer isso dar certo sem condição nenhuma”. Então essa rede vale a pena pelos seus profissionais, tanto que a gente tem resultados excelentes mas poderiam ser muito maiores, muito maiores... nós tivemos enfrentamentos aqui sistemáticos contra as propostas do governo, né? Porque, veja bem: se a APEOESP não tivesse feito a luta que fez ao longo do tempo, hoje o nosso, a nossa rede era pra estar arrasada. Então assim, nós não permitimos, então, nós tivemos vários secretários aí que...que nesse processo foram absolutamente difíceis...mas eu vou falar de uma específica, que é a Rose Neubauer que ela... nós tivemos um enfrentamento muito grande com a Rose Neubauer, porque assim a Rose... ela queria implementar a medida de redução do Estado de uma vez só. Então eles inventaram o

ciclo, no estado...o ciclo não é uma ideia ruim, e nem nós refutamos que seja... é um processo extremamente importante e interessante mas quando ela implementou o ciclo, que eram dois ciclos, na verdade não tinha nada de pedagógico e currículo porque é assim que eles trabalham, então agora, não tem mais primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo, oitavo, que eram oito anos, agora vai ter dois ciclos de quatro anos, certo? E impôs que nós tivéssemos na rede dois ciclos de quatro anos sem debater com ninguém, mas o que estava por trás daquilo? Não era melhor pedagogicamente pra uma criança que ao invés dela ter quatro séries e ter repetência nesse período que ela tivesse isso no ciclo para um aprendizado mais aprofundado... não era essa, era vamos aproveitar que dividimos o ciclo e vamos municipalizar. Porque a ideia deles é a desresponsabilização do processo educacional até porque se fosse só a vontade do governo estaria só com o ensino médio. Tenho certeza disso. Desses que passaram, então assim, na sequência veio o processo que não é nem de municipalização mas de prefeituralização, certo? Porque não foi algo dialogado ou que algum município tivesse um projeto político pedagógico mais interessante... não! Agora tem o FUNDEF que já é uma medida pra esse tipo de ação, porque só pegou o ensino fundamental, jogou tudo nas costas da prefeitura com o ensino fundamental I, certo? Que era onde o FUNDEF tava focando o recurso, as prefeituras abandonaram a creche e pré- escola, e aqui eu não estou generalizando mas isso aconteceu, o ensino infantil ficou em segundo plano, porque o prefeito pensava eu tenho pouco recurso se eu pegar o ensino fundamental eu vou ter acesso ao recurso, certo? E aí dessa forma, sem o debate, sem o cuidado, sem uma preparação curricular... boa parte do ciclo I foi jogado nas costas das prefeituras e só não foi tudo porque a APEOESP foi o símbolo da resistência desse período. Nós percorremos todos os estados, porque estavam criando sistemas educacionais de prefeitos que não tinham a noção, porque eu levei o dinheiro, mas com o dinheiro também vem a despesa. E você projetou a despesa ao longo de vinte, trinta, quarenta anos? Então assim, são medidas de desconstrução do Estado, né? Depois na sequência continuou com a aprovação automática... então pega conceitos que nós defendemos, por exemplo, o ciclo de aprendizado como, porque na verdade não foi ciclo, né? E nem foi aprovação automática, o que eles fizeram foi uma aprovação automática total, jogaram a qualidade que tinha naquela época no lixo... importante dizer que nós não defendemos a repetência, principalmente como instrumento pedagógico, até porque quem reprovava era o pobre, a periferia, os negros, enfim, então assim, era pra isso que servia a repetência isso nós não queremos... a aprovação automática sem aprender é tão dura quanto a repetência. Mas assim, essa linha neoliberal que eles tem de desconstrução de defender o Estado mínimo, de defender a desresponsabilização levou a tudo isso, né? E depois cada um que veio, após essa senhora veio para aprofundar este tipo de coisa,

então nós tivemos a época da professora Maria Helena... o que que ela fez? É o seguinte: “agora nós vamos apostilar toda a rede pública estadual”, certo? E não tem problema você uma apostila na rede pública estadual, o problema é que a apostila seria o único instrumento pedagógico para o professor...

Entrevistador: Elaborada, muitas vezes, sem a participação do professor?

Fábio: Muitas vezes, não. Elaborada sem a participação do professor. Certo? Tanto que quando teve a apresentação no Conselho Estadual de Educação, que a secretaria foi apresentar as apostilas, nós estávamos lá e eles não queriam abrir perguntas, mas nós perguntamos: “quanto é que vai custar isso?”

Entrevistador: Porque abre toda uma questão sobre licitações sobre este material...

Fábio: Claro. E a ideia é quanto vai custar e que você vai tirar de um processo que poderia ser melhor aperfeiçoado, que poderia ter resultado. Porque havia uma prepotência por trás daquilo e a prepotência era, não é que todos os alunos vão chegar no mesmo dia no mesmo ponto, já seria arrogância... todos os estudantes dos 645 municípios vão sair do mesmo ponto quando eles não estavam no mesmo ponto, então assim, era uma imposição de rebaixamento e é importante dizer que neste período a ideia era treinar os estudantes entendeu? Porque a escola passa todo conteúdo que toda a civilização acumulou mas ela torna o indivíduo capaz de buscar as suas respostas e etc. mas a ideia da apostila não era isso... era se adequar a uma avaliação externa que o aluno era treinado com aquela apostila pra fazer aquela avaliação, então assim... nós fomos contra, não que não pudesse que não devesse ter uma apostila, mas que ela não pode ser o único instrumento ou que os alunos sejam treinados pra fazer um processo de avaliação rebaixado.

Entrevistador: E para além disso Fábio, você também questionou, você coloca em xeque a autonomia do professor que muitas vezes é obrigado, a gente sabe que a Constituição prevê a liberdade de cátedra, mas na prática, com os supervisores, com os PCNP's você tem uma cobrança do uso desse material, do “caderninho do aluno” e aí você tira a autonomia do professor...

Fábio: Claro... a autonomia do professor nesse período não tem nenhuma, tem porque tem resistência mas pelo projeto do governo não teria absolutamente nenhuma, então, são medidas muito ruins nesse processo que não tem uma gestão democrática porque os professores, as suas entidades representativas, a própria APEOESP, tem um apelo grande e quer ajudar neste processo. Todo mundo que tá nessa rede pública quer ver ela cada vez melhor e nós defendemos essa rede pública porque nós gostamos dela mas assim eles não ouvem. Eles estão levando ao extremo porque a ideia é reduzir a rede. Primeiro essa municipalização que jogou nas costas dos municípios tanto...hoje, o estado deveria fazer uma auto avaliação porque esse estudante que vem do município provou que não houve melhora até porque...nós não somos contra que os municípios estejam na gestão porque defendemos um sistema articulado de educação estado, municípios e União, cada um evidentemente com a sua responsabilidade mas todo mundo com responsabilidade sobre aquele estudante e sobre aquela escola. Sou contra essa história de um lado a escola municipal do outro lado uma escola estadual oferecendo os mesmos ciclos e brigando hoje pelos estudantes.

Entrevistador: O problema é a desresponsabilização do estado com a municipalização?

Fábio: Nesse período do PSDB que aliás continuou e agora tende a se agravar pela perfil do governador... mas assim, demonstrou isso, a desresponsabilização, é a redução de rede, ou seja, vamos lotar mais as salas e aí a gente começa a diminuir o número e o investimento na educação porque você coloca mais alunos você tem menos salas de aula e se você tem menos salas de aula você tem menos professor, se tem menos professor você tem menos diretor, se tem menos diretor você tem menos supervisão, entendeu? Então é sempre com essa ideia de enxugar, sempre de fechar, sempre de reduzir, então assim, a educação é um investimento importantíssimo quando você investe em educação hoje daqui quinze anos você vai investir menos em presídio, você vai investir menos em hospitais, porque a educação é uma política que tem reflexo em todas as outras... mas parece que é proposital, é deixar a educação precária... veja a situação dos professores, nós somos o estado mais rico do Brasil, o professor aqui ele pra poder sobreviver ele trabalha com acúmulo de cargo, então ele entra às 7 horas da manhã e sai 10 horas da noite, essa é a realidade dos professores, tá certo? Esse professor que a política central não pensa nele, ele às vezes está trabalhando o dia todo em duas, três, quatro escolas! Então, é uma realidade absurda, nós somos a categoria mais adoecida que existe entre todas as outras categorias. Nós somos a categoria que tem mais readaptados, ou seja, professor que tá fora da sua função pedagógica, aliás, da sua função docente, pode até estar numa área

pedagógica, porque ele não tem mais saúde, ele não tem mais voz, ele entrou em depressão profunda, ele já está tomando uma série de remédios, a síndrome do burnout... então assim, esse é o legado da desresponsabilização, dessa diminuição do Estado, de pensar menos nas pessoas, porque a escola existe para o estudante, tudo que nós pensamos, inclusive a APEOESP que é um sindicato...às vezes as pessoas... “todo sindicato é corporativo”, a nossa luta é por uma educação pública gratuita, laica e de qualidade social referenciada, certo? E aí devido a isso, pra que isso ocorra, claro que temos que ter profissionais valorizados, todos os profissionais valorizados, ter uma estrutura condizente com a realidade que nós temos hoje... porque a escola pública é a mesma há um século, hoje a escola (...) a escola é essencialmente o professor o giz ou o pincel e a sala de aula e a voz nunca passamos isso na escola pública. E isso ainda tem resultado? Claro que tem mas poderia ter muito melhor se a gente tivesse uma estrutura que eu acho que nosso estado (...) aliás a gente fala “escola pública” gratuita mas quem paga essa escola é a população de São Paulo, ela é gratuita no sentido de oferecer mas o povo de São Paulo paga muito caro e merece ter uma educação de qualidade e nesses vinte anos que nós tivemos...não houve um projeto de valorização realmente, né? Não houve um projeto de estruturação realmente... nós tivemos, infelizmente, que brigar muito, fazer muita movimentação, muita conscientização, chamar os professores... e às vezes, inclusive, nós tivemos diversas greves...

Entrevistador: Inclusive a mais longa da história que durou três meses...

Fábio: Aliás uma greve durar três meses é uma irresponsabilidade do governante.

Entrevistador: Aproveitando, você falou desses enfrentamentos que a APEOESP tem realizado nesses anos de PSDB, qual a postura do estado, do governo do PSDB nesse momento de greve, de negociação? É uma postura democrática, de negociação, ou uma postura autoritária, de ignorar a greve, de não negociar com o sindicato e conseqüentemente com a categoria?

Fábio: Pegando o exemplo dessa última greve que nós tivemos de 92 dias, ela demonstra claramente que o estado não tinha preocupação nem com seus trabalhadores nem com os estudantes, certo? Então assim, fizemos um enfrentamento muito forte, não só pela questão salarial, mas de condição de trabalho, de contratação, nós temos professor, agora conseguimos vencer isso aí que é o professor de categoria “O” que não tem direito nenhum... você não pode admitir isso, entendeu? Hoje nós temos na legislação, aliás também destruíram a legislação,

dois tipos de contratação: regime estatutário e o regime celetista. Esse professor não está nem no estatuto e nem na CLT.

Entrevistador: É uma subcategoria dentro da categoria dos professores?

Fábio: “Sub” da “sub” da “sub” categoria. Nós não podemos admitir. Fizemos... e quando a gente faz greve, dizer isso é importante, sempre a gente tem o apoio dos pais dos estudantes porque a gente deixa muito claro que a greve é pra que a gente possa melhorar as condições e a qualidade da educação. Mas de forma geral, o governo faz o enfrentamento ao invés de abrir uma mesa de negociação, aliás, a gente deveria ter uma mesa de negociação permanente dada a complexidade da nossa rede, do processo educacional, mas nós não temos isso. E pior, depois que nós acabamos uma greve de três meses o governo apresentou o que como resultado?

Entrevistador: O processo de reorganização escolar.

Fábio: Reorganização escolar fechando escolas.

Entrevistador: Aí, Fábio, vem o movimento estudantil, o movimento de ocupação das escolas que parece que, assim, é como se o movimento estudantil tivesse abraçado, porque a greve de três meses ela aflorou também as contradições, todos os problemas educacionais, promoveu um debate na sociedade, sobre a questão da educação, traz a tona... e aí vem o movimento de ocupação nas escolas que de certa forma conseguiu barrar, pelo menos momentaneamente, essa proposta de reorganização mais agressiva, eu queria que você comentasse um pouco como você vê essa articulação entre o sindicato com a sociedade e o sindicato com o movimento estudantil, você vê isso com bons olhos ou você acha que cada bandeira é uma bandeira?

Fábio: Não, imagina. Eu acho que o processo de reorganização das escolas mostrou isso: quando o governo apresentou o processo de reorganização das escolas, a APEOESP levantou muito rápido porque o governo achava que depois de três meses a gente não teria condição mais de ter reação de luta absolutamente nenhuma, né? Que esse processo é um processo que tanto professores, através da APEOESP, e não só da APEOESP, muitos movimentos se envolveram com o protagonismo que foi extraordinário dos estudantes... por quê? Porque o estudante entrou na escola e nós blindamos a escola para que esse estudante pudesse ficar lá dentro, certo? Por quê? Porque o governo atacou com muita força e assim, inclusive nesse período aí, o governo

entrou com uma ação contra a APEOESP, pra cada escola ocupada, cem mil reais de multa! Pro sindicato por dia! Mas depois nós conseguimos recorrer disso daí mas eu acho que houve um processo de emponderamento dos estudantes de pensar “essa escola é minha e eu vou proteger contra fechar, tô junto com meus professores, tô tendo o apoio da sociedade”... eu acho que isso foi muito importante foi um processo muito bacana, foi pedagógico e mostrou que nós temos que defender a escola... todo mundo junto, aliás a APEOESP sempre defendeu isso: que não é só o professor ou seu sindicato que tem que defender a escola, a educação é uma política pública fundamental, então assim, nós temos que defende-la em conjunto. Tanto que tem um movimento que a APEOESP lançou, movimento pela educação, que trazia todo o movimento estudantil, o movimento sindical, a igreja, porque assim, se o pai é metalúrgico e os sindicato dos metalúrgicos, o sindicato dos bancários, o sindicato... tem que se preocupar com a educação porque os filiados deles tem o filho na escola pública, né? Então assim, é preciso que todo mundo defenda a escola pública, e cada vez mais, porque nós tivemos avanços, nós conseguimos fazer uma Conferência Estadual de Educação, uma Conferência Nacional de Educação, criar o Fórum Estadual de Educação com 75 entidades...

Entrevistador: Foi aprovado o Plano Estadual de Educação recentemente...

Fábio: Foi aprovado o Plano Estadual de Educação, mas é preciso registrar que hoje tudo está em risco, né? Por que o pré-sal já saiu e os royalties já saíram da educação... eles tão querendo implementar uma reforma do ensino médio que é uma escola pobre para os pobres que é treinar o aluno para o mercado do trabalho. Veja como é triste, não é nem pro mundo do trabalho, é treinar para o mercado do trabalho, entendeu? Então, eles veem a escola só como uma fornecedora de mão de obra “e aí o que eu preciso nesse momento? Eu preciso que esses estudantes sejam capazes neste mercado a responder rapidamente uma coisa?” aí é isso que eles exigem da escola. Eu preciso que ele só reproduza...então esse é o limite da escola, nós tivemos um tempo recente que as pessoas tinham expectativas de ir pra Universidade pública, ou mesmo ir para a Universidade privada através de programas como o PROUni e etc. e hoje você vê o ministro da educação dizer o seguinte: “o ensino superior é para os privilegiados”, ao pobre é o ensino médio técnico, certo? Pra ele ir para o mercado de trabalho para servir a esse mercado sem questionar, então isso é muito triste estamos vivendo um tempo com muitos desafios de muitos desafios de retirada de direitos, a proposta de que cada um cuide da sua vida tá cada vez mais latente e a população tem que tomar muito cuidado e eles querem enfiar isso dentro da escola a muito tempo... é “meritocracia”. Só que a meritocracia deles é extremamente perigoso.

Porque eles usam os nossos conceitos, que é a inclusão, agora quando a gente fala em inclusão a gente fala em inclusão com condições.

Entrevistador: Com igualdade de oportunidades?

Fábio: Sim, qual a igualdade que eles fazem? Eu pego um jovem, um adolescente, por exemplo, portador de deficiência e ele coloca para ser excluído dentro da escola e diz que foi incluído porque colocou dentro da escola.

Entrevistador: Inclusive foi aprovada uma lei, relacionada à inclusão, que toda sala de aula da rede pública que tivesse um aluno de inclusão poderia ter no máximo vinte e cinco alunos, essa foi uma lei que não pegou porque o estado não fez nenhum esforço nesse sentido...

Fábio: Absolutamente nenhum... o próprio conceito de progressão continuada que nós defendemos, ele foi deturpado, pra aprovação automático, o conceito de gestão democrática, porque esta rede ouve muito pouco os professores, essa rede não. Essas últimas décadas de governo, sobretudo... nós estamos falando desse período de PSDB... ouve muito pouco. Então assim, os professores na escola e aí eu tô dizendo todo o quadro do magistério, não é convidado à conceber uma política educacional, ele só é convidado a discutir como é que ele ia realizar o processo que já estava concebido aqui em cima e tão frágil é a nossa rede que assim, a rede pública do estado de São Paulo educacional é tão frágil que ela não muda a cada troca de governo, ela muda a casa troca de secretário. E é um negócio interessante porque os secretários são do mesmo partido, certo? Daí um sai, o outro chega e diz nós vamos mudar é isso. Aí o outro sai, nós vamos mudar, é isso. E assim, são sempre conceitos próximos mas dizem que querem mudar toda a proposta pelo monte de coisa aqui em cima, o professor realiza aqui em baixo, né? O que é um erro. E o estado não escuta, por exemplo, o estado implementou um sistema de bonificação por resultado, certo? Essa bonificação por resultado já provou que não melhora a qualidade da educação mas ela pune os professores, ela pune as escolas e pior: pune as mais vulneráveis mas você que são políticas que querem introduzir tanto na cabeça do professor quanto na sociedade que o problema é da escola, é do professor, então... ah a educação não é boa... o problema é a escola que você está, certo? O problema é o professor e não uma política que foi concebida para que seja a estrutura pedagógica para toda a rede pública do estado de São Paulo.

Entrevistador: Aí você tem o aprofundamento da meritocracia? Até de uma concorrência exacerbada entre as escola, entre os estudantes?

Fábio: Com certeza. A meritocracia deles é isso. Porque assim, você pode ter a meritocracia, o mérito em proposta pedagógica, em trabalhos coletivos...mas o que eles implantam, o que eles tentam implantar nesse período é uma meritocracia individualizada, onde você é responsável pelo que você teve independente da condição que eu não te dei. É uma ideia que eles vendem... eu acho que eles acreditam nisso, que olha...cada um chegou pelo seu esforço próprio, então você tem uma pessoa que não tem absolutamente nada e você tem a outra que nasceu em berço de ouro e esse que nasceu em berço de ouro depois virou médico e esse outro que não tinha nada obviamente não virou e aí vai dizer esse chegou aonde chegou porque ele teve esforço próprio e a escola às vezes nesse projeto desse pessoal quer incutir isso na cabeça das pessoas, que não é um conceito de solidariedade, que não é um conceito de inclusão verdadeiro de resgate, de garantias e que as pessoas tenham as mesmas oportunidades, muito pelo contrário, estimula a competição, entre escolas, estimula a competição entre professores...mas não teve uma secretária de educação que queria colocar cores nas escolas? Então você fazia uma avaliação e você proporcionalmente dava nota para as escolas e as escolas piores iam receber a cor vermelha e aí ia para o laranja para o amarelo...até as melhores escolas iam para a cor azul... isso pintado na porta da escola (...) porque onde é que ia estar a escola, aliás as cores já tem tendência, mas aonde ia estar as escolas vermelhas? Claro que na periferia. Nos lugares onde o estado abandonou, nas comunidades...então assim, é uma visão muito preconceituosa da educação sobretudo nas áreas que tem maior necessidade e o ideal é justamente o contrário. É aonde você tem maior vulnerabilidade você tem um investimento maior... as escolas deveriam ser bonitas uma referência naquela comunidade... “não a escola tá ficando cinza, tá ficando com o vidro quebrado, cada vez mais aumenta o muro... eles conseguiram o extremo... na escola tá faltando funcionários, reduziu os módulos e assim reduz coordenador, reduz diretor, agora eles estão conseguindo o extremo, nestes últimos dois, três anos faltou professor, professor, então a realidade é você vai na escola, você tem quatro, cinco salas no pátio porque não tem professor... pra resolver o problema ao invés do governador soltar um decreto: “contrate-se professor, faça concurso para professor”... não. Eles fizeram o contrário: o mediador vai pra sala de aula, o coordenador vai pra sala de aula, o vice... vai todo mundo pra sala de aula. Quer dizer a uma desvalorização do processo inclusive de gestão das escolas. E aí a pessoa vai dar aula independente da disciplina que é formada... então assim, mostra que é o enxugamento é o ajuste fiscal na educação. A educação precisa ser justamente o contrário. Não esbanjar dinheiro, mas

a educação tem que ter investimento, a escola precisa ter investimento, as escolas estão largadas e toda a responsabilidade vai pra escola, olha tem um projeto o que faz com isso? Pra escola. Tem não sei que lá na secretaria... manda pra escola... tudo para o professor que tá lá na ponta fazer, que é a ponta, que ganha menos, que não tá no ar condicionado onde são gerados os mirabolantes projetos que vão para a educação. O que que nós queremos? Nós queremos, primeiro: que a educação seja um projeto de Estado, não de governo. Que a gente tenha a educação como uma política de Estado! Que ela consiga entre um governo e outro manter os padrões discutidos coletivamente que estão sendo executados e que tenham obviamente resultados positivos. Pra isso, nós lutamos dentro desse processo que existiu que foi muito bacana, pedagógico, aliás democrático...de construção de propostas através de Conferências, nós conseguimos chegar até um Plano Estadual de Educação que tem metas claras, que tem objetivos claros, que tem... prazos, pra você atingir e melhorar a qualidade da educação inclusive, com o projeto pedagógico, com relação ao currículo, com relação a cada fase do ensino, com relação à valorização, com relação à formação e hoje nós lutamos porque depois de ter conquistado tudo isso, ter conquistado um Plano Nacional, que depois virou, no caso de São Paulo, virou o Plano Estadual de Educação, que foi feito por um Fórum com setenta e cinco entidades que os 645 municípios tem seus Planos Municipais de Educação, que as metas e estratégias elas estão entrelaçadas com o Plano Municipal, com o Plano Estadual, com o Plano Nacional... a nossa ideia é implementar um sistema nacional articulado de educação. Onde a educação seja de fato prioridade e isso não é algo impossível nem arrogante da parte do movimento e não só nosso... porque se não a gente ia fazer que nem a saúde: isso ainda não temos condição de fazer que é um sistema único de educação, entendeu? Mas nacionais...chegou a conclusão que nós não conseguimos ter um sistema único de educação porque são tão díspares os municípios e entre os estados, etc. que não tinha condição. Então, já que não dá pra ter um sistema único vamos ter um sistema articulado. Um sistema inteligente... pra você ver, tem município, que passa o ônibus do município, pega o menino do município que leva pras escolas do município. Aí passa o ônibus do estado, pega o menino do estado e leva pra escola do estado. O do município e o do estado estudam numa escola uma do lado da outra e os dois moram juntos... são irmãos... não há uma inteligência nisso, claro, tem pouquíssimos que tem essa articulação, nem isso! O processo de merenda, por exemplo, nas escolas... e tem gente que diz o seguinte: “merenda não é prioridade da educação”, e não é mesmo, mas o aluno com fome não aprende. E pra nós a educação deveria ser integral. Não o estica miséria que ao invés de ficar quatro horas com miséria eu fico seis horas com miséria, entendeu? Esse projeto, escola integral, que tem no estado, tem a virtude é claro dos professores

e os trabalhadores fazerem de tudo, mas assim, não tem complementação nenhuma, certo? É o professor dando aula de matemática depois ele dá a experiência de matemática, depois ele dá uma aula diversificada mas tudo é ele. Não tem nem formação pra isso. Então assim, escola integral de fato que o estudante tenha o prazer de ficar o dia todo na escola que tenha sim uma boa alimentação porque a merenda tem que ser boa e tem que ser decente, que o professor tenha suporte, formação, tenha prazer de estar naquela escola e que a gente estenda essa educação de tempo integral para todas as escolas e não para poucas escolas pra que todo mundo possa todas as pessoas que evidentemente quiserem porque se a sociedade dizer não quero a escola de tempo integral... mas que tenha oportunidades para todos. Eu sempre repito isso, importante é ter uma escola pública laica, gratuita e de qualidade, porque eu falo isso? Porque a nossa escola não é pública. É uma escola de governo. Quem decide é o governo, não é o público, porque não tem gestão democrática. Gratuita, ela tá cada dia menos. Laica então, nem pode entrar nesse assunto, porque essa questão de escola sem partido, perseguição a professores... é tanta bobagem que tão falando que assim, kit gay, é coisa que não existe (...) não existe na escola e ao invés de a escola discutir o que interessa fortalecer o seu projeto político pedagógico... está discutindo coisas totalmente fantasiosa, aí nós somos obrigados a ir em câmara dos vereadores, os vereadores estão lá... também não generalizo, muita gente sabe e defende o que acontece na escola, mas falando bobagem. Gente no Congresso Nacional falando besteira sobre o que os ensinam... se o professor estivesse realmente ensinando o que eles tão falando... meu Deus! Eles não estariam aonde estão. Ou nós seríamos muito incompetentes, então assim, eles não tem noção do que é uma escola... eu fui numa escola nesta segunda feira que o teto é desse de lata e é baixo, então assim, a temperatura, embaixo daquilo, a sensação térmica é cinquenta graus. É lá que o professor real chega numa sala com trinta e oito, trinta e nove...quarenta alunos que já estão impacientes com aquele calor infernal, com aquela lousa trincada, com aquela cortina que não resolve o problema do sol ali, essa é a escola real. E hoje nós temos que fazer o enfrentamento a algumas questões mesmo que elas não sejam as essenciais. Você veja que a poucos dias o ministro da educação, o ministro que disse que o brasileiro é um canibal que saia roubando tudo, mandou uma orientação para as escolas pra cantarem o hino nacional e depois pra fazer os alunos gritarem o slogan político partidário (...) nem pode esse tipo de coisa e outra fere a impessoalidade porque usa o slogan que foi usado na campanha, mandou filmar os alunos, o ECA hoje não permite sem a autorização dos pais, então assim, a escola na situação que ela se encontra e agora não só no estado de São Paulo mas no Brasil a fora e o ministro com esse tipo de coisa fantasiosa, bizarra um tipo de pessoa... depois que disse que o brasileiro era um canibal ladrão pra mim uma irresponsabilidade um ministro desse não cair no dia seguinte.

Então, a gente hoje tem que fazer todo o tipo de enfrentamento, todo o tipo de enfrentamento, nós tamo hoje enfrentando...eu tava agora lá num GT e vou voltar pra gente discutir fazer um material bacana porque eles vão destruir a previdência, eles querem que o professor no caso nosso em que a maioria absoluta são mulheres, que uma professora fique na sala de aula até os sessenta, sessenta e cinco anos. Certo? Não consegue. E não é porque a professora não quer. Mas porque as condições que foram dadas, o nosso trabalho é considerado penoso. Para chegar, no caso do homem, até os sessenta e cinco nós já somos a classe mais adoecida. Agora o que eles querem? Que sejamos a classe que vai morrer dentro das salas de aula? Então assim, são enfrentamentos básicos de sobrevivência, porque o que tão apresentando não é uma reforma da Previdência, o que eles estão apresentando é uma destruição absoluta da nossa Previdência. Aliás não só da Previdência, eles estão apresentando um projeto de destruição da Seguridade Social. Não haverá amparo para os trabalhadores, se isso ocorrer não vai ser só com os professores mas com todos os trabalhadores, nós vamos criar uma legião de idosos miseráveis.

Entrevistador: Que foi mais ou menos o que aconteceu no Chile...

Fábio: No Chile que agora os idosos estão se suicidando, porque não tem como sobreviver. Então há um enfrentamento grande na nossa rede que é marcada por uma história de muita luta na rede de luta nós somos uma referência muito importante não só para as demais categorias mas para outras classes, nós tivemos no final do Temer, ele tentou já uma reforma da Previdência, aliás, nem era essa porque essa é pior. Mas ele tentou uma reforma lá atrás da Previdência e com a luta, a greve geral dos trabalhadores mas foi puxada pela educação, porque nós entendemos que nós moramos em um dos países mais ricos do mundo, onde a concentração de renda é cada vez maior e esse povo, eles usam a mídia pra demonstrar que o duro aqui é ser empresário. Nossa! Com tanto direito de tão caro que tá o trabalhador que é duro ser empresário. Quase você fica com dó do empresário. E nós somos o país que tem uma das maiores concentrações de renda do planeta! Onde, o lucro do banco apresentado nesse último trimestre foi uma coisa inimaginável, eles estão na casa do bi (...) e aí você tem formulas só para enxugar e quem paga é o pobre, quem paga é a educação, quem paga é a saúde, é menos pra quem tem menos e mais pra quem tem mais. E nós achamos que o grande instrumento de resistência é a escola, é o professor lá dentro com aquelas pessoas todas que trabalham, com os estudantes e também nós defendemos que os pais tem que se aproximar da escola, não só para a participação mas pra defender... muita gente já faz isso mas cada vez mais ter a participação dos pais e é obvio: o projeto também tem que atrair os pais pra dentro da escola pra proteger e aí a gente ter

uma escola de fato que responda às necessidades que nós temos hoje, onde ela não pense o aluno como capital humano, que o sujeito é o capital não é nem humano, pense o aluno como um cidadão que é um cidadão com direito a ser feliz. E que ele tem direitos que se ele quiser acabar no ensino técnico, se for uma opção dele, acabe; mas se ele quiser ir pra uma Universidade pública, que a escola ofereça essa opção pra ele, entendeu? Então assim, pra que ele tenha todas as oportunidades que um país com a riqueza do Brasil, que um estado com a riqueza de São Paulo e que os nossos municípios podem com certeza oferecer pros milhões de estudantes que estão na escola pública.

Entrevistador: Pensando agora um pouco na situação da APEOESP, você é vice-presidente desta entidade e o grupo político que você integra já está a algum tempo na direção do sindicato, a Bebel é reeleita desde 2010 (...) até porque o próprio estatuto não prevê um limite de reeleições. Eu queria que você comentasse um pouco a importância que você vê na APEOESP, que você aprofundasse um pouquinho essa questão, e se você tem alguma crítica à estrutura e ao próprio estatuto da APEOESP.

Fábio: Olha, a APEOESP, é uma ferramenta de luta imprescindível. Não para o movimento sindical mas para a sociedade brasileira. Ela tem uma relevância muito importante é um sindicato, e eu acho isso muito importante, a APEOESP é o sindicato mais democrático que existe do Brasil, porque pode ter sindicato democrático que nem a APEOESP, mas mais do que o nosso não tem. Nós somos noventa e quatro subseções para atender e estar mais próximo das escolas do professor, na capital, no interior, na grande São Paulo, no litoral... então assim, espalhado de uma forma aonde a gente consiga atender todo mundo, ela é estruturada com a organização no local de trabalho, então cada escola elege os seus representantes, né? Esses representantes tem a reunião na sua subseção, apresentam as suas reivindicações de um debate que vem da escola aí a APEOESP faz o Conselho Estadual de Representantes que é uma instância extremamente importante porque decide o dia-a-dia da entidade, a cada três anos nós temos um Congresso com três mil professores e cada três anos uma Conferência portanto nós temos: em um ano Conferência, num ano Congresso e num ano eleição, onde o professor pode participar diretamente das ações sindicais e acho muito relevante também que a APEOESP é um sindicato proporcional. Certo? Que permite que não só um grupo esteja na direção do sindicato. E aí eu digo direção, porque nós somos uma direção executiva ela executa decisões de instâncias superiores, seja do Congresso, da Assembleia ou do Conselho Estadual de Representantes... e essa direção é que é proporcional. Certo? Então participam praticamente

todas as forças que concorreram ao pleito eleitoral, cada um proporcionalmente aos seus... ao espaço que conseguiu na base da categoria, certo? Então eu acho que nosso estatuto nesse caso ele é... ele dá respostas pra que a APEOESP possa existir de forma aguerrida, de luta...etc. e tal... agora, sobre a quantidade de mandatos... e eu nem vou... não é a questão da nossa presidenta atual, a professora Bebel, mas assim, várias pessoas estão aqui a mais de um mandato que são pessoas que acumularam...etc. e as forças políticas elas tem toda a liberdade de trocar os seus membros... tem gente, por exemplo, da nossa... não oposição, porque eu não considero quem tá dentro da direção “oposição”, mas desde quando começou a proporcionalidade tá aqui também, não foi trocado. Porque, eu acho, que deve estar respondendo segundo a avaliação dessas forças. Então, eu tenho convicção de que a renovação é importante, a nossa chapa renovou como as outras também renovaram... uma parceria, essa renovação obviamente ela tem que ser cuidadosa... porque... nós estamos num processo de tanto ataque que tem situações que você hoje... e eu fui um dos defensores disso... não dá pra trocar. Pra você ter uma ideia, na última eleição que nós tivemos eu propus, propus não, eu dei a ideia que aliás foi a mesma da Bebel também e de algumas pessoas da oposição que a gente devia ter uma chapa única e mexer o mínimo possível, por quê? A gente tava no meio do ataque da aprovação de um projeto de Previdência do governo Temer. Bem no olho do furacão. Então você que tá na direção de um sindicato deste porte, porque o processo eleitoral, e isso é legítimo e deve acontecer, ele é um processo de disputa. Então, no olho do furacão, o governo Temer tentando aprovar a Reforma da Previdência e nós não tínhamos, na minha avaliação, o direito de deixar esse processo pra voltar para um processo interno de disputa interna de estrutura. Isso tinha que ser secundarizado. Eu acho que a gente devia ter a responsabilidade de ter uma chapa única. Agora, é óbvio que isso não pode ser desculpa pra você nunca fazer um processo de transição que eu acho que deve e vai ocorrer aqui dentro da APEOESP, mas neste último período... a gente fala assim: “olha, vai melhorar”, e eles vem apertando mais o cinto... daí você fala: “agora vai melhorar um pouco”... e eles vem apertando ainda mais o cinto contra o trabalhador, então, essa política que vem sendo implementada é tirar de quem tem pouco pra levar pra quem tem muito. Então o sindicato fica na linha de tiro, aliás você tocou num negócio da questão sindical que é assim: que que o governo Temer fez antes de passar o governo para o Bolsonaro? Destruiu os sindicatos. Os sindicatos recebiam o imposto sindical, a APEOESP nunca recebeu imposto sindical, porque nós defendemos que o sindicato seja independente e assim, o trabalhador financia a sua luta. E isso eu também acho que é pedagógico, certo? Então assim, você trabalhador, você paga, você assina que quer contribuir para a sua luta, para o resultado dela, é óbvio que o nosso sonho, a nossa vontade é que todo mundo fosse sindicalizado, porque isso

dá muito mais força, mas isso é uma questão de convencimento, né? Mas mesmo assim, a APEOESP vem crescendo: ela tinha cento e quarenta mil, 150, 160...hoje nós estamos com 180 mil sócios, certo? É uma população convencida, extremamente importante, porque assim, há um grau de sindicalização muito superior à outras categorias... o que que o governo Temer fez? Acabou com o imposto sindical. O que os sindicatos estão fazendo? Vendendo os prédios (...) pra você ver como é triste: muita gente, até por falta de informação comemorou o fim do imposto sindical, nós nunca defendemos imposto sindical mas não achamos que deveria ser dessa forma, o fim dele sem trocar por nada e os sindicatos afundando e eles vão apertando mais, que nem agora que eles estão apertando na Previdência, eles estão apertando a Reforma do Ensino médio ele estão apertando no currículo do estado de São Paulo, eles tão... você veja o que a FORD fez: vai fechar uma fábrica e demitir todo mundo. E aí ela vai migrar uma parte pra outros lugares do Brasil! Não tem mais proteção. Porque o mínimo é dizer o seguinte para a FORD: “Peraí, você não vai desempregar três mil pessoas e vai para lugar “x”. Ou você vai manter lá ou você não vai para lugar nenhum. Não vai nem ficar no Brasil. Não pode o país tem que se proteger. Mas hoje os governos são meros cumpridores de ordem dos grandes complexos multinacionais, que decidem tudo, que decidem... essa Reforma da Previdência em um monte de país tá passando por essa luta ou já passaram, a Reforma Trabalhista ocorreu em parte do mundo, a terceirização está ocorrendo em parte do mundo, então, eu penso que a gente tem que unificar não só os professores mas unificar toda a classe trabalhadora pra defender os nossos direitos e agora eu digo o seguinte: não é nem só os nossos direitos é a sobrevivência, porque se esse pessoal conseguir passar tudo o que está na cabeça deles, repito, nós vamos criar uma legião de miseráveis no futuro porque a tendência é se suicidar porque não vão conseguir comer.

Entrevistador: Aproveitando o gancho, e já encerrando a entrevista, qual a perspectiva de você vê para os próximos anos com o governo do Bolsonaro e também com o governo Dória, aqui em São Paulo, que vai nos levar à vinte e oito anos de PSDB? Qual as perspectivas tanto das políticas de Estado quanto também de resistência e de luta que envolve a APEOESP?

Fábio: O que eu vejo é que vai ser luta, luta, luta, luta e luta. Até porque sempre foi difícil pra classe trabalhadora, há uma criminalização dos sindicatos e entidades representativas, eu acho que haverá um ataque maior ainda a essas entidades, não só a APEOESP, todas, que hoje são resistência e eu vejo o seguinte: nós temos uma oportunidade pra demonstrar que a população de São Paulo, do Brasil mas aqui do nosso estado, de São Paulo, tem capacidade de resistir a esses ataques. Eles conseguiram aprovar diversas reformas e teve resistência nessas reformas

mas mesmo assim... né? Porque a nossa correlação no Congresso Nacional é muito díspare, então assim, a nossa representação na Assembleia Legislativa é triste, eu falei muito isso no processo eleitoral: o brasileiro precisa votar naquele que representa ele de fato, porque o que que nós elegemos... nós não! Mas o que foi eleito de forma geral? O dono do agronegócio, foi o empresário... a bancada trabalhadora, que representa de fato os trabalhadores ela é muito pequena, muito pequena, aliás, repetiu o que já tinha. Elegeu homens, brancos e ricos. Não elegeu mulheres, não elegeu trabalhadores, não elegeu... claro que elegeu mas numa quantidade que não representa a massa dessa parcela da população. Então, pra além dessa questão do Executivo, tem o Legislativo, onde nós vamos ter que travar muitas batalhas, certo? Porque a proposta vai para o Legislativo e ali é um balcão de negócios, que a nova política que o Bolsonaro disse que representava já demonstrou que vai ser um balcão de troca, essa Reforma da Previdência o custo dela no Congresso Nacional, pra tentar aprovar vai ser... está escancarado... então assim, a gente vai precisar de muita resistência mas eu acredito que nós conseguimos... nós já vencemos uma vez a Reforma da Previdência, porque o Temer queria deixar esse serviço feito, nós não permitimos e nós não vamos permitir até porque no caso do Bolsonaro ele não tem autoridade moral pra fazer a Reforma da Previdência, porque ele aposentou com trinta e três anos, na verdade está na reserva, né? Mas ele aposentou, ele recebe algo em torno de dez mil reais, quase 70% acima... ele ficou 28 anos como deputado, portanto, ele tem uma outra aposentadoria de 27 mil reais.

Entrevistador: E inclusive se posicionou contra a do Temer, se promoveu com essa bandeira e agora no poder...

Fábio: Com certeza absoluta... então é isso: muita luta, muita disposição, aqui a gente tem pelo menos uma esperança na nossa Assembleia Legislativa, eu acho que o movimento dos professores, não só os professores mas a educação, um pouco mais ampliado, conseguiu uma vitória importante de eleger uma representante direta, que é a professora Bebel, deputada estadual, que eu acho isso fundamental pra defender as nossas bandeiras na Assembleia Legislativa, é uma pena que isso não se refletiu no Senado, no Congresso Nacional, porque quando a gente fala no Congresso Nacional e bancada de educação, porque eles falam que há uma bancada da educação mas não é de professores... é de dono de rede privada. Então isso nós não queremos, a gente quer uma bancada de trabalhadores que represente os trabalhadores.

## APÊNDICE – C

Entrevista com Roberto Guido (Secretário de Comunicação da APEOESP)

Data: 04/12/2018

Local: Sede Central da APEOESP, Praça da República, 282, São Paulo/SP

Entrevistador: Moacir Simardi Neto

Duração: 53 minutos e 11 segundos

Entrevistador: Iniciando a entrevista com Roberto Guido, Secretário de Comunicação da APEOESP, muito obrigado pela colaboração...que análise você faria sobre o atual momento político do Brasil?

Roberto Guido: Bem, existem contradições que precisam ser trabalhadas, por exemplo, a maior contradição do campo que ganhou as eleições é que não é um campo, você não tem um projeto, ou tem um somente um projeto que é o anti PT, que se esgota no anti petismo e um discurso muito raso de combate à corrupção turbinado por uma Lava-Jato, agora, você tirou isso, se esvazia todo discurso porque qual o projeto...por exemplo, de inserção do país na globalização? Começa por aí...você tem desde o Paulo Guedes que é um adepto da mais bárbara submissão ao império, de um liberalismo...

Entrevistador: Que talvez não seja um liberalismo, mas um neoliberalismo na verdade, pois sua proposta não é deixar o mercado se regular, porque essa questão do neoliberalismo pressupõe um Estado intervencionista...

Roberto Guido: Sim, que seja, porque existem setores que apoiaram esse grupo que ganhou as eleições que são nacionalistas, já há embates acontecendo sobre a questão da Petrobrás, das privatizações...como eu resolvo o problema da previdência? O Paulo Guedes tá falando de um jeito e o próprio presidente eleito tá falando: não, “peraí”, por quê? Porque ele sabe que no seio militar, inclusive, existe uma resistência muito grande pela demanda da previdência, das pensões...mas você pega assim...e isso tem desdobramentos...eu, por exemplo, fico pensando...você tem esse projeto do “Escola sem Partido” mas dentro dos vários setores que apoiaram o Bolsonaro existe uma certa resistência pois afinal de contas o escola sem partido é uma afronta à própria concepção liberal de ensino que foi instalada na Constituição por pressão dos donos de escola particular, da liberdade de ensino, e tudo mais...então, essas tensões....esses

dias estava vendo a questão da Janaína Pascoal, que é uma das lideranças desse negócio, dizendo que é contra a redução da maioria penal, então, quer dizer, você percebe que há um universo de pessoas e ideologias que acabam apresentando isso como contraditório. A solução da contradição, do ponto de vista dialético, vai se dar muito em função da luta política, se a esquerda vai ter a capacidade de travar [...] e formar um bloco, como diria Gramsci, um bloco de hegemonia ideológico, de narrativa e qual vai ser essa capacidade...é óbvio que a perspectiva é ruim mas existem perspectivas de luta e possibilidades no tabuleiro.

Entrevistador: Pensando agora mais no estado de São Paulo, como você avalia no geral e pensando também na educação o governo do PSDB nos últimos 24 anos?

Roberto Guido: Olha, de fato o governo do PSDB se caracteriza pela aplicação de políticas neoliberais e diminuição do papel do Estado nos vários setores da economia e não poderia ser diferente naqueles serviços que são essenciais como a saúde, a educação, a segurança...óbvio que esse acolhimento do neoliberalismo nesses serviços não se dá de uma forma talvez tão escancarada como, por exemplo, no caso das rodovias que tem pedágio, etc. e tal...mas vai se dando através de outras formas quando você vai privatizando, terceirizando setores que são possíveis, por exemplo, no caso da saúde a implementação das orientações sociais com muita intensidade, no caso da educação, nós tivemos, por exemplo, um incremento muito grande do setor de apoio de terceirizadas, terceirização do pessoal de apoio nas escolas...e você assistiu esse debate constantemente...se você pegar um livro que talvez seja interessante, que fica como sugestão, da Guiomar Namó de Mello, ele é de 1986...Guiomar Namó de Mello...Cidadania e Competitividade, da editora Cortez, esse título já dá o caráter de competição que é inerente ao neoliberalismo...e lá ela defende, dentre outras coisas, que um dos problemas centrais da educação é a contratação coletiva, ou seja, essa coisa do Estado contratar coletivamente através de concurso, dando estabilidade, é na opinião dela é um dos gargalos da educação paulista. Esse diagnóstico é importante, por que eu tô citando? Porque ele vai permear todas as políticas tucanas, todas as políticas tucanas vão no sentido de acabar [...] de você ter uma rotatividade na escola, abrir possibilidades para que a direção da escola possa demitir para contratar professores...agora, por exemplo, nós temos a figura dos temporários chamados de professores de “categoria O” [...] é a implementação daquilo do que ela já propunha em 86, a Guiomar Namó de Mello é uma referência dentro da educação tucana assim como Rose Neubauer, que agora voltou, vai voltar para o Conselho Estadual de Educação, indicada pelo novo governo aqui do Dória [...] então esse diagnóstico tá lá...e aí o que que acontece? Nesses anos todos você

não teve um plano estadual de educação e nem a ampliação necessária de investimento, aliás não temos um plano...até o neoliberalismo prescinde de um plano, mas aqui os tucanos não prescindiram no caso da educação...então quando você avalia a educação nestes anos todos você vai perceber dois grandes problemas: os baixos financiamentos e a ausência de um plano...você não tem pra onde ir sem financiamento e o resto é consequência disso...nós conseguimos, através de pressão da APEOESP, de uma articulação política muito grande que a APEOESP desenvolveu, tendo a Bebel no Conselho Nacional de Educação, tendo um governo federal mais afinado com essa questão da educação e aí conseqüentemente a aprovação de Plano Nacional de Educação...aí você tendo um Plano Nacional de Educação e tendo a pressão da população vinculada à educação, os lutadores da educação, digamos assim, fez com que nós só tivéssemos agora, nos estertores do governo Alckmin, aprovado um Plano Estadual de Educação, pela primeira vez nesses anos todos, nós temos um Plano Estadual de Educação e que está extremamente comprometido na sua execução na medida que você tem, tanto no âmbito federal do governo Temer como aqui a sinalização de cortes...o governo federal já cortou por vinte anos com a PEC...então, nós ganhamos um plano depois de tantos anos mas o financiamento ainda não há, está comprometido...esse é o desafio, então, isso é um resumo...conseqüentemente, os resultados desses anos todos de PSDB e de neoliberalismo na educação vão se apresentar no desempenho dos estudantes paulistas.

Entrevistador: Guido, justamente por essa política, por essa postura do governo PSDB ao longo desses 24 anos, inúmeras greves, inclusive organizadas pela APEOESP, marcaram este período (inclusive a mais longa da categoria). Sendo assim, eu queria que você comentasse como é a postura adotada pelo governo, durante as greves: seria uma postura democrática, de negociação, de tentar entender as reivindicações do sindicato ou mais no sentido da repressão e do autoritarismo?

Roberto Guido: Essa é uma pergunta simples. A repressão, a inexistência da negociação...o isolamento, a tentativa de isolar, de esvaziar...você eventualmente pode até sentar com o secretário de educação e discutir alguns pontos, mas não se trata de um processo de negociação porque quando entra no que diz respeito a recursos, financiamentos quem manda mesmo de fato é a fazenda e o próprio governador...às vezes até encontra um secretário bom de conversa, um cafezinho e tal...mas não resolve, não tem autonomia, acho que há poucos secretários de educação nestes anos todos que tiveram um poder, digamos, um poder decisório, dentro do próprio governo...um deles é o Paulo Renato, que foi ministro da educação, outra é a Rose

Neubauer...que são tucanos de alta plumagem...agora, você teve outros que foram lá no sentido digamos de dar uma freada nas cobranças mas sem o devido, sem a devida autonomia necessária que a secretaria de educação deveria ter...como é o caso do Chalita, do próprio Nalini...mesmo esse...o Herman...ele inclusive acho que meteu os pés pelas mãos porque ele não tinha respaldo do governo como, eu te disse, e resolveu fechar as escolas, muitas unidades escolares, e ao mesmo tempo não avançando nas negociações com os professores então estourou uma greve grandiosa, uma greve mesmo.

Entrevistador: E aí veio a reorganização escolar e a resistência do movimento estudantil...

Roberto Guido: E aí assim...você teve o movimento estudantil, que naquele ano foi interessante, que nós conseguimos [...] o governo não negociou, como é de praxe, mas teve que recuar...ele recuou, inclusive por ações judiciais, vitórias judiciais, todas pela APEOESP...a APEOESP ganhou pelo pagamento dos dias parados, a APEOESP ganhou pela interrupção da reorganização escolar e a APEOESP fomentou, digamos assim, ela teve...porque não é a APEOESP, mas o próprio movimento que é o da greve aflora as contradições que estão cotidianamente nas escolas elas tomam uma dimensão de como elas são prejudiciais, nesse momento de greve...e aí é óbvio que os debates, as discussões...você verticaliza a discussão, dá uma aprofundada e aí os alunos vão pro segundo semestre pra um movimento de ocupação que estava ao alcance...eu costumo dizer que os estudantes tiveram uma importância fundamental mas eu não digo que tem um protagonismo X ou Y no seguimento dos professores.

Entrevistador: Você acredita que o movimento estudantil acabou dando continuidade a uma luta iniciada pela greve, afinal, foi bem na sequência?

Roberto Guido: Bem na sequência, e depois nós, ativistas, os professores ativistas, estivemos o tempo todo com os meninos, dando apoio e tal...então acho que foi uma unidade muito importante porque ela vai inclusive se estreitar ainda mais se confirmar o que as previsões políticas apontam aí.

Entrevistador: E a reorganização escolar, Guido, ela tinha como objetivo o fechamento de escolas que naquele momento foi freado mas de certa maneira ela está acontecendo de forma escamoteada pois se não estão fechando escolas temos o fechamento de salas de aula de forma sistemática com a superlotação de outras salas. A APEOESP tem acompanhado este processo?

Roberto Guido: Há sempre uma pressão local e há uma pressão também no âmbito estadual, mais geral..mas ela...essa pressão tem que ser mais intensamente feita, como a gente faz que é pela redução do número de alunos por sala...hoje inclusive na Folha...eu não gosto muito da abordagem do menino da Folha que escreve sobre educação...mas hoje na Folha ele pelo menos ele colocou lá um comparativo do número de alunos em outros países demonstrando que em São Paulo o volume é muito grande...ele tá fazendo um trabalho em cima da prefeitura mas a prefeitura não destoa muito da realidade da rede estadual...então você tem...temos esses anos todos lutado pela redução do número de alunos porque nós reconhecemos que há também uma alteração na transição demográfica...agora, há elementos pra você poder já ir trabalhando com uma escola com maior qualidade com condições que possam atender melhor os estudantes que eles possam ter uma política de inclusão de fato, real, porque hoje você tem uma sala com quarenta, né? Como você põe um aluno deficiente visual lá, você acha que vai ter inclusão?

Entrevistador: Inclusive um debate em evidência é a questão da educação inclusiva, onde temos uma lei federal, por exemplo, que diz que toda sala com aluno de inclusão, aluno especial, teria que no máximo vinte e cinco alunos, essa foi uma lei que “não pegou”...

Roberto Guido: Não pegou...então...tem essas questões todas e aí você tem que utilizar a transição demográfica não como uma justificativa pra “cortar” mas como um elemento pra que se possa melhorar, então, a defesa da redução do número de alunos por sala...e você que considerar que a transição demográfica não é tão homogênea no território...né? Se eu tenho uma demanda menos nas áreas centrais da capital, por exemplo, não menos verdade é que na periferia, certo...tem que abrir sala...e o fechamento de EJAs, educação de jovens e adultos, então...mas o governo não tem como aumentar, as verbas, pelo contrário, reduzem as verbas e a tendência é a permanência dessa política de superlotação, mas eu acho que o movimento dos estudantes, o movimento dos professores de 2015, ele evidenciou não só o problema da superlotação, do fechamento de sala, mas o conjunto da obra do descaso, desde a falta de material de limpeza...os livros que são frutos de negociações pouco transparentes, contratos entre a secretaria e as editoras e tal...tudo isso é uma série de problemas, eu quero que a principal luta que a APEOESP tem de luta estratégica, não a tática...a questão da valorização do professor, concurso, plano de carreira, mas a luta estratégica da APEOESP é a implementação do Plano Estadual de Educação porque lá dentro estão a valorização dos professores o fim da contratação precária, todas essas demandas por assim dizer corporativas, sem o sentido pejorativo da palavra...mas tem outro rol de metas que abre um canal de diálogo

com a sociedade, por exemplo, nós precisamos universalizar o atendimento do ensino médio, com qualidade, como é que nós vamos fazer? Essa é uma meta e tal...então é estabelecer um diálogo da comunidade escolar que atua todo dia, cotidianamente na escola com a sociedade mais geral que tem de fato se preocupado com a educação...então o Plano Estadual de Educação tem uma centralidade [...] eu acho que essa coisa do Plano Estadual de Educação ele terá um papel...a sua ausência, a luta pela sua existência e a luta pela sua execução é que dão o eixo de um debate sobre a educação aqui no estado de São Paulo...é uma síntese do problema e a APEOESP, que teve um protagonismo muito grande, seja no Fórum de entidades, que elaborou esse plano, ela teve um papel importante.

Entrevistador: Agora pensando na conjuntura nacional, afinal, estamos atrelados à ela...o PT e o PSDB desde o final da ditadura, durante a “República Nova” protagonizaram uma polarização principalmente pela disputa da presidência, do poder executivo, que nesta última eleição não se efetivou justamente pelo PSDB perder espaço justamente para um movimento político, para uma figura política que é o Bolsonaro, de um caráter mais autoritário que muitos até identificam até com fascismo. Como você vê isso e você acredita que esta “mentalidade fascista” que inclusive tem crescido muito em São Paulo e em todo o Brasil e transparece nesta última eleição...você acha que isso possui alguma ligação com a precarização da educação que no meu entendimento tem a ver com o neoliberalismo?

Roberto Guido: Eu acho que sim...em síntese sua pergunta é o seguinte: a educação mobilizou mentes e corações no processo eleitoral? Eu diria que infelizmente não. A não ser por um viés da censura e de um debate sem sentido de escola sem partido ou do kit gay, quer dizer, coisas totalmente alheias à educação, as fake news que protagonizaram, então, se você falar assim: as pessoas não votaram no PSDB porque eles não investiram na educação, eu gostaria de falar isso, mas não foi isso. Eles votaram no Bolsonaro porque se decepcionaram, pelo menos a base, o núcleo do Bolsonarismo se decepcionou com a incompetência do PSDB de derrotar o PT, acho que é um pouco isso mas também porque o PSDB foi pego de calça arriada com os problemas com o Aécio, problema com o Anastasia, problema com o Beto Richa, aqui o Serra também tentando se esconder, com o Alckmin surgiram problemas também...então o PSDB ficou...o único argumento que eles tinham para ganhar a eleição, a questão central era a questão da corrupção [...] daí...tem que ir mais à direita. Por isso, eu diria assim...a esquerda perdeu a eleição, tem que fazer um diagnóstico, os movimentos sociais e sindicais como nós vamos ter que nos organizar muito pra enfrentar esse período [...] se eu for fazer uma análise mais pente

fino eu diria que mais derrotado que a esquerda, que o PT, foi o próprio PSDB porque ele perdeu sua base de sustentação para a extrema direita e corre o risco inclusive de sumir do mapa porque qual a diferença para o PT? O problema é que o PT tem uma base social, aquilo que seria uma social democracia na Alemanha [...] o PSDB que deveria representar a social democracia eles assumem o poder com a hegemonia do neoliberalismo muito grande depois vai aparecer umas contradições, mas na década de 1990, é Thatcher ainda, é Reagan que ainda tão emulando as políticas neoliberais, né? Então, o PSDB foi sendo empurrado...quem podia fazer a resistência foi morrendo...o Covas...então, enfiou o pé na jaca no neoliberalismo...e essa disputa polarizou: o neoliberalismo e a social democracia [...] a crise do capitalismo, a partir de 2008, ela foi criando focos de resistência à globalização à direita no mundo inteiro...a Hillary era a candidata mais do establishment globalizante e perdeu. Aqui seria o Alckmin, perdeu para o Bolsonaro...e tem os problemas que a gente vem assistindo que serão avaliados por aqueles que tem uma visão progressista, não necessariamente progressistas, mas os mesmos liberais, liberal raiz [risos] liberal que tem uma concepção mesmo que não é o caso da direita brasileira...mas assim...o que estou te dizendo [...] eu tenho uma série de ensaios, que eu comecei a escrever por conta da minha militância não terminei, eu faço uma analogia, uma paráfrase do Marx que é assim: é o título inclusive dos ensaios: “da miséria da política à política da miséria” [...] o eixo desses ensaios...tem como centralidade a submissão da política ao mercado. O eixo é esse [...] e essa submissão não é de agora, ela data da década de 1970 e vem vindo...com o neoliberalismo, globalização...União Europeia, algumas tentativas aqui na América do NAFTA e tal...você vai diluindo o papel do Estado como dizia Milton Santos: a globalização é uma etapa superior do imperialismo. Parafraseando Lenin: O imperialismo é uma fase superior do capitalismo...na qual as grandes corporações é que apitam e o Estado que teve um papel fundamental na questão dos mercados de regulação e conquistas de mercados que provocou duas guerras e tal...no imperialismo clássico, esse Estado agora precisa ter outras funções mais reduzidas porque quem manda agora são as grandes corporações que tem condições tecnológicas para mundializar a produção, circulação e consumo...então...o que acaba acontecendo é que o Estado e a democracia burguesa se apequenam [...] quem manda aqui é a “troika” e esse desalento com a política da globalização ele vai criando céticos em relação à democracia representativa, entendeu? Esse cara que votou no Trump, esse cara que votou no Bolsonaro, no Brexit...é que não vê saída na globalização, por isso que eu te disse que há contradições que não estão resolvidas no futuro próximo do governo Bolsonaro, porque muita gente falou assim: eu estou votando em você porque eu não concordo com essa história de globalização e outros tão falando assim: que eu votei em você pra globalizar mesmo [...] e não

vai conseguir resolver essa contradição [...] agora, a solução da contradição pode ser favorável ou desfavorável...pode ser um golpe, militar...a solução da contradição é a história que vai determinar na correlação de forças que vão se estabelecer [...] só que tem uma coisa que não estamos dando atenção: a quantidade de votos nulos e brancos que há muito tempo, não é de agora isso...então, se você levar em consideração [...] isso cria uma instabilidade muito grande...veja como morrem as democracias...mas eu acho que esses são elementos que aliados a instabilidade do próprio capitalismo porque, por exemplo, num determinado momento você tinha instituições de governo, de poder...mais estáveis, agora você não tem...isso se soma à instabilidade estrutural do capitalismo, então é uma época de incerteza mesmo! [...] Agora, no caso do Brasil, eu não acho que a crise econômica que se abateu sobre o país é reflexo de 2008, nós conseguimos superar, eu acho que houve um movimento orquestrado de redução de preço de commodities, orquestrado justamente com a finalidade de você desestabilizar uma unidade, uma união aqui no Sul...que inclusive apontava para a possibilidade de um banco para se contrapor ao Banco Mundial e ao FMI...um banco dos pobres..algumas coisas os EUA topam...pode distribuir um bolsa família, põe o Prouni aí...umas cotinhas...isso aí pode...agora...você tem o pré-sal...e você diz: vou montar um banco...daí você bagunçou o coreto. Então, eu acho que nós temos essas perspectivas bastante abertas...quem está no poder...até porque o poder...o judiciário, em algum momento, vai ter que se posicionar com relação aos exageros e desmandos de alguns juízes...se não você desequilibra o jogo mesmo, pode ser que não...e você vai ter uma forte pressão das ruas [...] e no caso da educação, eu acho que a gente tem que atentar para esse problema da democracia e os seus limites.

Entrevistador: Guido, aproveitando o viés que a conversa tomou...você falou em algum momento que o PT perdeu as eleições e a partir disso precisava ser feito um diagnóstico e muitos falam até que o PT deveria fazer uma auto crítica, digamos, ao partido, seu desempenho e como geriu o Estado durante esse tempo que esteve no poder...pensando na APEOESP, a Bebel, se não me engano, ele está a dez anos à frente da APEOESP [...] você teria alguma crítica não só a gestão da Bebel mas também ao próprio estatuto da APEOESP, a APEOESP enquanto sindicato, que análise você faz do papel da APEOESP nos últimos anos?

Roberto Guido: Duas coisas: primeira, a autocrítica que se cobra do PT é uma crítica pela direita, e isso nós não vamos fazer [...] porque assim...as políticas sociais foram erradas? Nós erramos na economia? Deveríamos ser liberal? Esse tipo de autocrítica que é cobrada não dá pra fazer. Eu acho que do ponto de vista de autocrítica, é um instrumento da esquerda, sempre

foi, né? É fazer uma análise interna a despeito de alguns problemas pelo lado contrário...até que ponto nós fomos liberais demais?! Ou implementamos políticas nessa linha, essa crítica ou autocrítica não vai atender a fome de autocrítica do mercado, então, fica o dito pelo não dito, vai ficar no campo da esquerda essas análises e tal...até porque elas são necessárias...agora, eu diria pra você que é o seguinte: a APEOESP foi o instrumento principal da resistência à implementação do neoliberalismo no estado de São Paulo. Eu não estou sendo [...] mas se você considerar quem botou gente na rua todo ano...lutando pelas políticas educacionais [...] então, eu não posso fazer um balanço negativo do papel da APEOESP nestes anos todos, consequentemente, não tem como falar, ser negativo com a gestão da Bebel. Eu acho que o contrário, a Bebel ela tá nestes mandatos consecutivos mas ela teve um lá trás, antes do Carlão, teve um mandato só, em que ela expressou talvez um pouco de inexperiência, talvez, dependendo de algumas coisas e no resto foi um bom mandato...agora, no período após Carlão, pegou ela muito amadurecida, do ponto de vista das contradições que estavam estabelecidas [...] nós estávamos em vias de ou já tínhamos ganho a eleição nacional mas o PSDB fortemente instaurado aqui, então é preciso você fazer a luta política aqui e fazer outra política em Brasília [...] tem coisas que você precisa tocar, então a presença dela no Conselho Nacional de Educação que viabilizou, por exemplo, os professores terem uma diretriz nacional de carreira, assim como os funcionários, a lei do piso, a regulamentação da lei do piso...ou o próprio Plano Nacional de Educação juntamente com as demais entidades...e ao mesmo tempo que você avançava nos instrumentos...no campo federal aqui o povo na rua...o povo na rua...uma capacidade muito grande de articulação mesmo interna aqui, com os setores de oposição, então, não tem em comparação desses anos de Bebel...não tem uma avaliação negativa, pelo contrário. Mas acho que nós estamos fechando um ciclo, né? Nós fechamos um ciclo...digamos, não só porque vamos ter que mudar a presidência mas também porque a conjuntura vai exigir uma análise também a altura do que nós vamos enfrentar.

Entrevistador: Já encerrando a entrevista, qual a importância que você vê, você já tocou nesse ponto, mas só para aprofundar mais um pouco essa questão, que importância você vê nos sindicatos, no geral e especificamente pensando na APEOESP, quando se trata da luta por direitos e quais desafios se apresentam agora com a eleição do Dória, que nos levará à 28 anos de PSDB no governo do estado de São Paulo? Então, qual a importância dos sindicatos e quais desafios se colocam daqui pra frente?

Roberto Guido: Eu acho que nós vamos ter alguns desafios, o primeiro assim...eu falei da democracia representativa, desse problema da descrença na política ocasionada pela globalização...a política submetida ao mercado e isso tem reflexo nesses votos brancos...mas também tem reflexo na organização política...o sindicato tem que viabilizar uma narrativa para se contrapor ao niilismo da política. E eu tô falando dos jovens mas também dos professores...de convencer o companheiro que o caminho é coletivo, solidário e não competitivo e individual...esse é o grande desafio. E ao mesmo tempo, demonstrar a importância da democracia, não necessariamente da democracia representativa, mas da democracia direta...todos os tipos de democracia, para você aumentar o leque, esse é um grande desafio [...] nós vamos ter que enfrentar, por exemplo, porque os caras vem com uma BNCC que propõe que 40% do currículo na forma de ensino à distância? Pra você privatizar...você vai vender um produto aí à distância, com softwares educacionais...desemprega, reduz os custos...folha de pagamento...com uma papagaiada, mas tem gente que acha que é ótimo...então, esses são os grandes desafios que estão postos...o grande desafio: como você enfrenta a consciência [...] o debate hoje está no âmbito da consciência, por conta dessa hegemonia ideológica que o neoliberalismo conseguiu impor [...] Um outro desafio, não é o caso da APEOESP felizmente, mas ele vai atingir toda a estrutura sindical brasileira...nós da APEOESP, da CUT....sempre defendemos a autonomia e liberdade sindical, isso para nos desvencilharmos do controle do Ministério do Trabalho, do Estado em cima da organização sindical que se dava por via do imposto sindical...sempre fomos contrário, infelizmente por conta de correlação de forças também, de não desarticular...a reforma sindical que poderia acabar com o imposto sindical não foi realizada no governo Lula e Dilma, até porque muitas outras centrais defendem esses recursos...aí os interesses acabam...mas no caso da APEOESP, nós não dependemos do imposto sindical porque nós temos a contribuição...este modelo é o modelo que a CUT e nós petistas defendemos: um modelo de autonomia e liberdade sindical que se autofinancia e que tem capacidade de...você vai à luta e você consegue convencer as pessoas [...] no geral, parte da estrutura sindical é dependente...com o fim do imposto sindical nós vamos ter grandes problemas...isso vai criar...nós estamos enfrentando uma luta ideológica e vamos ter que enfrentar uma luta econômica de estrutura, não especificamente o caso da APEOESP, mas que acaba tendo impacto, porque se você não consegue convencer o cara que logicamente ele precisa estar no sindicato...mesmo o sindicato que não vive de imposto sindical vai ter problema...o cara...não, eu não preciso de sindicato pra me defender...eu vou me virar aqui. Então nós temos esses dois desafios que pra mim são mais aterrorizantes que o Bolsonaro.

## APÊNDICE – D

Entrevista com Paula Penha (Conselheira da Subsede da APEOESP de Sorocaba/SP e membra da Diretoria Estadual do Sindicato)

Data: 15/03/2019

Local: Subsede da APEOESP, R.: Maranhão, 130, Sorocaba/SP

Entrevistador: Moacir Simardi Neto

Duração: 20 minutos e 09 segundos

Entrevistador: Começando a entrevista com a Paula, seu cargo...

Paula Penha: Eu sou conselheira da subsede de Sorocaba, da APEOESP, e sou também da diretoria estadual da APEOESP, pela oposição, pelo coletivo XV de outubro.

Entrevistador: Obrigado, Paula, pela colaboração... Paula, como você avalia o governo do PSDB, no geral e especificamente na educação, nestes últimos 24 anos que ele tem governado o estado de São Paulo, que avaliação você faz do governo PSDB?

Paula Penha: O governo do PSDB, nós avaliamos que ele é um desastre para a educação pública, porque ele vem tendo, desde seu início, várias políticas de sucateamento da educação no estado de São Paulo, de precarização do trabalho docente, é da diminuição da qualidade do ensino, porque ao nosso ver é algo pensado, não é uma política ocasional ou que ocorre acidentalmente, por uma má gestão mas sim uma política pensada de enfraquecer a educação pública e abrindo espaço cada vez mais pra que a educação pública ela fique pra aquelas pessoas que realmente não vão dar conta de pagar um estudo numa escola particular, mas que o objetivo é que você abra mais espaço para a privatização, porque ao sucatear a educação pública, ao sucatear as escolas públicas há também uma grande propaganda que elas não são o melhor lugar para os filhos estarem, então há uma busca maior pelas escolas particulares. Então, são inúmeros os projetos que o PSDB implementou no estado nestes últimos anos e a gente sente que a cada ano fica mais difícil mesmo, sempre tem medidas que visam a piorar a qualidade do ensino público no estado de São Paulo, então, não tem nada que nós podemos considerar de pontos positivos destes governos do PSDB. Na verdade é um aprofundamento do neoliberalismo aqui no estado de São Paulo e eu tenho inúmeros exemplos disso.

Entrevistador: De políticas que vem a precarizar a educação?

Paula Penha: Sim, de políticas que vem a precarizar... você tem, por exemplo, o número de alunos por sala de aula, tem uma resolução que ela é de dezembro de 2016 que aumentou o número possível de alunos por sala de aula, hoje por lei, é possível eu ter 44 alunos na sala de aula, só que se nós pegarmos a estrutura física das escolas muitas escolas não comportam essa quantidade de alunos, então os alunos eles ficam amontoados neste espaço físico e sem contar a parte pedagógica pra desenvolver a parte do ensino/aprendizagem, pra se dar uma boa aula, pra que se tenha o retorno do aluno, com esse número excessivo fica muito difícil, porque o professor não vai conseguir ter um acompanhamento mais individualizado, não vai conseguir muitas vezes nem conhecer o seu aluno, então a gente tem dentro da escola uma situação do número enorme de alunos por sala de aula, a estrutura das escolas ela também é muito precária, então, assim... as escolas a vinte anos atrás tinham biblioteca, hoje elas não tem biblioteca. Elas tem as chamadas salas de leitura, que são espaços reduzidos, com poucos livros, com pouco mobiliário e que muitas vezes e muitas vezes nem é feito um esforço para que este espaço seja utilizado de alguma maneira, então, a própria questão da leitura é desvalorizada nesse sentido porque se o Estado não consegue manter nem uma biblioteca, nas suas escolas, você peca nas outras estruturas necessárias, você pega por exemplo a informática, que nas últimas décadas... embora a gente não tenha no currículo disciplinas... a informática pode perpassar e auxiliar no estudo de todas as outras disciplinas e nós não temos uma sala propícia pra isso nas escolas, existe um espaço que em geral, na maioria das escolas, o espaço físico onde ficam os computadores ele é completamente deteriorado, ele não tem... a internet não funciona, ou não tem mouse ou a CPU não tá funcionando, então, assim, é uma estrutura que o governo deixou que ela se deteriorasse e que hoje você não tem um espaço de acesso à informática nas escolas estaduais, quadras poliesportivas também... muitas escolas não tem quadras ou não tem quadras cobertas, então a estrutura das escolas é muito ruim, além disso, por conta da falta de investimento, porque o governo investe pouco em educação e ele vai deixando que aconteça isso e tem a questão mais do docente, do professor que vem cada vez mais sua situação enquanto empregado do estado de São Paulo, sua situação vem piorando muito.

Entrevistador: Talvez, por tudo isso que você apontou, Paula, durante esses vinte e quatro anos de PSDB, a gente teve inúmeras greves, inclusive com o protagonismo da APEOESP conduzindo essas greves, inclusive a mais longa da categoria, em 2015, quase três meses... eu queria que você comentasse assim, nesses momentos de greve, ou de reivindicação da

categoria, qual é a postura do governo PSDB para com o sindicato e com a categoria, é de negociação, uma postura democrática, ou é mais no sentido de isolamento e da própria repressão do movimento e das reivindicações?

Paula Penha: Sempre foi no sentido de até... o governo ele senta pra negociar, senta pra conversar mas não é tão “diálogo”, é uma via de mão única, a gente apresenta as reivindicações e elas são em geral negadas tanto que o governo do PSDB, com os diversos secretários da educação que passaram por esses anos, então, assim, a greve é um recurso necessário pra que você coloque pra sociedade, coloque para o governo as suas principais pautas e reivindicações que não estão sendo atendidas, então a APEOESP ela faz muitas reuniões com a secretaria da educação não é... não há um fechamento total do diálogo mas as respostas são muito evasivas e para os principais problemas da educação e da categoria nós não somos atendidos, então, se consegue um ajuste ou outro, por exemplo, uma resolução de atribuição de aulas, que é a resolução que vai prevê como o professor vai escolher suas turmas durante o ano, às vezes tem um ajuste ou outro nesse processo que a APEOESP consegue sentar e dialogar com a secretaria de educação e fazer esse ajuste, então não é portas fechadas totalmente mas nas grandes políticas no que realmente impacta na vida do professor e na vida do aluno a APEOESP ela só através da mobilização é que ela consegue ter uma acessibilidade por parte do governo, o PSDB não dialoga no sentido de construir em conjunto com os educadores as políticas, né? E falando dos professores, a gente tem uma enorme defasagem salarial, eles sentem isso na pele, seu poder de compra sendo diminuído e gente fez a greve de 2015 muito com essa perspectiva do reajuste, de melhores condições de trabalho também, que o professor enfrenta situações muito difíceis, passa por situações de violência, além da falta de estrutura, uma falta de apoio, e o professor sempre é culpado pela educação ir mal, então essa é outra questão que nos aflige bastante, quando se tem os resultados dos índices externos das avaliações das escolas é o que o professor não fez pra escola não ter atingido determinado índice, então nós sofremos muito, é uma categoria que vem inclusive adoecendo por conta de toda essa pressão muitas vezes até de um assédio cometido pelas direções, pelas gestões e pelo governo e sua precarização das condições de trabalho e de salário, que está cada dia pior.

Entrevistador: E você acha que justamente essa questão de salário, você também tem a jornada do professor se estendendo, porque por um questão salarial ele é obrigado a dar mais aulas. Você acha que a questão salarial tem impacto na própria jornada, na constituição da jornada de trabalho do professor?

Paula Penha: Sem dúvida, hoje, assim, é muito comum encontrar os professores que tem os dois cargos na rede pública, eles além de já estarem concursados com um cargo eles prestam novamente o concurso e chegam a dar aí 64 horas semanais, que é o limite desses dois cargos, mas além disso tem escola particular, muitas vezes, que não conta pra esse acúmulo, então ele pode as vezes acumular com a particular, com o município, muitas vezes, com a estadual e isso sobrecarrega muito o professor porque ele fica sem o tempo pra preparar suas aulas, suas avaliações, pensar no que está fazendo... ele vai simplesmente reproduzir ali um esquema pronto de como tentar dar essas aulas e dependendo das condições da escola que ele está, tem escolas mais complicadas outras que são um pouco mais tranquilas de se trabalhar, e isso vai deixando o professor numa situação muito difícil, então é comum eu imagino que seja cerca de 60% da categoria que tenha uma outra ocupação, além de seu cargo, de quem é concursado, então isso é bem comum sim, inclusive o secretário agora disse que queria acabar com isso, fazer um esquema de dedicação exclusiva, mas só é possível ter dedicação exclusiva se houver uma melhora significativa no salário, porque o professor não busca o segundo cargo por outro motivo se não pela enorme defasagem salarial que ele tem, com o salário sendo extremamente rebaixado é questão de sobrevivência, ele busca pela sobrevivência ter os dois cargos e faz um esforço tremendo pra conseguir dar conta desse trabalho.

Entrevistador: Voltando um pouco pra questão da greve, depois dessa greve mais longa de 2015, que durou cerca de três meses, logo na sequência teve a proposta da reorganização escolar, por parte do governo, que, inclusive, a APEOESP denunciou como se fosse uma forma de fechamento de inúmeras escolas... e aí a gente teve o movimento estudantil tendo um protagonismo muito grande ocupando inúmeras escolas no estado de São Paulo, que de certa forma, naquele momento freou essa reorganização escolar. E a APEOESP também colaborou com a ocupação das escolas. Você poderia comentar um pouco sobre isso, você vê com bons olhos essa, digamos, união do movimento estudantil com a APEOESP, ou você acha que as reivindicações, a pauta da APEOESP é uma e o movimento estudantil tem sua pauta... não devem se misturar?

Paula Penha: Eu acho que a pauta da educação pública de qualidade é uma pauta de todos, ela não é uma pauta exclusiva dos sindicatos, exclusiva do movimento estudantil...nos momentos em que o governo faz uma proposta que vai ser prejudicial tanto para os professores quanto para os alunos, é natural que ocorra um diálogo pra ver o que se pode fazer em conjunto pra

conseguir barrar essa proposta, e sobre a reorganização, nós tivemos um apoio popular muito grande então não foi só o sindicato ou o movimento estudantil, mas os pais, mães de aluno, as famílias, a comunidade escolar se incomodou muito com o projeto, porque ele impunha uma mudança de unidades escolares dos estudantes sem nenhum tipo de diálogo, que ia afetar o funcionamento inclusive de como as famílias se organizam para levar seus filhos às escolas e com isso o apoio do movimento contra o projeto foi grande. Então, eu acho que foi uma somatória, claro que com um grande protagonismo do movimento estudantil, que utilizou deste artifício da ocupação, mas eu acho que é uma pauta de todos, e a gente tenta fazer muito esse diálogo que não adianta só os professores lutarem, e temos outros exemplos de atividades que o movimento sindical de forma unida consegue mais avanços, a gente teve, por exemplo, a greve geral contra a Reforma da Previdência do Temer, que aconteceu em abril de 2017. A APEOESP, ela parou, mas o fato dos trabalhadores do transporte terem parado, os trabalhadores de muitas fábricas terem parado também contribuiu, então, é necessário porque são pautas de todos os trabalhadores, não é só pro professor, não é só para o estudante.

Entrevistador: Pensando um pouco na APEOESP, na estrutura da APEOESP, a gente tem mudanças na direção executiva do sindicato mas a Bebel, que é a presidenta do sindicato, ela está em mandatos consecutivos desde 2010, a frente da presidência do sindicato. Tendo isso em vista, essa não renovação de alguns cargos dentro da direção da APEOESP, você tem alguma crítica à estrutura e ao próprio estatuto da APEOESP?

Paula Penha: Não. A questão é da...não é necessariamente de estatuto ou da estrutura, mas é que, na minha avaliação, é necessário que se tenha, que a APEOESP seja mais apropriada pelos professores e pra isso precisa ter renovação. A Bebel tá lá, embora a gente tenha críticas inclusive na condução do processo eleitoral, mas ela foi eleita por esses professores sindicalizados. Pra nós, é importante ter uma mudança na condução política do sindicato mas não é um problema que se resolve simplesmente com uma mudança estatutária ou trocando as figuras. Nós estamos aqui personificando na Bebel, mas ela representa um agrupamento político. Pra nós as críticas são pra condução desse agrupamento político e não na figura dela, então, não adianta trocar seis por meia dúzia, a questão é a condução política dada pela articulação que nós achamos que levou o sindicato ao longo dos anos a ter um grau grande de imobilismo, porque foram políticas que foram gerando desconfiança na categoria e afastando a base dos professores do sindicato, então é preciso mudar muita coisa e a gente acha que os processos de eleição são importantes mas tem que ter a participação dos professores até

daqueles professores que criticam a gestão se envolverem e quiserem participar pra mudar a gente não vai conseguir.

Entrevistador: Agora, no ano passado, a gente teve eleições para o governo estadual e para presidência também, e o PSDB novamente foi reeleito agora com o Dória, o que vai nos levar a 28 anos de PSDB aqui no estado de São Paulo e em nível federal foi eleito o Bolsonaro e um grupo político que fala muito sobre “escola sem partido”. Então, na sua avaliação, quais são as perspectivas que se colocam tanto para a APEOESP, para a categoria dos professores como para a educação, de uma forma geral, considerando essa conjuntura, o governo federal, pensando no Dória e também essa pauta do “escola sem partido”?

Paula Penha: Aqui no estado de São Paulo nós ficamos novamente com o PSDB, vai ser uma continuidade do que já foi, vários projetos que estão sendo implementados no sentido de privatizar a escola pública, nós tivemos o projeto acerca de um ano e meio atrás que falava da privatização da gestão de algumas escolas, na capital, que acabou não vingando, então a gente imagina que continue vindo esses projetos de privatização da escola pública com o Dória com o nosso salário não sendo reajustado de acordo com a inflação, nem tendo a reposição... o sindicato vai se organizar para ver as melhores formas de brigar por essas melhorias mas eu não tenho nenhuma perspectiva... a perspectiva é que continue uma gestão em que cada vez mais a educação pública vai sendo deixada em segundo plano pela gestão do Dória. Agora, o escola sem partido já se mostrou inclusive como um projeto inconstitucional, a gente vê como uma cortina de fumaça, ao invés de discutir os grandes problemas da educação pública se inventa uma situação de doutrinação que não ocorre nas escolas pra dizer que é isso que vai amenizar ou que vai resolver todo o fracasso escolar através de uma mudança, tirando algo que na verdade nem ocorre nas escolas que é a doutrinação, então é uma forma de colocar a discussão não nos grandes problemas mas de simplesmente arrumar outro subterfúgio, ou arrumar outros temas para virarem os holofotes para estes temas e esquecer que para educação pública funcionar mesmo é investimento, é professor com condição de trabalho, é pouco aluno por sala de aula para que se tenha uma atenção suficientemente pra ele, que o estudante precisa, e uma educação que vise a emancipar aquele estudante e não que ele simplesmente reproduza o que tá aí, então, é muita coisa que precisa ser mudada e estes projetos como o escola sem partido eles são apenas pra tirar o foco do que realmente importa e que os governos, tanto o federal como o estadual, não tem essa vontade de fazer o que realmente importa que é investir na educação de verdade no país, na educação pública.

Entrevistador: Só pra encerrar, Paula, você falou um pouco sobre o adoecimento dos professores, e isso você acredita que esse adoecimento, principalmente de cunho psicológico ou não, queria que você discorresse mais sobre isso, você acha que tem uma ligação bem próxima com as políticas educacionais e de como a educação pública vem sendo conduzida, aí não só pensando no estado de São Paulo mas pensando de uma forma geral?

Paula Penha: Sim, porque na medida em que se obriga o professor a trabalhar além do que ele deveria, na medida em que colocam as escolas sem a mínima condição, escolas com condições de violência, com grande vulnerabilidade social, sem nenhum apoio, que se cobra desse professor de forma excessiva, há tanto um adoecimento psicológico, como também o adoecimento físico mesmo, professores que tem problemas por esforço repetitivo, problema de coluna, então, ainda mais como vai se aumentando a idade desse professor e a Reforma da Previdência visa isso, ela visa aumentar o tempo dos professores terão que trabalhar para se aposentar, então são políticas que vem deixando cada vez mais o professor doente e isso faz com que... inclusive o governo tenta impedir que esse professor doente consiga até a sua licença médica, ele tem feito, as vistorias que são feitas nos processos depois que o professor tira licença muitas vezes é como se tivesse um número de licenças que o governo pudesse conceder, então se tem pessoas doentes mais do que aquele número que ele quer conceder eles não conseguem a licença, então a gente tem muito professor trabalhando doente, sem condição de estar em sala de aula, há uma saída para isso que é a readaptação, onde não pode estar em sala de aula mas as vezes ele não pode nem estar dentro da escola... mas esse ano mesmo o governo cessou várias readaptações, então há uma situação que vai agravando a vida do professor e não se tem nenhuma preocupação com isso, o Estado não tem nenhuma preocupação com esse professor doente, com esse professor que tá ali no seu limite dando todas as aulas que ele tem que dar na semana, então é uma situação bem difícil mesmo.

## APÊNDICE – E

Entrevista com Gustavo de Freitas Agostini (Coordenador Geral da Subsede da APEOESP de São Roque/SP)

Data: 11/12/2018

Local: Subsede da APEOESP, R.: Ruy Barbosa, 643, São Roque/SP

Entrevistador: Moacir Simardi Neto

Duração: 36 minutos e 33 segundos

Entrevistador: Começando a entrevista com o Gustavo, ele é coordenador geral da subsede de São Roque [...] Gustavo, como você avalia, no geral e na educação, o governo do PSDB em São Paulo nos últimos 24 anos?

Gustavo Agostini: A gente observa o PSDB com uma proposta de enxugamento dos gastos públicos, ele tem uma proposta de gastar o mínimo necessário para manter o que a Constituição obriga, o que as leis estaduais obrigam...e a gente tem essa avaliação que não há uma preocupação maior com a melhoria das condições sociais, não tem uma preocupação maior com os serviços públicos de qualidade, o que a gente observa nos últimos 24 anos é que a prioridade são as contas públicas, né? Gastar o mínimo necessário pra não ter um grande problema com as contas públicas mas esse problema que eles colocam nas contas públicas diz respeito aos serviços públicos, a gente não vê essa discussão quanto à dívida que o Estado paga com a União com os outros empréstimos que o Estado tem, a gente não vê nenhuma ação do PSDB nesse sentido de tentar resolver as contas públicas nesse setor. As contas públicas, como a gente vê bem claro no governo Temer, é isso também, né? Conta pública pra agradar alguns setores, para ter serviços eficientes a gente não vê essa prática. Vou dar alguns exemplos: o estado de São Paulo até uns anos atrás...20 anos atrás mais ou menos, pouco antes...da época do Montoro...você tinha aumentos expressivos no salário da professor, você tinha um plano de carreira que era muito melhor, de dois em dois anos você tinha alguns aumentos...e dos governos PSDB e gente viu o Estado cortando tudo isso, só que não viu o Estado cortando a dívida, preocupado em discutir a Lei de Responsabilidade Fiscal...de não ver o Estado preocupado com isso. Então, deixa claro que o Estado quer manter as contas sanadas, não ter um elevado gasto, pra não ter problemas como o Rio de Janeiro...com o Rio Grande do Sul...mas, quem tá pagando essa conta são os serviços públicos.

Entrevistador: [...] A APEOESP, a categoria dos professores, ao longo desses 24 anos do PSDB em São Paulo, também acabou promovendo várias greves...nesse contexto, qual foi a postura adotada pelo governo PSDB, com o Alckmin, com o Serra, enfim...durante as greves? No geral, ele teve uma postura democrática, de negociação, ou a postura do governo frente às greves foi no sentido da repressão, do autoritarismo?

Gustavo Agostini: Nos últimos anos...vai vamos dizer, nos últimos 6,7 anos...a gente vê o Estado menos preocupado em discutir durante as greves. A gente vê o Estado...o governo Alckmin, o governo Serra...a gente vê eles tentando enfraquecer a greve e deslegitimando a greve. Sempre o Alckmin e o Serra estavam falando: “é greve política”...com se alguma greve não fosse política...eles dizem: “é greve ideológica”...sempre essa fala. Então, nos últimos anos a gente vê eles deslegitimando as greves, deslegitimando o sindicato pra enfraquecer as greves e não negociar. Então, a postura é até arrogante...fala do Herman: “vocês estão com só 10% parado o dia que vocês estiverem com 50% ou mais a gente conversa”...algumas pessoas da Diretoria já confidenciaram pra gente que nos últimos anos houve assim...vamos enfraquecer a greve, deixa a greve fraca, corta o salário do professor, porque sempre houve essa prática...o Estado, quando o professor entra em greve ele corta o salário. E isso inviabilizou greves maiores, por quê? O professor ganha pouco, nenhum professor tem dinheiro sobrando e você não recebe naquele mês, você não paga conta de água, conta de luz...financiamento de casa, de carro...então, isso faz com que o professor não faça greve. Aí a greve é pequena, geralmente de vanguarda, você não vê um percentual grande, eu nunca vi na educação, eu entrei na educação em 2008, como efetivo entrei em 2008, eu nunca vi uma greve onde a gente chegou a 40%. Então, assim...mas passando nas escolas a gente vê os professores: “é isso aí, tá muito difícil trabalhar...tem que lutar mesmo...mas eu não consigo parar porque senão eu não tenho como pagar as contas”. Então, nos últimos anos a gente vê o governo adotando essa postura de enfraquecer a greve, e a tática mais utilizada por eles é cortar o salário. E cortando o salário...pouca gente participando...eles não negociam. O máximo que eles fazem é depois da greve, depois da greve o governo sempre autorizou os professores a reporem aula. Desde 2008, das greves que eu participei, sempre pude repor. Uma ou outra escola às vezes o diretor dificultou, aqui na região, mas o Estado sempre liberou, então, tivemos o salário cortado depois repomos.

Entrevistador: Mas poder repor também é uma disputa jurídica. A APEOESP teve que reivindicar na justiça...

Gustavo Agostini: Mas assim, geralmente o Estado, até paralisações em assembleias o Estado, desde 2008, ele sempre autorizou mas acredito eu para evitar um desgaste jurídico maior. Hoje é lei, que o Estado quando o funcionário público faz greve o Estado é obrigado a cortar o salário, ante não era, antes não tinha essa lei...acho que é uma decisão do STF, se não me engano...se não me engano é uma decisão do Gilmar Mendes, do STF.

Então, o Estado ficava...até deixava repor, acredito eu, pra evitar uma guerra jurídica e que ele perdesse por ter cortado nosso salário. Porque antes do STF obrigar o Estado a cortar o salário do professor, do funcionário público na greve, a APEOESP entrou na justiça alegando que seria ilegal e na última greve, em 2015, a APEOESP ganhou. O Estado não poderia cortar o salário, mas isso depois de longos dois meses de greve com o professor já desgastado...com o calendário de algumas escolas sendo apertado pra reposição...pra resumir: a gente vê que a postura do governo é de enfraquecimento, no sentido de deslegitimar a APEOESP e qualquer greve pra ele não negociar, não ouvir...ou se ele senta pra ouvir, depois de muita luta da APEOESP, é no sentido de menosprezar a nossa greve, menosprezar a ação do sindicato.

Entrevistador: [...] Você teria alguma crítica à estrutura da APEOESP, ao estatuto e à própria gestão da Bebel? A Bebel está a dez anos à frente do sindicato, em mandatos consecutivos, então existe uma disputa também dentro da APEOESP por poder. Você tem uma oposição, você tem uma articulação e também uma oposição, enfim...que análise você faz do sindicato e da gestão da Bebel?

Gustavo Agostini: Olha, num balanço geral nós temos muitas críticas à gestão da Bebel...teve conquistas positivas, teve muitos avanços na APEOESP mas perto do que a gente pode alcançar, sendo o maior sindicato da América Latina, mais de cem mil associados, tendo isso em consideração, é muito pouco as conquistas dela. Eu faço parte da oposição, eu faço parte de um grupo político dentro da APEOESP, chama na escola e na luta, e esse grupo...nós buscamos mudar a direção da APEOESP. Qual é a nossa principal crítica à gestão da Bebel na APEOESP? É que a APEOESP não está mais do lado do professor diretamente. A Bebel, desde 1999 ele não está numa sala de aula. Desde 99 ela está na direção até chegar à presidência da APEOESP. Então, nossa principal crítica é que esse grupo político, a articulação sindical, a “ARTSIND”, que comanda a APEOESP desde a fundação, conquistou muitos avanços, os aposentados tem muita identificação com a ARTSIND, isso é uma conquista deles, é um mérito deles, sem dúvida alguma, mas de quinze anos pra cá, a gente vê esse grupo político muito distante da sala de aula. Então, como ele estão distantes da sala de aula eles não estão falando mais a língua do

professor, conseqüentemente, a gente vê greves enfraquecidas, a gente vê a professor descontente com o sindicato, a gente vê poucos professores novos se associando. Se você for ver aí...não tenho o número exato, mas há estimativas que quase um terço da APEOESP já é aposentado. Então, é um número muito elevado e a gente associa isso à gestão Bebel. Esta gestão ARTSIND, não só Bebel, as últimos gestões que ficaram tanto tempo na burocracia sindical que esqueceu de ver quem é o professor que está entrando agora, que não é o mesmo professor do século 20, quais são as demandas deste professor, como são as condições de vida deste professor...que pioram bastante, significativamente, com a falta de aumentos...então, a gente vê a APEOESP descolada da base, essa é nossa principal crítica. A APEOESP precisa voltar pra base, voltar a ouvir o professor, como isso muito bem na década de 1980 e 90, fez muito bem. Mas o próprio contexto histórico é outro, a gente não vê uma grande participação na política, né? Isso é geral, não só no professorado. Mas a gente acredita, nós do escola e na luta, que a chapa ARTSIND, que a gestão ARTSIND tem um pouco de culpa nisso. Precisa voltar para a base, precisa conversar com o professorado, na sala dos professores...

Entrevistador: A alternância de poder, você acha importante?

Gustavo Agostini: Bem lembrado. Outra crítica é a falta de alternância de poder. Bem lembrado, isso mesmo...não há um estímulo para o surgimento de novos quadros. Se você pegar toda a diretoria da APEOESP nos últimos 18 anos, de 2000 pra cá, deve ter quatro ou cinco, no máximo seis que mudaram, da diretoria executiva. Então tem muita gente que tá na APEOESP, na diretoria há 10 anos, 15 anos...ou até mais como é o caso da Bebel que está desde 1999, então há muita gente...que são os mesmos, que tá há muito tempo e isso descola da base. E uma das coisas que ajuda isso é você não ter um limite, seria interessante ter um limite de vezes que um presidente pode ser presidente...

Entrevistador: Isso não está previsto no estatuto?

Gustavo Agostini: Sendo reeleito você pode ficar o tempo que quiser. Isso descola, favorece só a burocracia sindical. A gente defende que tenha um limite para a reeleição ou até que não tenha reeleição...para a formação de novos quadros, pro professor voltar pra sala de aula...fica um tempo no sindicato, volta pra sala...volta pro sindicato....

Entrevistador: A gente está no estado de São Paulo mas também é importante pensarmos na conjuntura nacional na qual estamos inseridos...desde a redemocratização, depois da ditadura...o PT e o PSDB protagonizaram a disputa principalmente pelo poder executivo federal, quase todo segundo turno e a gente tinha o PT e o PSDB disputando...nessa última eleição, nessa eleição de 2018 isso não aconteceu justamente pela ausência e talvez por uma rejeição maior ao PSDB, a gente teve o PT com o Haddad no segundo turno, porém disputando a eleição com o Bolsonaro, que inclusive saiu vencedor. Ou seja, a polarização PT/PSDB parece ter acabado, momentaneamente, mas no entendimento de muitos autores não com um avanço democrático mas sim com a emergência de um discurso autoritário, encarnado no Bolsonaro, tendo cada vez mais adeptos [...] a gente tem uma precarização da educação, que muitas vezes é denunciada pela própria APEOESP e por muitos autores, no âmbito teórico, você vê alguma relação de cada vez mais pessoas, muitos jovens, muitos estudantes e também professores aderindo, apoiando esse discurso autoritário com a precarização da educação?

Gustavo Agostini: Eu acho que está totalmente vinculado. Eu acho que os avanços dos setores conservadores e autoritários no Brasil está diretamente relacionado ao nosso descaso com a educação. Eu vejo essa relação direta. Porque infelizmente nas escolas não é estimulado a democracia. Nossas escolas ainda muitas parecem muito mais uma prisão do que uma escola. Então, esse enxugamento de gastos, esse corte de gastos na educação...aumentou enormemente o número de alunos, na década de 90...no século 21, aumentou muito a quantidade de alunos principalmente no fundamental, quase universalizou até o nono ano, aqui no estado de São Paulo e não veio acompanhado do aumento do percentual da participação da educação nos gastos públicos. Então, nos vemos escolas precárias e em escolas precárias surgem inúmeros problemas. Como você vai conseguir gerir uma escola, como a minha que tem cerca de mil alunos com apenas um diretor? Um vice-diretor e um coordenador? Três pessoas tendo que gerir 1000 alunos, mil cabeças diferentes, mil personalidades diferentes e com questões sociais muito...muito pobres...muitos problemas sociais: alcoolismo, drogas, violência, fome...então, chegam alunos com N problemas, problemas emocionais...e temos pouquíssimas pessoas para gerir isso. A resposta das escolas muitas vezes é o autoritarismo. Então, o alunos tá dando problema? Qual que é a resposta? Punição. O aluno não está seguindo as normas da escola? Suspensão, advertência...como falta gente, como falta diretor, como falta professor, não tem quem acompanhe mais diretamente a vida desse aluno. E a resposta da escola pra quem não segue as normas é o autoritarismo. Pro aluno que segue as normas digamos da escola e vê o coleguinha matando aula, brigando...o que a escola tá ensinando pra ele? Que quem se desvia

um pouco, não sabemos os motivos do problema daquele aluno, quem se desvia um pouco, qual é a resposta da escola? A punição. Não é conhecer o aluno, ouvir o aluno, resolver o problema que tá levando ele a ser violento, resolver o problema que tá levando ele pro caminho das drogas...a escola não faz isso. A escola faz o quê? Age autoritariamente. Então nós estamos indiretamente ensinando para os melhores alunos, para os alunos que não geram problemas na escola que quem tem um mínimo de problemas a gente tem que agir com autoritarismo. Então, muitas vezes a gente é cobrado para suspender aluno...a gente é cobrado pelos próprios alunos: “tem que suspender, tem que expulsar”. A cobrança dos alunos e de muitos professores é essa: o aluno é ruim? Expulsa. Ah, mas o problema é que a gente não pode expulsar...o problema hoje é que a gente não pode repetir o aluno, então a resposta para o aluno que não aprender é punir ele. Então, eu vejo o avanço do conservadorismo porque muitos alunos estão aprendendo que ser autoritário, o avanço do autoritarismo está ligado à isso. As escolas estão ensinando isso. Muitas escolas parecem presídios. São grades e mais grades para entrar...grades e mais grades para sair...sinal toda hora, vinte minutos apenas de intervalo, então, o aluno fica na escola cinco horas, em seis aulas diferentes, onde o professor só tem o giz e a lousa e os alunos em fileira...vinte minutos de intervalo...que jovem de 13, 14 anos vai aguentar isso agora imagina isso com uma sala com 40 alunos podendo ter até 44 alunos...e aí quem não aguenta isso, o que a gente faz? Suspende, advertência, punição...então, o que a gente tá ensinando é isso, é ser autoritário.

Entrevistador: A pauta principal deste novo governo do Bolsonaro e de seu grupo político que está vindo com ele é o tema: “escola sem partido”. Como você vê essa questão?

Gustavo Agostini: É o “escola sem partido” e as escolas militares, né? Uma exaltação das escolas militares. Isso é você rasgar a LDB, você rasgar a Constituição brasileira, o escola sem partido é você tirar o direito do professor de trabalhar livremente. Então, é mais uma vez uma resposta autoritária. “Ah, o professor que está seguindo um determinado conteúdo que eu não gosto, eu vou denunciá-lo”. Então, a relação de proximidade aluno/professor acaba. Porque o professor fica com medo de ser denunciado, o aluno fica ali quase como um espião e que falta hoje em dia, em minha opinião, é aumentar a proximidade de aluno/professor...é assim que o aluno vai aprender com mais prazer, a partir do momento que ele gosto do seu professor. Quando a gente se dá bem com os alunos, a relação de aprendizado é muito maior pra gente e pra eles. A gente consegue ouvi-los melhor, prepara aula melhor, a gente aprende com eles...cada um tem um jeito de aprender, eu tenho um jeito de aprender...eu estudei em escola particular do sexto ano ao terceiro colegial, eu não conhecia a escola pública. Quando eu entrei

pra dar aula, eu tinha um padrão de aula que era aquela aula de escola particular, com alunos de escola particular, com realidades diferentes. Quando eu entrei pra dar aula eu tinha um padrão de aula, hoje...dez anos que eu dou aula, mudou completamente. Porque o alunos é diferente, o jovem da minha idade, estou com 33 anos, já é diferente do jovem atual. Mas as condições sociais são diferentes também, eu não conhecia isso, eu fui conhecendo com os alunos, fui me aproximando deles...só que o projeto escola sem partido que visa a fiscalização do professor ou escola militar que você não tem uma relação direta com o aluno é como se você fosse um superior hierárquico dele e ele te obedece você não tem essa proximidade e isso atrapalha muito a relação de aprendizagem. Eu já trabalhei num cursinho que seguia os moldes militares, era um cursinho em Sorocaba, e nesse cursinho...os coordenadores falavam: “olha, você tá aqui pra ensinar e pronto e acabou os alunos vão te ouvir e não vão falar nada em sala de aula”; então, nós não tínhamos a proximidade, era um silêncio absoluto a aula...eu não tenho uma experiência positiva porque eu vi que os resultados são os mesmos. O aluno que tinha dificuldade mesmo numa sala em silêncio ele continua tendo dificuldade. No estado, na escola pública eu não tenho o silêncio que eu tinha lá, mas os resultados são os mesmos. O aluno que tá com problema ele continua com problema, o aluno que gosta desse padrão de aula continua aprendendo...mas o aluno que aprende de outras formas ele fica esquecido, o aluno que deveria ter outra forma de aprender, outro incentivo, ele não tem.

Entrevistador: Então, na sua opinião, o autoritarismo não traz benefícios pedagógicos?

Gustavo Agostini: Na pouca experiência que eu tive, trabalhei seis meses nesse cursinho, eu vi que não...é pequena a experiência, então é difícil de falar, mas eu vi que os resultados eram os mesmos, eu penso num modelo de escola mais livre, mais aberto, onde o aluno participe muito mais das decisões da escola, me falaram de uma escola que quando entrava uma verba diferente pra escola, de algum projeto...a diretora ia até a sala de aula e falava: “olha pessoal, entrou tantos mil reais...quais são as prioridades pra vocês? No que vocês querem gastar?”. Os alunos lançavam suas ideias, a ideia mais votada...a diretora gastava...e mostrava os três orçamentos, numa escola no Vieira Ruivo...a diretora de lá...ela mostrava os orçamentos onde ela comprou...e o aluno se sentia diretamente representado. Então ali era um exemplo de escola democrática. Só que era uma escola pequena, com cerca de 250, 300 alunos...era mais fácil a diretora ter proximidade...de ter maior participação...

Entrevistador: Você acha que esse é o caminho?

Gustavo Agostini: Esse é o caminho...é aumentar a proximidade, é deixar claro para os alunos que a escola é deles. Então, eles têm que ser ouvidos a todo momento, eles têm que fazer parte de todas as decisões...é lógico que eles são jovens tem que ter uma maturidade para gerir o setor público que a gente aprende com o tempo é difícil para um jovem saber...mas é o momento dele se sentir ouvido. Porque as escolas não estão ouvindo os alunos.

Entrevistador: Gustavo, voltando pra realidade educacional de São Paulo a gente teve um fato bem emblemático que foi a greve mais longa realizada pela categoria que durou três meses, em 2015 e logo na sequência veio a proposta de uma reorganização escolar, que a própria APEOESP denunciou que isso tinha como objetivo principal dessa reorganização era o fechamento de escolas e aí você tem o movimento estudantil após essa greve fazendo a ocupação de escolas e com o apoio até mesmo de professores e da própria APEOESP e você tem uma vitória política importante do movimento estudantil que foi, pelo menos naquele momento, frear a reorganização escolar. Você vê com bons olhos essa solidariedade, essa união entre o sindicato e o movimento estudantil?

Gustavo Agostini: Eu acho que o caminho para qualquer conquista do sindicato é do lado dos estudantes e dos pais dos estudantes. Na minha gestão da APEOESP, a nossa gestão, a gente tenta fazer o máximo possível para aproximar. Porque de 2008 pra cá o que a gente viu de conquista efetiva da APEOESP foi junto com os alunos, eu tive a sorte de estar em São Paulo nesse período, em 2015 eu estava dando aula em São Paulo e a primeira escola ocupada foi a Fernão Dias que estava a 200 metros da minha casa, então eu tava lá na frente acompanhando, a gente tava vendo aqueles alunos...pra mim era tudo muito novo, nunca tinha dado aula em São Paulo...no começo eu até achava que era coisa de jovem empolgado...mas depois no dia-a-dia conversando com aqueles jovens e depois vendo todo o tempo que eles ocuparam as escolas e o movimento crescendo...a gente viu que sozinho o professor não vai conseguir mobilizar a sociedade. Nós precisamos...de novo, a escola é professor, aluno, diretor...é todo mundo junto. E o sindicato tem que ser assim também. Tem que aumentar a proximidade com os alunos, professores...porque sozinho a gente não vai dar conta. O que barrou a reorganização, que era uma estratégia clara do governo de fechar sala, de fechar escola, cortar gastos mais uma vez encher a sala de alunos...40 e poucos alunos em algumas escolas...até fechar...a gente viu que quem conseguiu barrar isso foi o aluno. A APEOESP auxiliou mas não foi um movimento que partiu da APEOESP. Então, ficou a lição: se nós não conquistarmos o aluno e toda a comunidade...os pais dos alunos, nós não vamos conseguir grandes conquistas para a educação.

A gente precisa deixar claro pro pai...porque a maior parte dos pais dos nossos alunos não estudaram, os pais dos nossos alunos, o percentual de pai e mãe que tem até o ensino médio é muito baixo, então o pai não sabe como funciona uma escola. E também como eu falei, as escolas reproduzindo um modelo autoritário, o pai acredita que aquele modelo que a escola tem que seguir. E aí quando o filho tá com a nota baixa a culpa nunca é do Estado, a culpa nunca é da escola, a culpa é sempre do aluno, o aluno reprovou é porque ele não estuda. Então é aquela coisa, sempre culpar a pessoa, esquece de todo o sistema que levou àquele problema, então, nós temos que conquistar os pais para mostrar: esse modelo de escola está errado. O seu filho não está indo pra Universidade pública porque ele não tá aprendendo? A culpa não é dele. Então, os melhores alunos, que só tiram 10, que entram em Universidade pública, é muito baixo. Desde 2008 que eu entrei no Scala, nós temos cerca de 150, 200 alunos se formando no terceiro colegial, todos os anos, e o percentual de alunos que entram, que ingressam em Universidade pública é baixíssimo, é um, dois alunos no máximo. É um percentual muito baixo, então, a gente vê que o sistema que tá aí não está levando o aluno a aprender. Precisa dar mais liberdade pra escola gerir o seu horário, pra escola gerir o seu calendário, pra escola gerir o tempo do professor, deixar mais pra escola e menos pro Estado gerir isso. Vou bater nessa tecla, ninguém aprende...Ibiúna, por exemplo, a maior parte da população vive no campo, nas áreas e bairros rurais, o sistema de transporte deixa muito a desejar, então, o aluno pra estar 7 horas da manhã ele precisa ter acordado às 5 horas da manhã, boa parte dos nossos alunos precisam acordar 5 horas, 5 e meia...pra chegar às 7 na escola daí ele já chega às 7 na escola tendo que estudar matemática, português, geografia ou o assunto que for...daí deu os 50 minutos entra em outra matéria e daí tem 20 minutinhos de intervalo, então, não tem tempo pra eles conversarem entre eles...aprender entre eles...não tem tempo do aluno se aproximar do professor...

Entrevistador: Inclusive, muitas vezes, esse aluno já é trabalhador também, então ele tem um segundo turno...

Gustavo Agostini: Tem bastante aluno que trabalha na agricultura, muitas vezes trabalha de madrugada indo pro CEASA e de lá já vai direto pra escola...não tenho esses dados exatos mas digamos...10%, o que já é um número considerável...voltando...o que a gente precisa é dar liberdade pra escola, pra escola conhecer melhor o aluno, pro aluno conhecer melhor a escola...ele poder decidir e isso também que partir do sindicato, a nossa crítica à gestão ARTSIND é essa. Segue um modelo do século 20, a gente precisa renovar a forma de atuar e dar mais liberdade pra todo mundo mais voz e partir pra ação pra todo mundo, pra tentar o

máximo, criar mecanismos pra todo mundo participar o máximo possível, se sentir representado.

Entrevistador: Gustavo, já encerrando a entrevista, o Dória foi eleito governador de São Paulo o que vai levar o estado a 28 anos de gestão, de governo PSDB, quais os principais desafios que você vê daqui pra frente seja pro sindicato, pros professores, pros alunos e para educação, de uma forma geral?

Gustavo Agostini: O Dória também entrou com um discurso muito semelhante ao do Bolsonaro, então, muito mais conservador que o próprio PSDB tradicional. Mais conservador que Alckmin e Serra. Então, se ele cumprir o que ele falou na campanha, a gente fica muito receoso, ele também é um defensor do escola sem partido, ele também é defensor de escolas militares, defensor do aumento da repressão nas escolas, então, a gente tem medo dele dificultar até a participação sindical, nos anos de PSDB, pelos menos nos anos Serra e Alckmin, eles minimamente deixavam a gente organizar congressos, dava o dia pro professor abonado, pra participar de congresso, para participar das reuniões da subsede também tem o abono do dia...o nosso receio é que o Dória corte isso, é dificultado mas o Alckmin e o Serra minimamente ouviam o professor, pouco faziam, ouviam e não mudavam sua opinião ouvindo a nossa...mas o nosso receio é que esse diálogo acabe, nosso receio é que esse diálogo acabe, não dê o abono do dia para o professor participar de congresso da APEOESP, que ele não possa participar de reuniões de representantes de escola da APEOESP, então...que ele apoie o escola sem partido, nosso medo é que ele aumente a repressão nas escolas e aí o que já está em um nível complicado pode piorar, o nível de abandono das escolas é grande, inúmeros alunos, a única coisa que eles tem é a escola, pra se alimentar direito...pra ter um mínimo de atenção e se a gente aumentar a repressão...é isso, aluno que vai estar pra fora da escola, então nosso medo nesses próximos quatro anos é que o autoritarismo aumente, a liberdade do professor diminua, a liberdade do diretor diminua, que a liberdade do aluno diminua e a escalada do autoritarismo cresça, então, os desafios agora, que temos pra esses quatro anos é mostrar pra esses alunos é mostrar para os pais e para os professores, principalmente os nossos, que a escola pública é nossa, nosso desafio é esse, mostrar que a escola pública é nossa e que todo mundo tem que decidir, não é o governador que tem que decidir os rumos da escola é quem estuda lá, é quem trabalha lá, é lógico que a gente vai seguir as regras orçamentárias, o dinheiro é público, vamos respeitar tudo isso mas a nossa voz precisa ser ouvida, que democracia é essa que a gente vota só que não tem o direito de definir como a gente estuda? Que democracia é essa que a gente não tem o direito

de definir como a gente trabalha? Então, se a gente quer algo realmente democrático, é onde a gente vive que a gente tem que definir...então, temos que ser ouvidos e o desafio do sindicato vai ser esse, tentar aumentar a participação, tentar juntar todo mundo provando que a escola é nossa e se a gente se unir dá pra melhorar pra todo mundo.

